

1 2 9 0



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE D
COIMBRA
BIBLIOTECA

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

2022 • JULHO-AGOSTO



Sumário

MONOGRAFIAS	3
Ciências Jurídico-Empresariais.....	4
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	12
Ciências Jurídico-Criminais	15
Ciências Jurídico-Económicas	20
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	20
Ciências Jurídico-Históricas	23
Ciências Jurídico-Políticas.....	24
Vária.....	50
ANALÍTICOS DE MONOGRAFIAS	53
ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	64
Advocatus	65
Biblioteca della Fondazione Italiana del Notariato	66
Católica Law Review	66
Derecho Privado y Constitución	67
Diritto Pubblico.....	68
Julgar.....	75
Revista da AJURIS	77
Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas	109
Revista de Direito Imobiliário	112
Revista de Legislação e de Jurisprudência.....	113
Revista Semestral de Direito Empresarial	165
Revue Internationale de Droit Pénal	165
Rivista di diritto civile	166
LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA	183
FICHA TÉCNICA	184

MONOGRAFIAS

Ciências Jurídico-Empresariais

ADOLPHSEN, Jens, 1967-

Europäisches und internationales Zivilprozessrecht in Patentsachen / Von Jens Adolphsen. 3 Aufl. Hürth : Carl Heymanns Verlag, 2021. LXI, 358 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. 349-352. Índice: p. 353-358.

ISBN: 9783452295019

Propriedade industrial / Patentes / Concorrência desleal / Competência internacional / Arbitragem

G-44-146-28 - 176022

BAI, Junyi.

Diritto commerciale e tributario cinese / Junyi Bai, Vincenzo Carbone. Milano : Wolters Kluwer : CEDAM, 2021. XI, 265 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. [253]-265.

ISBN: 9788813376574

Direito chinês / Contratos comerciais / Sociedades comerciais / Consórcio / Propriedade intelectual / Propriedade industrial / Marcas / Patentes / Transferência de preços

G-44-144-38 - 176982

BATTAGLINI, Raffaele.

Smart legal contract : dall'idea al codice / Raffaeli Battaglini, Paolo Nicorelli. Milano : Giuffrè, 2021. 89 p. : il. ; 28 cm. (Tech e-law).

ISBN: 9788828834403

Inteligência artificial / Algoritmos / Smart Contrats / Blockchain / Software

G-44-146-30 - 176981

BECK, Lukas.

Konzernhaftung in Deutschland und Europa : Eine Untersuchung der Grundlagen der Haftung für Leitung und Organisation grenzüberschreitender Unternehmensgruppen / Lukas Beck. Baden-Baden : Nomos, 2019. 512 p. ; 23 cm. (Studien zum Gesellschaftsrecht ; Band 13). Bibliografia: p. 485-512.

ISBN: 9783848755370

Grupos de sociedades / Grupos de facto / Interesse de grupo / Dever de lealdade / Acionista minoritário / Desconsideração da personalidade jurídica

G-44-141-38 - 177207

BONATI, Gabriele.

Formulario del rapporto di lavoro / Gabriele Bonati ; In collaborazione con Alberto Rozza ... [et al.]. 10ª ed. Milano : Gruppo 24 Ore, 2020. vi, 261 p. ; 24 cm + Cd-rom. (Libri di Guida al Lavoro ; 9406/01).

ISBN: 9788832494068

Licença parental / Trabalho / Contrato

L-3A-49-26 - 171679

RE-C-CD-1575 - 171679

COLÓQUIO DE DIREITO DA INSOLVÊNCIA DE SANTO TIRSO, 1, Santo Tirso, 2014.

I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso / [organização] Delegação da Ordem dos Advogados de Santo Tirso ; Coordenação Catarina Serra ; [Amélia Sofia Rebelo ... et al.]. Reimpressão. Coimbra : Almedina, 2014. 288 p. ; 23 cm. (Obras coletivas). Bibliografia: p. 288

ISBN: 9789894004738

Direito da insolvência -- Portugal

G-44-136-35 - 177087

COMENTARIOS AL PROYECTO DE LEY DEL DEPORTE

Comentarios al proyecto de ley del deporte / Director Antonio Millán Garrido ; Prólogo Eduardo Gamero Casado ; [Eduardo Blanco Pereira ... et al.]. Madrid : Reus Editorial, 2022. 583 p. ; 23 cm. (Colección de derecho deportivo).

ISBN: 9788429026146

Desporto -- gestão / Desporto -- interesse público / Desporto -- oranação administrativa / Desportista -- direito / Desporto -- protecção da saúde / Entidades desportivas / Regime de sanções

L-3A-45-26 - 177143

CONGRESSO DIREITO DAS SOCIEDADES EM REVISTA, 6, Lisboa, 2022.

VI Congresso Direito das Sociedades em Revista / [organização Associação Direito das Sociedades em Revista, Almedina] ; [Alessio Bartolacelli ... et al.] ; [coordenadores científicos J.M. Coutinho de Abreu, Paulo de Tarso Domingos]. Coimbra : Almedina, 2022. 416 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789894004554

Direito à informação / Direito das sociedades / Contratos de sociedades / Gestão societária / Aquisição de empresas / Empresas sociais

G-44-136-28 - 177076

G-44-136-29 - 177077

DANOVI, Alessandro.

Risanamento e crisi d'impresa nel sistema italiano / Alessandro Danovi. Milano : Giuffrè, 2021. X, 204 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. [187]-204.

ISBN: 9788828833512

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Plano de recuperação

G-44-37-38 - 176977

DIREITO DAS EMPRESAS

Direito das empresas : reflexões e decisões / Coordenação Ricardo Costa ; [J.M. Coutinho de Abreu ... et al.]. Coimbra : Almedina, 2022. 476 p. ; 24 cm. (Obras colectivas).

ISBN: 9789894004394

Direito das empresas / Direito da concorrência / Sociedades comerciais / Direito societário

G-44-136-32 - 177072

DIRITTO COMMERCIALE RUSSO

Diritto commerciale russo / a cura di Gabriele Crespi Reghizzi, Vladimir Fëdorovič Popondopulo. Milano : Wolters Kluwer : CEDAM, 2020. XXXVII, 432 p. ; 23 cm. (Diritto commerciale comparado ; 2).

ISBN: 9788813372798

Direito russo / Empresário / Propriedade intelectual / Contratos comerciais / Direito da concorrência / Instrumento estratégico

G-44-144-37 - 176981

EPIFÂNIO, Maria do Rosário.

Manual de direito da insolvência / Maria do Rosário Epifânio. 8.^a ed. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 674 p. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 635-654. Índice.

ISBN: 9789894005599

Direito da insolvência / Processo de insolvência

G-44-136-34 - 177071

FALCÃO, David, 1978-

Lições de direito do consumo / David Falcão ; prefácio por Jorge Morais Carvalho. 3.^a ed. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 242 p. ; 23 cm. (Manuais universitários).

ISBN: 9789894001850

Direito do consumo / Protecção do consumidor / Consumo -- contratos / Consumidor

G-44-136-33 - 177070

GARCÍA FIGUEROA, Alfonso.

Moral de victoria : una filosofía del deporte / Alfonso García Figueroa ; [prólogo José Luis Pérez Triviño]. Terrassa : Editorial Hexis, 2021. 374 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia: p. 351-374.

ISBN: 9788412320251

Desporto -- aspectos morais / Jogo

L-3A-49-28 - 176997

GESELLSCHAFTLICHEN VEREINIGUNG, 23, Frankfurt am Main, 2020.

Gesellschaftsrecht in der Diskussion 2020 : jahrestagung der Gesellschaftlichen Vereinigung (VGR / mit Beiträgen von Moritz Brinkmann ... [et al.]. Köln : Ottoschmidt, 2021. XI, 163 p. ; 21 cm. (Schriftenreihe der Gesellschaftlichen Vereinigung ; Band 26). Índice: p.161-163.

ISBN: 9783504627263

Plano de insolvência / Grupos de sociedade / Assembleia geral / Sociedades de pessoas / Recuperação de empresas / Assembleia geral / Covid-19 / Responsabilidade dos administradores / Direito penal da empresa

G-44-143-46 - 176985

GOMES, José Ferreira.

M&A : aquisição de empresas e de participações sociais / José Ferreira Gomes. Lisboa : AAFDL Editora, 2022. 558 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 525-558.

ISBN: 9789726297345 (Encadernado)

Compra e venda de empresas

G-44-143-44 - 177124

G-44-143-45 - 177151

THE INSIDERS' GUIDE TO HEDGE FUNDS

The insiders' guide to hedge funds : successfully managing the middle and back office / [Editors] Terrance J. O'Malley and Michael C. Neus ; [William R. Goodell ... et al.]. New York : Wolters Kluwer, 2018. Pag. var. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9781543802214

Mercado de capitais / Fundos de investimento / Gestores de fundos / Direito financeiro

G-44-141-26 - 177012

INTERNACIONALIZAÇÃO EMPRESARIAL

Internacionalização empresarial : a importância das redes / Nelson dos Santos António, Renato Lopes da Costa (coord.) ; [Álvaro Dias ... et al.]. Coimbra : Conjuntura Actual Editora, imp. 2022. 148 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. 145-146.

ISBN: 9789896946838

Empresa -- internacionalização / Mercados -- globalização / Teoria das redes

G-44-136-40 - 177073

IRIBARREN BLANCO, Miguel.

La responsabilidad de los socios por los acuerdos de la Junta General / Miguel Iribarren Blanco. Navarra : Civitas : Thomson Reuters, 2022. 359 p. ; 21 cm. (Estudos de derecho mercantil ; 95). Bibliografia: p. [337]-359.

ISBN: 9788413906850

Deliberações sociais / Responsabilidade dos sócios / Assembleia geral / Direito de voto / Deliberações inválidas

G-44-143-54 - 177206

LUCAS, François-Xavier, 1969-

Manuel de droit commercial / François-Xavier Lucas, Didier Poracchia. 2^a édition mise à jour. Paris : PUF, 2021. 386 p. ; 22 cm. (Droit fondamental. Manuels). Índice: p. [383]-386.

ISBN: 9782130829157

Actos de comércio / Comerciante / Concorrência desleal / Estabelecimento comercial / Arrendamento mercantil / Contratos de distribuição / Práticas comerciais agressivas / Recuperação de empresas

G-44-144-36 - 176980

MAESTRO CORTIZAS, Ana María.

La nacionalidad de los buques y los pabellones de conveniencia / Ana María Maestro Cortizas. Navarra : Aranzadi, 2021. 314 p. ; 24 cm. (Estudios). Bibliografía: p. 293-314.

ISBN: 9788413918822

Navio / Nacionalidade do navio / Bandeira de conveniência / Registo de navios

G-44-144-44 - 177199

MANUEL, Zinho Baptista.

O compliance e os órgãos da administração da justiça em Angola / Zinho Baptista Manuel ; prefácio Vitalino Canas. Lisboa : AAFDL Editora, 2022. 165 p. ; 23 cm. Orig. dissertação de mestrado em Gestão, apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em 2021. Bibliografía: p. 152-160.

ISBN: 9789899057111

Compliance -- Angola / Orgãos de administração da justiça -- Angola

G-44-146-18 - 176896

MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Mercado de trabalho em Portugal : do teletrabalho ao salário mínimo / Nuno Crespo, Nádía Simões (Coordenadores) ; [Paulo Marques ... et al.]. Coimbra : Actual Editora, 2022. 470 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789896946814

Mercado de trabalho -- Portugal / Teletrabalho / Salário mínimo

L-3A-39-41 - 177086

MERCADOS, PRODUTOS E VALORIMETRIA DE ACTIVOS FINANCEIROS

Mercados, produtos e valorimetria de activos financeiros / Abel L. Costa Fernandes ... [et al.]. 4.^a ed. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 697 p. : il. ; 23 cm. Bibliografía: p. 685-697. Índices.

ISBN: 9789894003830

Mercado financeiro / Mercado monetário / Mercado de capitais / Operações financeiras

G-44-146-31 - 177092

PAGANI, Eleonora.

La partecipazione finanziaria dei lavoratoritra diritto interno e diritto Europeo / Eleonora Pagani. Milano : Giuffrè, 2021. 206 p. ; 24 cm. (Quaderni di Giurisprudenza Commerciale ; 438). Bibliografía: p. [183]-206.

ISBN: 9788828834526

Acções industriais / Sociedades anónimas / Participação dos trabalhadores / Instrumentos financeiros

G-44-37-39 - 176983

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código das sociedades comerciais anotado e regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais (DLA) / coordenação António Menezes Cordeiro ; comissão executiva António Menezes Cordeiro ... [et al.]. 5ª edição (atualizada). Coimbra : Almedina, 2022. 1843 p. ; 24 cm. Inclui índice.

ISBN: 9789894004295

Direito comercial / Sociedades comerciais -- código -- Portugal

G-44-136-30 - 177075

G-44-136-31 - 177074

PUYOL MONTERO, Javier.

Manual práctico de implantación del reglamento de protección de datos para despachos profesionales / Javier Puyol Montero. Madrid : Sepín, 2018. 209 p. : il. ; 25 cm.

ISBN: 9788417414306

Proteção de dados / Direitos fundamentais / Tratamento de dados / Segurança informática / Transferência de dados

G-44-146-34 - 175965

QUINTAS, Paula.

Manual de direito do trabalho e de processo do trabalho / Paula Quintas, Helder Quintas. 10ª edição. 634 p. ; 24 cm. Coimbra : Almedina, 2022. 634 p. ; 24 cm. (Guias práticos). Contém casos práticos com propostas para elaboração de minutas nas áreas: contratos de trabalho; denúncia; revogação; suspensão; resolução; despedimentos; reclamação de créditos : p. [383]-560. Bibliografia: p. [561]-566.

ISBN: 9789894004424

Direito do trabalho / Direito do trabalho -- manual / Contrato de trabalho / Relação jurídico-laboral / Férias -- Regime jurídico / Contrato de trabalho -- cessação / Direitos do trabalhador / Direito comunitário do trabalho / Processo do trabalho -- manual / Direito processual laboral / Responsabilidade penal / Processo penal -- princípios / Processo civil -- princípios / Casos práticos -- minutas

L-3A-39-43 - 177084

RENNA, Luca.

Responsabilità degli amministratori di società di capitali / Luca Renna. Bologna : Zanichelli Editore, 2021. IX, 549 p. ; 24 cm. (Stumenti del diritto ; 57). Bibliografia: p. [508]-545. Índice: p. [548]-549.

ISBN: 9788808520821

Sociedades comerciais / Responsabilidade dos administradores / Deveres de administradores / Teoria de agência / Administradores delegados

G-44-146-32 - 176989

SANTOS, João Vieira dos.

Regulação de formas de financiamento empresarial FinTech : em especial o crowdfunding e as initial coin offerings / João Vieira dos Santos. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 613 p. ; 23 cm. (Instituto do Conhecimento Abreu Advogados ; 8). Bibliografia: p. 545-608.

ISBN: 9789894004769

Fintech / Financiamento empresarial / Crowdfunding / Initial coin offering

G-44-144-39 - 177108

SILVA, Ana Rita Bernardino.

A pandemia de covid-19 e o sistema comercial internacional / Ana Rita Bernardino Silva. Coimbra : [s.n.], 2021. p. [245]-368 ; 24 cm. Sep. de: Boletim de Ciências Económicas, Vol. 64 (2021). Bibliografia: p. 342-367.

Pandemia / Covid-19 / Coronavírus / Comércio internacional / OMC / Protecionismo / Cadeias globais de valor / Transparência / Resolução de litígios

G-44-141-30 - 177052

G-44-141-31 - 177053

G-44-141-32 - 177054

SILVA, Luís Gonçalves da, 1969-

From the social question to legislative protection / Luís Gonçalves da Silva. Lisboa : AAFDL, 2021. 147 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 111-147.

ISBN: 9789726297352

Proteção individual / Proteção coletiva

L-3A-7A-25 - 176898

TARASCHI, Cesare.

Responsabilità contrattuale e Covid- 19 / di Cesare Taraschi. Milano : Giurffrè Francis Lefebvre, 2022. 85 p. ; 28 cm. (Officina del diritto. Civile e processo. Obbligazioni e contratti).

ISBN: 9788828837855

Covid-19 / Impossibilidade de cumprimento / Alteração superveniente das circunstâncias / Dever de renegociação / Contrato de locação / Locação de estabelecimento / Empreitada / Contrato de trabalho / Contrato de transação / Agência de viagens / Escola privada

G-44-146-37 - 177210

TOBÍO RIVAS, Ana María.

Las plataformas electrónicas de transporte terrestre de personas y su configuración jurídica / Ana María Tobío Rivas. Madrid : Reus Editorial, 2021. 232 p. ; 23 cm. (Derecho español contemporáneo). Bibliografia: p. 217-222.

ISBN: 9788429025446

Plataformas eletrónicas / Comércio eletrônico / Transporte de passageiros / Direito do consumo

G-44-143-43 - 176986

TOLA, Manuela.

Disciplina dell'impresa e nuovi assetti familiari / Manuela Tola. Milano : Giuffrè, 2021. 177 p. ; 24 cm. (Sistema finanziario e diritto dell'impresa ; 25). Bibliografia: p. [153]-173.

ISBN: 9788828837206

Sociedades familiares / Governação das sociedades / Órgãos sociais / Empresas familiares

G-44-141-24 - 176987

TOSI, Emilio.

Diritto privato delle nuove tecnologie digitali : riservatezza, contratti, responsabilità tra persona e mercato / Emilio Tosi. Milano : Guiffrè, 2021. XXVI, 623 p. ; 24 cm. (Diritto delle nuove tecnologie ; 23).

ISBN: 9788828834786

Mercados digitais / Plataformas digitais / Algoritmos / Proteção de dados / Assinatura digital / Contratos virtuais / Risco tecnológico / Propriedade intelectual / Propriedade industrial

G-44-146-33 - 176990

VICENTE MARTÍNEZ, Rosario de.

Delitos contra la propiedad intelectual / Rosario de Vicente Martínez. Madrid : Reus Editorial, 2021. 261 p. ; 21 cm. (Derecho de Autor ; 4). Bibliografía: p. 249-257.

ISBN: 9788429025422

Propriedade intelectual / Propriedade industrial / Reprodução de obra / Plágio / Obras protegidas / Cópias digitais

G-44-145-47 - 176979

VISCONTI, Paolo Ghionni Crivelli.

Scioglimento e liquidazione delle società di capitali / Paolo Ghionni Crivelli Visconti. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XXIII, 580 p. ; 24 cm. (Codice civile. Commentario ; Artt. 2484-2496). Índice: p. [543]-580.

ISBN: 9788828819325

Liquidação de sociedades / Dissolução de sociedades / Extinção de sociedades / Registo comercial / Deliberações sociais / Liquidatário / Balanço final / Lucros finais

W-1-6-10A - 176930

WALTER FINN, Christopher.

Die virtuelle Haupt- und Gesellschafterversammlung : Rechtsfragen de lege lata und Überlegungen de lege ferenda / Christopher Finn Walter. Berlin : Peter Lang, 2021. 307 p. ; 22 cm. (Zivilrechtliche Schriften ; Band 79). Bibliografía: p. [289]-307.

ISBN: 9783631860793

Deliberações sociais / Covid-19 / Inteligência artificial / Direito de voto / Assembleia geral / Voto eletrônico / Assembleia virtual

G-44-145-45 - 177208

WIEDEMANN, Andreas.

Beirat und Aufsichtsrat im Familienunternehmen / von Andreas Wiedemann und Rainer Kögel. 2. Auflage. München : C.H. Beck, 2020. XXII, 284 p. : il. ; 24 cm. Índice: p. [277]-284.

ISBN: 9783406742613

Empresa familiar / Conselho executivo / Conselho fiscal

G-44-141-36 - 175385

Ciências Jurídico-Civilísticas

ANDRÉ, José Mampaia.

O direito à vida e à sua proteção no estado de direito / José Mampaia André. [S.l.] : Ed. do Autor, 2022. x, 382 p. : il. ; 23 cm. (Theses).

ISBN: 9789893332900

Direito à vida / Vida -- proteção / Estado de direito / Direitos de personalidade

B-18-131-28 – 176996

COSSU, Monica.

Delle società con partecipazione dello Stato o di enti pubblici : delle società di interesse nazionale / Monica Cossu. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2018. XXI, 370 p. ; 24 cm. (Codice civile. Commentario ; Artt. 2449-2451). Bibliografia: p. [317]-368. Índice: p. [369]-370.

ISBN: 9788828808169

Participação -- Estado / Entidade pública / Interesse nacional

W-1-6-8A – 176929

DIAS, Daniel.

Mitigação de danos na responsabilidade civil / Daniel Dias ; Prefácio Vera Jacob de Fradera ; Apresentação Otavio Luiz Rodrigues Jr. São Paulo : Revista dos Tribunais : FGV Direito Rio, 2020. 410 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 395-410.

ISBN: 9786550653729

Dano / Mitigação / Responsabilidade civil / Compra e venda

B-18-131-27 - 176893

FAIFE, Alfredo.

A prova ilícita no Processo Civil Moçambicano : da problemática da colisão de direitos fundamentais / Alfredo Faife ; [prefácio Gilberto Correia]. Braga : Nova Causa, Edições Jurídicas, cop. 2022. 215 p. ; 23 cm. Orig. dissertação de mestrado em Direito apresentada à Universidade do Zambeze, em 2021. Bibliografia: p. 209-215.

ISBN: 9789899026391

Prova ilícita / Direitos fundamentais / Inadmissibilidade / Admissibilidade / Excepcionalidade / Analogia / Processo civil

B-13-68-26 – 177185

FAMILIENRECHT FÜR DIE SOZIALE ARBEIT

Familienrecht für die Soziale Arbeit : Lehrbuch / Johannes Münder ... [et al.]. 8., aktualisierte und erweiterte Auflage. Baden-Baden : Nomos, 2022. 237 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 221-223. Índice: p. 227-237.

ISBN: 9783848759767

Direito de família / Serviço social

B-18-117-38 - 175953

GARCIA, Maria Olinda, 1963-

Contratos civis : casos práticos resolvidos / Maria Olinda Garcia, Sandra Passinhas. 4.ª edição. Coimbra : Almedina, 2022. 227 p. ; 23 cm. (Casos práticos).

ISBN: 9789894005636

Direito dos contratos -- manual / Contrato civil -- manual / Compra e venda / Doação / Sociedade / Locação / Arrendamento / Comodato / Mandato / Empreitada

B-18-132-18 - 177081

B-18-132-19 - 177082

SL- I-4-41 - 177083

GODINHO, José Fernando.

As funções do agente de execução / José Fernando Godinho. Coimbra : Almedina, 2022. 779 p. ; 23 cm. (Manuais profissionais). Bibliografia: p. 759.

ISBN: 9789894003915

Agente de execução / Processos executivos -- distribuição / Formas de processo / Processo executivo -- competências / Processo de execução / Requerimento executivo / Penhora / Depositário / Venda / Pagamento / Prestação de facto

B-13-69-20 - 177237

GRECO, Fernando, 1968-

Il contratto di riporto / Fernando Greco. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XVIII, 126 p. ; 24 cm. (Codice civile. Commentario ; Artt. 1548-1551). Bibliografia: p. [119]-123. Índice: p. [125]-126.

ISBN: 9788828830023

Mercado de capitais / Contrato de reporte / Mútuo / Penhor / Swap / Faturas / Usufruto de participações sociais / Pacto comissório

W-1-4-17A - 174987

GUERREIRO, J. A. Mouteira.

Manual de direito registral imobiliário / J.A. Mouteira Guerreiro ; com a colaboração de Luísa Mouteira Guerreiro. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 682 p. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 657-673.

ISBN: 9789894003977

Direito registral -- manual / Direito registral imobiliário / Registo predial

B-18-132-22 - 177079

MARASÀ, Giorgio, 1949-

L'imprenditore / Giorgio Marasà. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XXI, 430 p. ; 24 cm. (Codice civile. Commentario ; Artt. 2082-2083). Índice: p. [409]-430.

ISBN: 9788828830436

Empresário / Comerciante / Empresa / Acto de comércio

W-1-5-1A - 176905

MARTINS, André Almeida.

Fixação das regras processuais e exercício da função arbitral na arbitragem voluntária : poderes de conformação, processo equitativo e sua concretização no plano da produção de prova / André Almeida Martins. Coimbra : Almedina, 2022. 498 p. ; 23 cm. (Teses). Bibliografia: p. 447-481. Orig. tese de doutoramento em Direito apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa em 2022, sob orientação de Rita Lobo Xavier.

ISBN: 9789894005223

Arbitragem / Processo arbitral / Autonomia privada / Processo equitativo / Autonomia processual / Discricionarietà / Produção de prova

B-13-69-24 - 177104

PEREIRA, Maria de Lurdes, 1969-

Direito da responsabilidade civil : a obrigação de indemnizar / Maria de Lurdes Pereira. Reimpressão. Lisboa : AAFDL Editor : Imprensa FDUL, 2022. 620 p. ; 23 cm. (Manuais da clássica). Bibliografia: p. 595-613.

ISBN: 9789899091016

Responsabilidade civil / Dano / Indemnização / Indemnização -- direito / Liquidação do dano de terceiro / Reconstituição natural / Culpa do lesado

B-18-132-16 - 177239

PINHEIRO, Jorge Duarte.

O direito das sucessões contemporâneo / Jorge Duarte Pinheiro. 5.^a edição. Coimbra : Gestlegal, 2022. 512 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 471-479. Índice: p. 483-503.

ISBN: 9789898951908

Direito das sucessões / Estática sucessória / Dinâmica sucessória

B-18-132-8 - 177243

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Recursos em processo civil / António Santos Abrantes Galdes. 7.^a edição atualizada. Coimbra : Almedina, 2022. 746 p. ; 24 cm. (Legislação anotada). Bibliografia: p. 739-741. Índice: p. 723-738.

ISBN: 9789894004004

Direito civil -- Portugal / Processo civil -- Portugal / Código de processo civil -- Portugal / Recurso / Processo civil -- código / Processo civil -- recurso

B-18-132-21 - 177080

ROMEI, Roberto, 1956-

Il rapporto di lavoro nel trasferimento dell'azienda / Roberto Romei. Seconda edizione. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XXI, 295 p. ; 24 cm. (Codice civile. Commentario ; Artt. 2112). Índice: p. [289]-295.

ISBN: 9788828828525

Trespasse / Estabelecimento comercial / Contato de trabalho / Insolvência

W-1-5-21A – 175869

Ciências Jurídico-Criminais

AIMI, Alberto.

Le fattispecie di durata : contributo alla teoria dell'unità o pluralità di reato / Alberto Aimi. Seconda edizione. Torino : G. Giappichelli Editore, 2020. XVII, 447 p. ; 24 cm. (Collana del Dipartimento di giurisprudenza. Università degli studi di Brescia ; terza serie 25). Bibliografia: p. [431]-447.

ISBN: 9788892134904

Direito processual penal / Crimes / Delito

G-79-2D-35 - 177175

ANTUNES, Maria João, 1963-

Direito processual penal / Maria João Antunes. 4ª edição. Coimbra : Almedina, 2022. 264 p. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 253-264.

ISBN: 9789894005360

Direito processual penal / Processo penal comum – tramitação

Gab. 2-7-20-49 - 177065

Gab. 2-7-20-50 - 177066

Gab. 2-7-20-51 - 177067

SL- H-6-45 - 177068

ANTUNES, Maria João, 1963-

Penas e medidas de segurança / Maria João Antunes. 2ª edição. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 175 p. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 165-170.

ISBN: 9789894004462

Pena / Medidas de segurança / Sistema sancionatório -- direito penal -- Portugal

G-82-50-51 – 177062

G-82-50-52 – 177063

SL- H-4-37 - 177064

CARRILLO DEL TESO, Ana E.

Decomiso y recuperación de activos en el sistema penal español / Ana E. Carrillo del Teso. Valencia : Tirant lo Blanch, 2018. 374 p. ; 24 cm. (Corrupción, crimen organizado y delincuencia económica). Bibliografía: p. [353]-374.

ISBN: 9788491905318

Política criminal / Recuperação de activos / Confisco / Sistema penal -- Espanha / Intervenção de terceiros / Bens -- gestão e destino

G-48-16-30 - 177180

CHASING CRIMINAL MONEY

Chasing criminal money : challenges and perspectives on asset recovery in the EU / Edited by Katalin Ligeti and Michele Simonato. Oxford [etc.] : Hart, 2019. xviii, 378 p. ; 23 cm. (Hart studies in european criminal law ; 3). Bibliografía: p. [345]-366. Índice: p. [367]-378.

ISBN: 9781509931293

Crime económico / Economía paralela / Recuperação de ativos -- União Europeia / Confisco -- União Europeia

G-49-1A-9 - 176706

CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL

Criminalidade organizada transnacional / coordenação Manuel Monteiro Guedes Valente. Coimbra : Edições Almedina, 2019- . vol. ; 23 cm. (Fora de coleção). Inclui bibliografía. Vol. 1, Corpus delicti / Anabela Miranda Rodrigues ... [et al.]. 290 p. ; Vol. 2, Adán Carrizo González-Castell ... [et al.]. 2020. -162 p. ; Vol. 3, Ruth Maria Chittó Gauer ... [et al.]. 2021. 200 p. ; Vol. 4, Corpus delicti / [Eliomar da Silva Pereira .. et al.]. 2022. 267 p. Texto em português, inglês, espanhol e italiano.

ISBN: 9789724082233 (vol. 1) / 9789724086293 (vol. 2) / 9789724093062 (vol. 3) / 9789894002994 (vol. 4)

Criminalidade organizada internacional

Gab. 2-3-6-36 - 176900

FARTO PIAY, Tomás.

El proceso de decomiso autónomo / Tomás Farto Piay. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 521 p. ; 24 cm. (Corrupción, crimen organizado y delincuencia económica). Bibliografía: p. [495]-521.

ISBN: 9788413785875

Política criminal / Confisco / Ordenamento jurídico espanhol / Bens confiscados

G-48-16-29 - 177181

GONZÁLEZ CANO, María Isabel.

El decomiso como instrumento de la cooperación judicial en la Unión Europea y su incorporación al proceso penal español / María Isabel González Cano. Valencia : Tirant lo Blanch, 2016. 324 p. ; 24 cm. (Monografías).

ISBN: 9788491433989

Processo penal -- Espanha / Confisco / Criminalidade / Cooperação judiciária

Gab. 2-7-20-54 - 177177

MARINUCCI, Giorgio, 1934-2013.

Manuale di diritto penale : parte generale / Giorgio Marinucci, Emilio Dolcini, Gian Luigi Gatta. Decime edizione. Milano : Giuffrè, 2021. XXII, 941 p. ; 25 cm. Índice: p. [923]-941.

ISBN: 9788828835356

Direito penal -- Itália / Direito criminal / Delito -- formas de manifestação / Pluralidade / Sanção penal

G-79-2E-15 - 177129

MOURA, Bruno, 1984-

A conduta prévia e a culpa na comparticipação : a distinção entre autoria mediata e investigação, a partir de um conceito restritivo de facto / Bruno de Oliveira Moura. 1.^a ed. Lisboa : Âncora Editora, 2022. 719 p. ; 23 cm. (Ius et philosophia). Orig. tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2021. Bibliografia: p. 647-709.

ISBN: 9789727808014

Autoria mediata / Instigação

G-82-27-52 - 177024

PETERS, Kai.

Vermögensabschöpfung im Strafverfahren / von Kai Peters und Boris Bröckers ; [Vorwort der Herausgeber Werner Beulke, Alexander Ignor]. Heidelberg : C.F. Muller, 2019. XVIII, 244 p. ; 21 cm. (Praxis der Strafverteidigung ; Band 34). Bibliografia: p. 231-239. Índice: p. 241-244.

ISBN: 9783811406360

Direito penal / Recuperação de ativos / Defesa criminal

G-58-2C-34 - 177179

PINTO, Inês Horta.

Repartição de funções entre administração e juiz e tutela jurisdicional efectiva na execução da pena de prisão : contributo para um modelo conforme à constituição e ao direito internacional / Inês Horta Pinto. Coimbra : Almeida, 2022. 793 p. ; 24 cm. (Teses). Orig. tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2022, sob orientação de Anabela Miranda Rodrigues. Bibliografia: p. 761-780.

ISBN: 9789894005131

Histórico constitucional / Função jurisdicional / Função administrativa / Pena privativa da liberdade / Direito internacional

G-82-50-54 - 177114

PIRATERIE UND MARITIMER TERRORISMUS ALS HERAUSFORDERUNGEN FÜR DIE SEEHANDELSSICHERHEIT DEUTSCHLANDS

Piraterie und maritimer Terrorismus als Herausforderungen für die Seehandelssicherheit Deutschlands : Politik, Recht, Wirtschaft, Technologie / Hans-Georg Ehrhart ... [et al.] (Hrsg. ; [Tim René Salomon .. et al.]. Baden-Baden : Nomos, 2013. 368 p. : il. ; 23 cm. (Demokratie, Sicherheit, Frieden ; Band 210). Bibliografia: p. 339-368.

ISBN: 9783848702497

Pirataria -- Alemanha -- séc. 21 / Terrorismo marítimo -- Alemanha -- séc. 21 / Direito marítimo -- Alemanha -- séc. 21 / Expedição -- Alemanha -- séc 21

G-58-2C-33 - 176186

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código de processo penal : anotado e comentado / Hugo Luz dos Santos. Braga : Nova Causa, Edições Jurídicas, 2022. 2 vol. (741 p.) ; 24 cm.

ISBN: 9789899026421 (vol. 2)

Código de processo penal / Códigos

Gab. 2-7-17-25 - 177184

O PROCESSO PENAL NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

O processo penal no âmbito da responsabilidade penal da pessoa jurídica / Coordenação Manuel Monteiro Guedes Valente, Fauzi Hassan Choukr ; [Javier A. De Luca ... et al.]. Coimbra : Almedina, 2022. 312 p. ; 23 cm. (Ratio Iuris ; 1). Bibliografia: p. 298-312.

ISBN: 9789894004448

Processo penal / Responsabilidade penal / Pessoa jurídica

Gab. 2-7-20-53 - 177069

RECUPERACIÓN DE ACTIVOS Y DECOMISO

Recuperación de activos y decomiso : reflexiones desde los sistemas penales iberoamericanos / Ignacio Berdugo Gómez de la Torre, Eduardo A. Fabián Caparrós, Nicolás Rodríguez García (directores) ; [Ana E. Carrillo del Teso ... et al.]. Valencia : Tirant lo Blanch, 2017. 521 p. : il. ; 24 cm. (Monografías). Bibliografia: p. 520-521.

ISBN: 9788491695547

Recuperação de activos / Criminalidade / Investigação criminal / Crime organizado / Whistleblowing / Combate à corrupção / Política criminal

G-48-16-27 - 177176

RODRIGUES, Hermínio Carlos Silva.

Recuperação de activos e perda alargada de bens em Angola : a (in)constitucionalidade da lei n.º 15-18 de 26-12 e legislação conexas em cinco questões fundamentais / Hermínio Carlos Silva Rodrigues. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 212 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 199-206.

ISBN: 9789894000808

Perda de bens -- Angola / Recuperação de activos

Gab. 2-7-20-52 - 177101

RODRÍGUEZ GARCÍA, Nicolás.

El decomiso de activos ilícitos / Nicolás Rodríguez García ; [Prólogo de María del Carmen Calvo Sánchez]. Navarra : Thomson Reuters Aranzadi, 2017. 348 p. ; 24 cm. (Revista de Derecho y Proceso Penal. Monografía ; 32). Bibliografia: p. 303-336. Índice: p. 337-348.

ISBN: 9788491770947

Recuperação de activos / Confisco / Activos ilícitos / Política criminal / Sistema penal -- Espanha

G-48-16-28 - 177182

SANHÁ, Irina Sofia Feio Mendes.

O regime jurídico-penal do tráfico de seres humanos nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e em Portugal = The legal framework for trafficking in human beings in the Portuguese Speaking Countries and in Portugal / Irina Sofia Feio Mendes Sanhá. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 139 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 115-138. Orig. dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais apresentada a Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra, sob orientação de Pedro Caeiro / Bibliografia: p.115-130

ISBN: 9789899057104

Tráfico de pessoas -- PALOP / Tráfico de pessoas -- Portugal / Tráfico humano -- Países africanos

G-82-51-8 - 176435

SEQUESTRO E CONFISCA

Sequestro e confisca / a cura di Mariangela Montagna ; [Anna Maria Maugeri .. et al.]. Torino : G. Giappichelli Editore, 2017. XVIII, 626 p. ; 24 cm. (Leggi penali tra regole e prassi ; 5). Bibliografia: p. 595-623. Índice: p. 625-626.

ISBN: 9788875243265

Buscas e apreensões -- Itália / Direito penal / Confisco -- Itália

G-79-2E-17 - 177173

SIMÕES, Vânia.

Da garantia penal da providência cautelar / Vânia Simões. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 102 p. ; 20 cm. (Ideias jurídicas). Bibliografia: p. 97-102.

ISBN: 9789894004684

Garantia penal / Desobediência qualificada / Providência cautelar / Procedimentos cautelares

G-82-27-53 - 177110

TRINCHERA, Tommaso.

Confiscare senza punire? : uno studio sullo statuto di garanzia della confisca della ricchezza illecita / Tommaso Trinchera. Torino : G. Giappichelli Editore, 2020. XI, 462, [13] p. ; 23 cm. (Itinerari di diritto penale ; 104). Bibliografia: p. [431]-461.

ISBN: 9788892134928

Direito penal / Bens ilegais -- confisco / Riqueza ilegítima

G-79-2E-18 - 177172

ULLENBOOM, David.

Praxisleitfaden Vermögensabschöpfung / von David Ullenboom. 2., neu bearbeitete Auflage. Heidelberg : C.F. Muller, 2021. XXIX, 220 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. XXIX. Índice: p. 219-220.

ISBN: 9783811407480

Direito penal / Recuperação de ativos

G-58-2C-35 - 177178

Ciências Jurídico-Económicas

NUNES, A. J. Avelãs, 1939-

A integração europeia : um projecto imperialista / António Avelãs Nunes. Lisboa : Edições Avante!, 2022. 178 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. 177-178.

ISBN: 9789725505731

Integração europeia / Projecto imperialista / Estado federal -- Europa / Mercado comum / Neocolonialismo

J-56-62-16 - 176998

SOTOMAIOR, Ana Maria.

Princípios de gestão das organizações / Ana Maria Sotomayor, Jorge Rodrigues, Manuela Duarte. 4.^a ed., [rev. e aum.]. [S.l.] : Rei dos Livros, 2021 (Cafilesa). 464 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia: p. 459-464.

ISBN: 9789895650392

Gestão das organizações -- manual / Estratégia / Tomada de decisão / Empresa -- análise económica e financeira / Recursos humanos / Marketing

J-56-62-9 - 176906

TEACHOUT, Zephyr.

Break'em up : recovering our freedom from big ag, big tech, and big money / Zephyr Teachout ; foreword by Bernie Sanders. New Youk : All Points Books, 2020. ix, 300 p. ; 23 cm. Índice: p. [300]-308.

ISBN: 9781250200891

Monopólios / Corporativismo -- aspectos morais e éticos / Tecnologia / Poder corporativo

J-56-46-30 - 175596

TREBILCOCK, Michael J., 1941-

Navigating the free trade-fair trade fault-lines / Michael J. Trebilcock. Cheltenham ; Northampton : Edward Elgar Publishing, 2021. viii, 144 p. ; 20 cm. Índice: p. 135-144.

ISBN: 9781802205114 / **DOI** 10.4337/978-1-80088-236-2

Comércio livre / Acordos comerciais multilaterais / Política comercial internacional / Concorrência desleal / Comércio externo -- regulação

J-56-46-31 - 176043

Ciências Jurídico-Filosóficas

APARISI MIRALLES, Ángela

Derecho a la paz y derecho a la guerra en Francisco de Vitoria / Ángela Aparisi Miralles. Granada : Editorial Comares, 2007. 170 p. ; 23 cm. (Filosofía hoy ; 40). Bibliografia: p.[159]-170.

ISBN: 9788498363074

Vitoria, Francisco de, 1483?-1546 / Guerra / Direito à paz

Gab. 1-12-49-16 - 175124

BOERSEMA, David.

Philosophy of human rights : theory and practice / David Boersema. New York ; London : Routledge, 2011. xi, 444 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 423-426. Índice: p. 427-444.

ISBN: 9780813344928

Direitos humanos -- filosofia

Gab. 1-12-69-40 - 176912

MACHADO, Fábio Cardoso.

A autonomia do direito e os limites da jurisdição / Fábio Cardoso Machado. Londrina : Thoth Editora, 2020. 473 p. ; 23 cm. Orig. tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Filosóficas, apresentada à Fac. de Direito da Univ. de Coimbra, em 2019, sob orientação de Fernando José Bronze. Bibliografia: p. [441]-473.

ISBN: 9788594116918

Autonomia do direito / Jurisdição / Modernidade -- direito / Jurisprudencialismo / Tese de doutoramento -- 2019

Gab. 1-12-73-12 - 177025

MACHADO, Fábio Cardoso.

O direito : entre o modelo político da Lex e o paradigma sapiencial do IUS / Fábio Cardoso Machado. Londrina : Thoth Editora, 2020. 202 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. [183]-202.

ISBN: 9786586300314

Direito / Filosofia do direito / Teoria do direito / Lex / Ius

Gab. 1-12-73-13 - 177026

ON THE CONCEPT OF RELIGION

On the concept of religion / Edited by Ernst Feil ; Translated by Brian McNeil ; [Carsten Colpe ... et al.]. Binghamton, NY : State University of New York Press, 2000. viii, 185 p. : il. ; 24 cm. (Academic studies in religion and the social order). Bibliografia: p. 182-185.

ISBN: 9781586840204

Religião -- conceito / Filosofia da religião

Gab. 1-12-73-15 - 177021

ORTIZ, Renato.

Universalismo e diversidade : contradições da modernidade-mundo / Renato Ortiz. São Paulo : Boitempo Editorial, 2015. 175 p. ; 25 cm. Bibliografia: p. [165]-175.

ISBN: 9788575593943

Antropologia / Sociologia / Ciência social / Tradição e modernidade / Relativismo cultural / Globalização

Gab. 1-3-18-6 - 176197

SMITH, Steven Douglas, 1952-

Fictions, lies, and the authority of law / Steven D. Smith. Notre Dame : University of Notre Dame Press, 2021. xvi, 273 p. ; 24 cm. (Catholic ideas for a secular word). Índice: p. 269-273.

ISBN: 9780268201203

Arendt, Hannah, 1906-1975 / Autoridade legal / Filosofia do direito / Obediência

Gab. 1-12-70-47 - 176065

SOZIOLOGIE FÜR DEN ÖFFERNTLICHEN DIENST

Soziologie für den Öfferntlichen Dienst : zur Relevanz der Sozialwissenschaften in Lehre, Forschung und Praxis / Johanna Groß (Hrsg). Hamburg : Maximilian Verlag, 2017. viii, 216 p. ; 24 cm. (Schriftenreihe. Kommunale Hochschule Für Den Öffentlichen Dienst). Bibliografia: p. 214-215.

ISBN: 9783786910688

Sociologia / Serviço público

Gab. 1-3-18-4 - 176935

VILLA, Vittorio.

Una teoria pragmaticamente orientata dell'interpretazione giuridica / Vittorio Villa. Torino : G. Giappichelli Editore, 2012. 229 p. ; 23 cm. (Analise e diritto. Serie teorica ; 92). Bibliografia: p. [218]-228.

ISBN: 9788834827161

Interpretação jurídica -- Itália / Norma jurídica

Gab. 1-12-35-41 - 171674

VULNERABILITÀ

Vulnerabilità : analisi multidisciplinare di un concetto / A cura di Orsetta Giolo e Baldassare Pastore ; [Giorgia Maragno ... et al.]. Roma : Carocci Editore, 2018. 294 p. ; 22 cm. (Biblioteca di testi e studi ; 1210). Includi referências bibliográficas.

ISBN: 9788843093861

Vulnerabilidade / Antropologia filosófica

Gab. 1-12-73-16 - 175907

WAAL, Tamar de, 1988-

Integration requirements for immigrants in Europe : a legal-philosophical inquiry / Tamar de Waal. Oxford [etc.] : Hart, 2021. 169 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. [150]-161

ISBN: 9781509931651

Imigrantes -- integração -- Europa / Imigrantes -- direitos / Filosofia do direito

Gab. 1-12-47-30 - 175153

Ciências Jurídico-Históricas

BAYLY, Christopher Alan, 1945-

El nacimiento del mundo moderno : 1780-1914 : conexiones y comparaciones globales / Christopher A. Bayly. Madrid : Siglo XXI, 2010. 649 p. : il. ; 23 cm. Bibliografía: p. 613-636

ISBN: 9788432313257

História moderna / Antigo regime / Imperialismo / Liberalismo / Hierarquias sociais

C-12-4-54 - 175064

FERREIRA, Waldemar Martins, 1885-1964.

História do direito constitucional brasileiro / Waldemar Martins Ferreira ; Apresentação Michel Temer. 2ª edição. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2019. IX, 384 p. ; 24 cm. (Coleção constitucionalismo brasileiro). Bibliografía: p. [355]-358. Índice: p. [361]-384.

ISBN: 9788530982263

Direito constitucional -- história / Organização política -- Brasil / Proclamação da República -- Brasil / Presidencialismo -- Brasil / Democracia -- restauração / Justiça do trabalho / Justiça eleitoral / Justiça militar / Tribunal Federal / Supremo Tribunal Federal

C-18-33-43 - 177007

A GLOBAL CONCEPTUAL HISTORY OF ASIA

A Global conceptual history of Asia : 1860-1940 / edição de Hagen Schulz-Forberg. Londres ; Nova Iorque : Routledge, 2016. 205 p. ; 23 cm. (Perspectives in economic and social history ; vol. 33).

ISBN: 9781848934726

Mudança social -- Ásia / Ásia -- desenvolvimento económico / História social -- Ásia

C-12-4-53 - 175054

GUERREIRO, Alexandre.

História do direito internacional público : ingerência e uso da força (1555-1945) / Alexandre Guerreiro. Coimbra : Gestlegal, 2022. 264 p. ; 23 cm. (Manuais). Bibliografía: p. 241-262.

ISBN: 9789898951892

Direito internacional público -- história / Direito internacional público / Ingerência -- evolução histórica / História -- jurisdição

C-18-33-16 - 176978

JUSTO, A. Santos, 1945-

O negócio indireto : figuras jurídicas próximas / António dos Santos Justo. Coimbra : [s.n.], 2021. p. 1-67 ; 24 cm. Sep. de: Boletim da Faculdade de Direito, Vol. 97, t. 1 (2021)

Negócio indireto / Negócio aparente / Negócio fiduciário / Negócio misto / Negotium mixtum cum donatione / Negócio simulado / Negócio em fraude à lei

C-18-33-39 - 176969

C-18-33-40 - 176970

C-18-33-41 - 176971

PARRON, Tâmis.

A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865 / Tâmis Parron. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011. 373 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. 356-373.

ISBN: 9788520010235

Escravidão -- Brasil -- história / Escravidão -- Séc. 19 / Contrabando negro / Política e governo -- Brasil

C-18-33-42 - 177011

A REVOLUÇÃO LIBERAL, 200 ANOS DEPOIS

A revolução liberal, 200 anos depois : em homenagem a Pedro Baptista / Coordenação de: Celeste Natário ... [et al.]. Sintra : Zéfiro, 2021. 141 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789896771829

Liberalismo / Revolução liberal -- Portugal / Igreja e Estado -- conflitos / Direitos humanos

Gab. 1-2-47-12 - 177130

SARDINHA, Carlos, 1977-

Cronologia de direito romano / Carlos Sardinha. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2022. 45 p. ; 20 cm. Bibliografia: p. 43-45.

ISBN: 9789725408223

Direito romano -- cronologia

C-18-33-3 - 176422

SECO, António Luís de Sousa Henriques, 1822-1892.

Memória histórico-corográfica dos diversos concelhos do distrito administrativo de Coimbra ; seguida de Mapa do distrito administrativo de Coimbra / Antonio Luís de Sousa Henriques Seco ; recolha de textos, introdução e notas por Mário Araújo Torres. 1.ª ed. Lisboa : Edições Ex-Libris, 2022. 241 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789899028555

Coimbra (distrito) -- séc. 19

C-18-31-17 - 177148

C-18-31-18 - 177149

Ciências Jurídico-Políticas

LA ADAPTACIÓN DE LA DOCENCIA DEL DERECHO A LA ENSEÑANZA NO PRESENCIAL Y SEMIPRESENCIAL

La adaptación de la docencia del derecho a la enseñanza no presencial y semipresencial : una experiencia desde el derecho administrativo y la Universidad de Granada / Francisco Javier Durán Ruiz (director) ; Asensio Navarro Ortega (coordinador) ; [Belén Burgos Garrido ... et al.]. Madrid : Iustel, 2022. 178 p. : il. ; 22 cm.

ISBN: 9788498904284

Ensino do direito / Blended-learning / Pandemia / Educação universitária / Direito administrativo -- Granada

J-117-86-21 - 177144

AFRICAN DATA PRIVACY LAWS

African data privacy laws / edição de Alex B. Makulilo. Cham : Springer, 2016. 379 p. ; 23 cm. (Law, governance and technology series ; 33).

ISBN: 9783319473154

Privacidade de dados -- África / Proteção de dados -- África

D-12-179-1 – 175483

ALMEIDA, Mário Aroso de, 1965-

A anulação dos actos administrativos no contexto das relações jurídico-administrativas / Mário Aroso de Almeida. 2ª edição. Coimbra : Almedina, 2022. 828 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 767-814. Índice: p. 815-820.

ISBN: 9789894004608

Anulação de actos administrativos / Relações jurídico-administrativas

J-117-86-20 – 177097

AN-NA'ÍM, Abdullahi Ahmed, 1946-

African constitutionalism and the role of Islam / Abdullahi Ahmed An-Na'im. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2006. xii, 199 p. ; 24 cm. (Pennsylvania studies in human rights). Bibliografia: p. [187]-194. Índice: p. [195]-199.

ISBN: 9780812239621

Direito constitucional -- África / Direito islâmico

D-12-185-25 – 176019

ARAGÃO, Alexandra, 1967-

Direito do ambiente nos 100 anos do Boletim da Faculdade de Direito / Alexandra Aragão. Coimbra : [s.n.], 2021. p. 101-116 ; 24 cm. Sep. de: Boletim da Faculdade de Direito, Vol. 97, t. 1 (2021)

Dias, José Eduardo Figueiredo / Antunes, Luís Filipe Colaço / Canotilho, José Joaquim Gomes, 1941- / Direito do ambiente / Doutrina ambiental

D-12-189-44 - 176945

D-12-189-45 - 176946

D-12-189-46 - 176947

ARMSTRONG, Sally.

Power shift : the longest revolution / Sally Armstrong. [Toronto] : Anansi, 2019. 305 p. ; 23 cm. (Massey lectures series).

ISBN: 9781487006822

Igualdade de géneros / Direitos das mulheres / Direitos humanos / Mulher -- estatuto legal / Discriminação de género

D-12-187-29 - 176445

AUTONOMÍA, DEPENDENCIA Y SERVICIOS SOCIALES

Autonomía, dependencia y servicios sociales / Carmen Alemán Bracho, José María Alonso Seco, Rosa Peñasco Velasco [coordinadores] ; [María del Mar Ramos Lorente ... et al.]. Navarra : Aranzadi, 2021. 475 p. ; 24 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9788413909158

Autonomia / Dependência / Serviços sociais

D-12-185-16 - 175692

AVRIL, Pierre, 1930-

Droit parlementaire / Pierre Avril, Jean Gicquel, Jean-Éric Gicquel. 6e édition. Paris : L.G.D.J., 2021. 498 p. ; 22 cm. (Domat droit public). Índice: p. 475-488.

ISBN: 9782275054810

Direito parlamentar -- França -- manual / Procedimento parlamentar -- França / Parlamento -- França

D-12-186-28 - 176035

BAÍA, Gelson.

Breves comentários à LPDP : lei de proteção de dados pessoais da República Democrática de São Tomé e Príncipe - Lei nº. 03/2016, de 10 de março- Parte 1 / Gelson Baía. Lisboa : AAFDL, 2021. 199 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789899057067

Proteção de dados / Privacidade de dados

D-12-182-24 - 176433

BALEEIRO, Aliomar, 1905-1978.

Alguns andaimes da constituição / Aliomar Baleeiro ; Apresentação Carlos Velloso. 2ª edição. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2019. XIII, 195 p. ; 24 cm. (Coleção constitucionalismo brasileiro).

ISBN: 9788530982232

Sistema tributário / Direito financeiro / Imposto progressivo

D-12-189-39 - 177019

BAN, Cornel.

Ruling ideas : how global neoliberalism goes local / Cornel Ban. New York : Oxford University Press, 2016. x, 301 p. ; 24 cm. Índice. Bibliografia: p. 267-289.

ISBN: 9780190600396

Neoliberalismo / Política económica / Política local / Grande recessão / Espanha / Roménia

D-12-175-33 - 175904

BAYLY, Christopher Alan.

Recovering liberties : indian thought in the age of liberalism and empire : the wiles lectures given at the Queen's University of Belfast, 2007 / C.A. Bayly. Cambridge [etc.] : Cambridge University Press, 2012. ix, 383 p. ; 23 cm. (Ideas in context). Bibliografia: p. 360-379. Índice: p. 380-383.

ISBN: 9781107601475

Liberalismo -- Índia -- história / Democracia -- Índia -- história

D-12-189-31 - 175921

BENNETT, Herman L., 1964-

African kings and black slaves : sovereignty and dispossession in the early modern Atlantic / Herman L. Bennett. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2019. 226 p. ; 23 cm. (Early modern Americas). Bibliografia: p. [209]-220. Índice: p. [221]-223.

ISBN: 9780812250633

Soberania / Tráfico de escravos -- aspectos políticos / Tráfico de escravos -- história

D-12-178-37 - 175930

BENS, Jonas.

The indigenous paradox : rights, sovereignty, and culture in the Americas / Jonas Bens. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2020. 245 p. : il. ; 24 cm. (Pennsylvania studies in human rights). Bibliografia: p. [219]-231. Índice: p. [233]-241.

ISBN: 9780812252309

Indígenas -- direitos / Pluralismo jurídico / Povos indígenas -- relações governamentais / Soberania

D-12-178-36 - 175931

BEWAJI, John Ayotunde Isola.

The rule of law and governance in indigenous Yoruba society : a study in african philosophy of law / John Ayotunde Isola Bewaji. Lanham : Lexington Books, 2016. 282 p. ; 23 cm. (African philosophy. Critical perspectives and global dialogue). Bibliografia: p. 255-275

ISBN: 9781498518376

Direito indígena -- África / Direitos humanos -- África / Povo indígena

D-12-179-16 - 175484

BIGOT, Grégoire.

Ce droit qu'on dit administratif.. : études d'histoire du droit public / Grégoire Bigot ; Chargée D'édition Maude Lajoinie. Deuxième édition revue et augmentée. Paris : Éditions La Mémoire du Droit, 2020. LXIII, 366 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 361-362.

ISBN: 9782845390539

Direito administrativo / História do direito público / Justiça administrativa

J-117-69-37 - 175464

BÚZÁS, Zoltán I.

Evading international norms : race and rights in the shadow of legality / Zoltán I. Búzás. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2021. 317 p. ; 24 cm. (Pennsylvania studies in human rights). Bibliografia: p. [285]-303. Índice: p. [305]-314.

ISBN: 9780812252699

Direitos humanos / Direito internacional / Normas sociais -- aspectos políticos / Ciganos -- direitos civis / Discriminação

D-12-178-35 - 175906

CABRAL, Nazaré da Costa, 1971-

Modelos de políticas públicas sociais : do rendimento incondicional aos vouchers , passando por soluções intermédias / Nazaré da Costa Cabral. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 73 p. : il. ; 24 cm. (Opúsculos). Bibliografia: p. 69-73.

ISBN: 9789894004707

Políticas públicas sociais / Rendimento mínimo / Vouchers

D-12-189-57 - 177111

CARASSUS, David.

Le pilotage des politiques publiques locales : de la planification à l'évaluation / David Carassus ; prefácio Jean Arthuis, Stéphane Pintre. Boulogne-Billancourt : Berger-Levrault, 2020. 622 p. : il. ; 23 cm. (Indispensables).

ISBN: 9782701320298

Administração Local / Políticas públicas -- França / Administração local

D-12-179-19 - 175411

CASARA, Rubens R. R.

Estado pós-democrático : neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis / Rubens R.R. Casara. 6ª edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2020. 239 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. 231-239.

ISBN: 9788520009505

Democracia / Estado pós-democrático / Neoliberalismo / Neo-obscurantismo

D-12-189-13 - 176165

CASELLA, Paulo Borba.

Tratado de direito internacional : direito internacional dos espaços / Paulo Borba Casella. 2ª edição, revista e atualizada. São Paulo : Almedina, 2022- . vol ; 23 cm. (Tratado do direito internacional). Tomo I, Conceitos basilares, domínio terrestre, fluvial e marítimo. 2022. 768 p.

ISBN: 9789894005070 (vol. 2)

Direito internacional dos espaços / Espaços comuns / Fronteiras / Território -- dimensões -- domínio terrestre / Território -- dimensões -- domínio marítimo / Território -- dimensões -- domínio aeronáutico

J-140-31-44 - 177107

CENTEL, Tankut.

Turkish social law / Tankut Centel. Cham : Springer, 2021. xxviii, 346 p. ; 24 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783030647032

Seguro social / Direito social -- história -- Turquia / Segurança social

D-12-186-1 - 175704

CHIBBER, Vivek, 1965-

Postcolonial theory and the specter of capital / Vivek Chibber. First edition. London : Verso, 2013. xii, 306 p. ; 24 cm. Índice: p. [297]-306.

ISBN: 9781844679768

Pós-colonialismo / Capitalismo / Subalternidade / Supremacia / Hegemonia / Universalismo / Historicismo / Teoria social / Descolonização

D-12-186-12 - 175913

COMENTÁRIO AO REGIME DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES POR TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E ALTOS CARGOS PÚBLICOS

Comentário ao regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos / José Augusto Gonçalves Ferreira. Coimbra : Almedina, 2022. 182 p. ; 23 cm. (Legislação anotada).

ISBN: 9789894003892

Titular do cargo político / Cargos públicos / Mandato

J-117-85-34 - 176974

CONCEIÇÃO, Apelles J. B.

Segurança social : manual prático / Apelles J.B. Conceição. 13^a edição. Coimbra : Almedina, 2022. 872 p. : il. ; 23 cm. (Manuais profissionais). Índice: p. 829-860.

ISBN: 9789894005094

Política social / Segurança social -- regimes públicos / Trabalhadores -- situações especiais / Contribuições -- pagamento voluntário / Prestações / Trabalhadores migrantes / Segurança social -- gestão / Segurança social - - financiamento

D-12-189-50 - 177050

SL- E-5-16 - 177051

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS.

CISG, Brasil e Portugal : Convenção das Nações Unidas para os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias / Coordenação Ingeborg Schwenzer, Paula Costa e Silva, Cesar Pereira ; [Alberto do Amaral Júnior .. et al.]. São Paulo : Almedina, 2022. 952 p. ; 23 cm. (Obras coletivas).

ISBN: 9789894005063

CISG / Contratos de compra e venda / Compra e venda internacional de mercadorias / Transferência do risco / Brasil / Portugal

J-140-31-43 - 177098

J-140-31-22 - 177241

COSTA, Teresa M. P. R. de Almeida.

A institucionalização da política pública portuguesa de cooperação, 1974-1999 : a path dependence, a racionalidade limitada dos decisores, os interesses divergentes dos actores e a pressão internacional : factores de causalidade da impreparação institucional da política / Teresa M.P.R. de Almeida Costa ; [Prefácio de João Gomes Cravinho]. Coimbra : Almedina, 2022. 345 p. : il. ; 23 cm. (Teses). Orig. tese de doutoramento em Políticas Públicas, sob orientação de Tiago Fernandes e Manuel Correia. Bibliografia: p. 332-345.

ISBN: 9789894004516

Políticas públicas / Cooperação para o desenvolvimento / Cooperação portuguesa / Europeização / Transferência de políticas

D-12-187-30 - 177090

CRAVEIRO, Lara.

Trâmites da contratação pública em Angola : Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro / Lara Craveiro. Lisboa : Quid Juris, 2022. 143 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9789727248643

Contratação pública -- Angola / Contratos públicos -- Angola

J-117-85-45 - 176973

LA CRISIS DEL PARLAMENTARISMO EN NUESTRA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

La crisis del parlamentarismo en nuestra democracia constitucional / Manuel Aragón Reyes, José Ramón Cossío Díaz, Luis Felipe Nava Gomar Coordinadores ; [María José Añón Roig ... et al.]. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 604 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. 604.

ISBN: 9788413970202

Democracia constitucional / Parlamentarismo / Populismo / Justiça constitucional / Pandemia -- sistema constitucional

D-12-185-18 - 176223

CRUZ, José N.

Condições causais dos níveis de transparência nos países europeus / José N. Cruz. Coimbra : [s.n.], 2021. p. [69]-112 : il. ; 24 cm. Sep. de: Boletim de Ciências Económicas, Vol. 64 (2021). Bibliografia: p. 104-107.

Transparência / Grupo de interesse / Sistema de justiça -- eficácia / Desigualdade / Educação / Corrupção

D-12-179-37 - 177027

D-12-179-38 - 177028

D-12-179-39 - 177029

DALY, Erin.

Dignity rights : courts, constitutions, and the worth of the human person / Erin Daly ; Foreword by Aharon Barak. Updated edition. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2021. xxii, 229 p. ; 23 cm. (Democracy, citizenship, and constitutionalism). Índice: p. [221]-229.

ISBN: 9780812224757

Respeito pelas pessoas -- legislação / Dignidade / Direitos humanos

D-12-189-28 - 175929

DECENTRALIZATION IN THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA

Decentralization in the Middle East and North Africa : informal politics, subnational governance, and the periphery / Thomas Demmelhuber, Roland Sturm (eds.) ; [Miriam Bohn ... et al.]. Baden-Baden : Nomos, 2021. 199 p. : il. ; 23 cm. (Nahoststudien. Middle eastern studies ; 5). Inclui referências bibliográficas.

<https://doi.org/10.5771/9783748920731>

ISBN: 9783848782734 / **DOI** 10.5771/9783748920731

Descentralização -- Médio Oriente / Descentralização -- Norte de África / Governança

D-12-186-2 - 175682

DEMOCRACIA EM TEMPO DE PANDEMIA

Democracia em tempo de pandemia / coordenação de Miguel Poiães Maduro, Paulo Kahn ; [David Pozen ... et al.]. 1.ª ed. Cascais : Príncipe, 2021. 182 p. ; 24 cm.

ISBN: 9789897162718

Pandemia / Perfeccionismo / Populismo / Democracia / Cidadania

D-12-187-27 - 176991

DEMOCRACY, ELECTIONS, AND CONSTITUTIONALISM IN AFRICA

Democracy, elections, and constitutionalism in Africa / edited by Charles M. Fombad and Nico Steytler. New York : Oxford University Press, 2021. 541 p. : il. ; 23 cm. (Stellenbosch Handbooks in African Constitutional Law). Bibliografia: p. 514-517

ISBN: 9780192894779

Democracia -- África / Constitucionalismo -- África

D-12-183-2 - 175825

DICIONÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dicionário de ciência política e relações internacionais / [Coordenação Fernando de Sousa .. et al.] ; [Alexandra Abranches .. et al.]. Coimbra : Almedina, 2021. 679 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. [663]-679.

ISBN: 9789894002895

Ciência política -- dicionário / Relações internacionais

OR-DT-POL-97 - 177094

OS DILEMAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO

Os dilemas dos direitos fundamentais sociais no Estado constitucional contemporâneo / Organizadores Gustavo de Assis Souza, Renato de Oliveira Dering ; [Luana Vitória Dias de Sá ... et al.]. Curitiba : Editora CRV, 2020. 232 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786555782141 / **DOI** 10.24824/978655578214.1

Direito constitucional / Direitos humanos / Direitos fundamentais / Constitucionalismo

D-12-185-27 - 176199

DINIS, Ana.

Chartered accountants' views about the use of tax relief measures to alleviate Covid 19 effects : an empirical analysis / Ana Dinis, António Martins. Coimbra : [s.n.], 2021. p. [171]-200 ; 24 cm. Sep. de: Boletim de Ciências Económicas, Vol. 64 (2021). Bibliografia: p. 194-196.

Fiscalidade / COVID-19 / Alívio fiscal / Contabilistas certificados / Direito fiscal

E-11-41-52 - 177042

E-11-41-53 - 177043

E-11-41-54 - 177044

DIOGO, Luís Manuel Gomes da Costa.

Manuel de direito internacional : o direito do mar e questões de direito marítimo / Luís Manuel Gomes da Costa Diogo, Rui Manuel Januário. [Forte da Casa] : Petrony Editora, - . vol. ; 24 cm. Tomo 2, 2022. 855 p. Bibliografia: p. [831]-845.

ISBN: 9789726853213 (vol. 2)

Direito internacional / Direito marítimo / Direito do mar -- história / Registo internacional de navios / Comércio marítimo

J-140-31-36 - 176992

DIREITO MARÍTIMO

Direito marítimo : estudos em homenagem aos 500 anos da circum-navegação de Fernão de Magalhães / Enrique Ricardo Lewandowski, Coordenador ; Apresentação Ilques Barbosa Junior ; [Alexandre de Moraes .. et al.]. Belo Horizonte : Forum Conhecimento Jurídico, 2021. 620 p. ; 25 cm. (Direito privado). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786555181050

Magalhães, Fernão de, 1480?-1521 -- 500 anos da circum-navegação -- homenagem / Direito privado / Direito marítimo / Direito comercial / Pirataria marítima / Cibersegurança marítima / Ship to Ship -- aspectos ambientais / Navios naufragados -- processo de remoção / Transporte marítimo -- globalização / Direito do mar / Embargo de embarcação / Arresto de navio / Arbitragem / Autoridade marítima -- Brasil / Prescrição de cobrança

Gab. 1-2-47-7 - 177002

DIREITO TRIBUTÁRIO E ORDEM ECONÔMICA

Direito tributário e ordem econômica : homenagem aos 60 anos da ABDF / Coordenação Heleno Taveira Torres ; [Agostinho Toffoli Tavoraro ... et al.]. São Paulo : Editora Quartier Latin do Brasil, 2010. 880 p. ; 24 cm.

ISBN: 9788576744962

Supremo Tribunal Federal / Direito tributário / Ordem econômica / Direito financeiro / Imunidade tributária / Segurança jurídica / Planeamento tributário / Princípios constitucionais / Direito tributário internacional

Gab. 1-2-47-8 - 177060

O DIREITO TRIBUTÁRIO NO BRASIL

O direito tributário no Brasil : reflexão sobre o sistema tributário realizada por juristas e economistas / Organizadores Ives Gandra da Silva Martins, Paulo Rabello de Castro, Rogério Vidal Gandra da Silva Martins ; [Agostinho Tavoraro .. et al.]. 2ª edição. São Paulo : Editora Quartier, 2010. 317 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9788576745044

Sistema tributário -- Brasil / Sistema tributário -- aspectos económicos / Reforma tributária / Sistema tributário constitucional -- política fiscal / Imposto sobre grandes fortunas / Constituição Federal de 1988 / Direito tributário

E-11-41-57 - 177146

DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos : contextos e perspectivas / Coordenadores João Alexandre Silva Alves Guimarães, Rodrigo Vitorino Souza Alves ; Prefácio de Mafalda Miranda Barbosa ; Autores Alexandre Pereira Nonna ... [et al.]. Indaiatuba : Editora Foco, 2022. VIII, 287 p. ; 24 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786555154795

Direitos humanos / Género / Empresas / Tecnologia

D-12-189-23 - 176993

DOUVILLE, Thibault.

Droit des données à caractère personnel : droit de l'Union Européenne / Thibault Douville. Paris : Gualino, Lextenso, 2021. 425 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. [415]-416. Índice p. [417]- 425.

ISBN: 9782297069823

Proteção de dados pessoais -- França / Tratamento de dados pessoais

D-12-179-20 - 175415

DROIT PUBLIC ET CULTURE

Droit public et culture / sous la direction scientifique de Olivier Guezou et Stéphane Manson. Bruxelles : Bruylant, 2020. 309 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9782802765561

Direito público -- França / Direito internacional público -- França / Direito e cultura

D-12-183-7 - 176111

DROITS, PROTECTIONS, PROXIMITÉ

Droits, protections, proximité : mélanges en l'honneur du professeur Hervé Rihal / Études coordonnées et réunies par Emmanuel Aubin ... [et al.] ; [Florian Aumond ... et al.]. Poitiers : Presses Universitaires Juridiques de Poitiers, 2021. 702 p. ; 25 cm. (Mélanges). Bibliografia: p. 5-17.

ISBN: 9782381940069

Direito público -- França

Gab. 1-2-47-16 - 175872

EDUCAÇÃO

Educação : a Provedoria de Justiça na salvaguarda dos direitos humanos. [Lisboa] : Provedor de Justiça, 2021. 49 p. ; 28 cm. (Cadernos da pandemia ; 1). Bibliografia: p. 46-49.

Direito à educação / Direitos humanos / Exclusão social

D-12-183-43 - 174008

EROSION VON DEMOKRATIE UND RECHTSSTAAT?

Erosion von Demokratie und Rechtsstaat? : Beiträge auf der 17. Speyerer Demokratietagung vom 26. bis 27. Oktober 2017 an der Deutschen Universität für Verwaltungswissenschaften Speyer / Herausgegeben von Hans Herbert von Arnim ; [Hans-Werner Sinn ... et al.]. Berlin : Duncker & Humblot, 2018. 220 p. : il. ; 23 cm. (Schriftenreihe der Deutschen Univeristät für Verwaltungswissenschaften Speyer ; Band 235). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783428155361

Democracia / Participação política / Estado constitucional -- Alemanha

D-12-185-36 - 175700

ESTADO DE DIREITO

Estado de direito : a Provedoria de Justiça na salvaguarda dos direitos humanos. [Lisboa] : Provedor de Justiça, 2021. 42 p. ; 28 cm. (Cadernos da pandemia ; 3).

Estado de direito / Direitos humanos

D-12-183-45 - 174010

THE EXPANDING SPACES OF LAW

The expanding spaces of law : a timely legal geography / edited by Irus Braverman ... [et al.]. Stanford : Stanford Law Books, cop. 2014. XIII, 278 p. ; 23 cm. Inclui bibliografia. Índice.

ISBN: 9780804797283

Espaço e tempo / Antropologia jurídica / Espaço urbano / Geografia jurídica

D-12-175-42 - 177127

FEITOSA, Maria Luiza Pereira Mayer.

Desenvolvimento regional, direito humano à água e armadilhas da nova lei de saneamento básico do Brasil / Maria Luiza Pereira Mayer Feitosa, José Irialdo Alves de Oliveira Silva, Aendria de Sousa do Carmo Mota Soares. Coimbra : [s.n.], 2021. p. [113]-170 ; 24 cm. Sep. de: Boletim de Ciências Económicas, Vol. 64 (2021). Bibliografia: p. 163-169.

Desenvolvimento regional / Saneamento básico / Direito humano à água

D-12-179-34 - 177032

D-12-179-35 - 177033

D-12-179-36 - 177034

FEMINIST CONSTITUTIONALISM

Feminist constitutionalism : global perspectives / edited by Beverley Baines, Daphne Barak-Erez, Tsvi Kahana ; prefácio Catharine A. Mackinnon. Cambridge : Cambridge University Press, 2012. 477 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9780521137799

Mulher -- direitos / Feminismo -- jurisprudência

D-12-183-12 - 176446

FIELDWORK IN TIMOR-LESTE

Fieldwork in Timor-leste : understanding social change through practice / edited by Maj Nygaard-Christensen and Angie Bexley. First edition. Copenhagen : Nias Press, 2017. xv, 261 p. : il., mapas ; 23 cm. (NIAS studies in Asian topics ; 59). Índice. Bibliografia no final de cada capítulo.

ISBN: 9788776942090

ONU / Mudança social / Trabalho de campo / Timor-Leste -- 1999 / Indonésia

D-12-175-34 - 175762

FREITAS, Judite A. Gonçalves de.

O Conselho de Estado : no antigo regime e no liberalismo Portugal, Espanha e França / Judite A. Gonçalves de Freitas ; [prefácio Rui Branco]. Óbidos : Alêtheia Editores, 2020. 300 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia: p. 285-300

ISBN: 9789898906649

Conselho de Estado / Institucionalismo histórico

D-12-179-10 - 175505

GANNAGÉ, Pierre.

Le pluralisme des statuts personnels dans les états multicommunautaires : droit libanais et droits proche-orientaux / Pierre Gannagé. 2e édition. Beyrouth : Hachette A. Antoine Reference : Presses de l'Université Saint-Joseph, 2019. 378 p. ; 23 cm.

ISBN: 9786148019401

Direitos civis -- Líbano / Sistema pluralista / Status pessoal

D-12-185-29 - 175511

GONZÁLEZ-JULIANA MUÑOZ, Álvaro.

Transparencia administrativa sin administración : el acceso a la información en poder de sujetos privados / Álvaro González-Juliana Muñoz. Navarra : Aranzadi, 2022. 471 p. ; 24 cm. (Estudios). Bibliografía: p. 361-471.

ISBN: 9788411244145

Transparência administrativa / Acesso à informação / Sujeitos privados

J-117-67-20 - 177000

GOUVEIA, Jorge Bacelar, 1966-

Defesa nacional e forças armadas : uma perspectiva no direito militar da segurança no Estado constitucional democrático / Jorge Bacelar Gouveia ; Prêfácio de António Silva Ribeiro. Coimbra : Almedina, 2022. 313 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 287-307.

ISBN: 9789894005124

Defesa nacional / Forças armadas / Direito militar / Estado constitucional democrático / Segurança nacional

D-12-189-52 - 177112

GOUVEIA, Jorge Bacelar, 1966-

Proteção civil e segurança comunitária : uma perspectiva da segurança humana em Estado de direito democrático / Jorge Bacelar Gouveia ; [Prêfácio de José Duarte Costa]. Coimbra : Almedina, 2022. 334 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 311-328.

ISBN: 9789894004431

Proteção civil / Segurança comunitária / Direito democrático

D-12-189-55 - 177100

GUALDANI, Annalisa.

Diritto dei servizi sociali / Annalisa Gualdani. Torino : G.Giappichelli Editore, 2018. 264 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. [245]- 264

ISBN: 9788892116290

Serviços sociais -- Itália / Direito previdenciário -- Itália

D-12-183-6 - 175815

GUILLAUME, Marc, 1940-

Question prioritaire de constitutionnalité / Marc Guillaume. Dalloz : Paris, 2019. 193 p. ; 20 cm. (Dalloz corpus). Índice: p. 191-193. Bibliografia: p. [7]-10.

ISBN: 9782247190638

Direitos e liberdades fundamentais / Conselho Constitucional -- França / QPC / Tribunal de Cassação -- França

D-12-186-40 - 175835

HANDBUCH DES VERFASSUNGSRECHTS

Handbuch des Verfassungsrechts : Darstellung in transnationaler Perspektive / Herausgegeben von Matthias Herdegen ... [et al.] ; Unter redaktioneller Koordination und Mitarbeit von Niklas Burkat ; Mit Beiträgen von den Herausgebern und Matthias Backer... [et al.]. München : C.H. Beck, 2021. LVIII, 1837 p. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 1785-1837.

ISBN: 9783406738500

Direito constitucional -- Alemanha / Direito transnacional

D-12-185-33 - 175710

HENDRICKSON, Jocelyn.

Leaving Iberia : islamic law and Christian conquest in North West Africa / Jocelyn Hendrickson. Cambridge ; Massachusetts : Harvard University Press, 2021. xii, 413 p. ; 25 cm. (Harvard series in Islamic law ; 9). Bibliografia: p. 353-371. Índice: p. 373-413.

ISBN: 9780674248205

Direito islâmico / Reconquista cristã

D-12-185-4 - 176113

HERPEN, Marcel H. Van, 1945-

The end of populism : twenty proposals to defend liberal democracy / Marcel H. Van Herpen. Manchester : Manchester University Press, 2021. viii, 292 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 270-282. Índice: p. 283-292.

ISBN: 9781526154132

Populismo / Democracia / Reforma política / Reforma educacional / Corrupção / Reforma social / Fake news

D-12-185-21 - 176146

THE HUMAN RIGHTS REVOLUTION

The human rights revolution : an international history / Edited by Akira Iriye, Petra Goedde, William I. Hitchcock ; [Kenneth Cmiel ... et al.]. Oxford : Oxford University Press, 2012. 353 p. ; 24 cm. (Reinterpreting history). Índice: p. 345-353.

ISBN: 9780195333145

Direitos humanos -- história / Direitos humanos -- aspectos políticos -- história / Declaração Universal dos Direitos do Homem

D-12-186-10 - 175981

IKENBERRY, G. John.

Un mondo sicuro per la democrazia : internazionalismo liberale e crisi dell'ordine globale / G. John Ikenberry. Milano : Vita e Pensiero, 2020. 387 p. ; 22 cm. (Relazioni internazionali e scienza politica ; 63).

ISBN: 9788834343036

Democracia / Relações internacionais / Liberalismo / Ordem global

D-12-186-3 - 175708

INTEGRATION DURCH RELIGION?

Integration durch Religion? : Geschichtliche Befunde, gesellschaftliche Analysen, rechtliche Perspektiven / Edmund Arens ... [et al.] (Hg.) ; [Jörg Stolz ... et al.]. Zürich : Pano Verlag ; Baden-Baden : Nomos, 2014. 261 p. ; 23 cm. (Religion-wirtschaft-politik ; Band 10). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783290220242 (Pano Verlag) / **ISBN** 9783848711420 (Nomos)

Integração social -- Europa -- história / Sociologia religiosa -- Europa -- história / Religião -- Europa -- história

D-12-189-31 - 176237

IPSEN, Jörn, 1944-

Staatsrecht I : Staatsorganisationsrecht / von Jörn Ipsen, Anna-Katrin Kaufhold, Thomas Wischmeyer. 33., überarbeitete Auflage. München : Verlag Franz Vahlen, 2021. XXVIII, 337 p. : il. ; 24 cm. (Academia Iuris). Bibliografia: p. XXVII-XXVIII. Índice: p. 325-337.

ISBN: 9783800665501

Direito constitucional / Organização do Estado / Democracia parlamentar / Estado de justiça

D-12-185-34 - 175512

IPSEN, Jörn, 1944-

Staatsrecht II : Grundrechte / Von Jörn Ipsen. 24., überarbeitete Auflage. München : Verlag Franz Vahlen, 2021. XXVI, 298 p. ; 24 cm. (Academia iuris. Lehrbücher der rechtswissenschaft). Bibliografia: p. XXV-XXVI. Índice: p. 285-298.

ISBN: 9783800666195

Direito constitucional / Direitos fundamentais / Direitos humanos -- Alemanha

D-12-185-35 - 175513

THE IT REVOLUTION AND ITS IMPACT ON STATE, CONSTITUTIONALISM AND PUBLIC LAW

The IT revolution and its impact on state, constitutionalism and public law / Edited by Martin Belov ; [Daniel Valchev ... et al.]. Oxford [etc.] : Hart, 2021. xiii, 328 p. ; 24 cm. Índice: p. [315]-328.

ISBN: 9781509940875

Tecnologias de informação e comunicação -- direito / Direito público / Direito constitucional / Inovação tecnológica -- influência

D-12-185-23 - 175765

JAY, John, 1745-1829.

Independencia, Estado y constitución / John Jay ; Estudio preliminar y selección de Jorge Pérez Alonso ; Traducción anotada de Patricia García Majado. Madrid : Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2018. CX, 189 p. ; 22 cm. (Clásicos políticos). Índice: p. 183-189.

ISBN: 9788425917684

Independência / Estado / Constituição

D-12-186-34 - 176875

JAY, John, 1745-1829.

Tribunales y jurisdicción federal / John Jay ; Estudio preliminar, selección, traducción y notas Jorge Pérez Alonso. Madrid : Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2019. XCIII, 187 p. ; 22 cm. (Clásicos políticos). Contém : Estudio preliminar. El Tribunal Supremo de los Estados Unidos bajo la presidencia de John Jay (1790-1795) por Jorge Pérez Alonso. Índice: p. 183-187.

ISBN: 9788425918209

História constitucional -- Estados Unidos

D-12-188-34 - 176873

JUDICIAL COSMOPOLITANISM

Judicial cosmopolitanism : the use of foreign law in contemporary constitutional systems / Edited by Giuseppe Franco Ferrari. Leiden ; Boston : Brill Nijhoff, 2019. 901 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9789004243118

Direito constitucional -- Europa / Direito constitucional -- Ásia / Direito constitucional -- América Latina / Direito constitucional -- Israel / Globalização

D-12-183-1 - 176151

JUSTICE ET ESCLAVAGES

Justice et esclavages / Sous la direction de Jean-Paul Jean ... [et al.] ; Avant-propos de Denis Salas ; [Olivier Pluen ... et al.]. Paris : La Documentation Française, 2021. 342 p. : il. ; 24 cm. (Histoire de la justice ; 31).

ISBN: 9782111572973

Escravidão -- França / Escravidão -- abolição -- França

D-12-189-59 - 176999

KEATING, Michael.

State and nation in the United Kingdom : the fractured union / Michael Keating. 2nd impression. Oxford : Oxford University Press, 2021. viii, 246 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. [203]-225. Índice: p. [227]-246.

ISBN: 9780198841371 / **DOI** 10.1093/oso/9780198841371.001.0001

Soberania -- Reino Unido / Relações exteriores / Direito constitucional

D-12-185-31 - 176015

KEDAR, Nir.

Law and identity in Israel : a century of debate / Nir Kedar ; Translated by Haim Watzman. Cambridge : Cambridge University Press, 2019. x, 228 p. ; 24 cm. (Cambridge studies in law and Judaism). Bibliografia: p. 207-221. Índice: p. 223-228.

ISBN: 9781108484350 / **DOI** 10.1017/978-1-108-48435-0

Identidade colectiva -- Israel / Direito constitucional -- Israel / Democracia -- Israel / Nacionalismo judaico / Conflito cultural / Sionismo

D-12-178-32 - 175801

KRISE DER ZUKUNFT II

Krise der zukunft II : verantwortung und freiheit angesichts apokalyptischer szenarien / George Pfeleiderer, Harald Matern, Jens Köhrsen, hg ; [Stephan Jütte... et al.]. Zürich : Nomos Verlagsgesellschaft, 2018. 236 p. : il. ; 23 cm. Índice: p. [229]-236.

ISBN: 9783290220358

Futuro / Responsabilidade / Tribunal Constitucional -- Suíça / Humanidade / Ecologia / Apocalipse

D-12-184-9 - 176230

LAW, NATION-BUILDING & TRANSFORMATION

Law, nation-building & transformation : the South African experience in perspective / Catherine Jenkins, Max Du Plessis (eds.) ; [Gaerhard Maré ... et al.]. Cambridge ; Antwrp ; Portland : Intersentia, 2014. xv, 333 p. ; 24 cm. (Series on transitional justice ; 15).

ISBN: 9781780681849

Justiça de transição -- Africa do Sul / Apartheid / Democracia / Direito constitucional / Historia constitucional

D-12-185-5 - 175851

LAWLER, Peter Augustine, 1951-

American heresies and higher education / Peter Augustine Lawler. South Bend : ST. Augustine's Press, 2016. 229 p. ; 23 cm. (Dissident American thought today series). Índice: p. 226-229.

ISBN: 9781587310393

Educação -- Estados Unidos / Heresia -- Estados Unidos

D-12-185-19 - 176204

LEIGH, Andrew, 1972-

What's the worst that could happen? : existential risk and extreme politics / Andrew Leigh. Cambridge ; London : The MIT Press, 2021. 234 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. [171]-209. Índice: p. [211]-234.

ISBN: 9780262046077

Populismo / Radicalismo / Democracia / Existencialismo / Extremismo / Ciência política

D-12-175-41 - 177128

L'HOMME, Roi des Animaux?, Paris, 2019.

L'Homme, roi des animaux? : animaux, droit et société : dialogue franco-britannique le 11 octobre 2019 au Palais du Luxembourg par l'Association des juristes franco-britanniques et la Société de législation comparée / sous la direction d'Aristide Lévi et de Katherine Lisfranc. Paris : Société de Législation Comparée, 2020. 186 p. : il. ; 24 cm. (Colloques ; 43).

ISBN: 9782365171007

Animais -- direito -- França / Animais -- proteção / Bem-estar animal

D-12-178-34 - 175408

LOPO MARTINEZ, Antonio.

Prueba contable en el derecho tributario / Antonio Lopo Martinez. Navarra : Thomson Reuters Aranzadi, 2022. 486 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 439-486.

ISBN: 9788413918464

Direito tributário

E-11-21-43 - 177106

MAGLIVERAS, Konstantinos D.

The African Union (AU) / Konstantinos D. Magliveras, Gino J. Naldi. Second edition. Alphen aan des Rijn : Wolters Kluwer, 2018. 518 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 497-504. Índice: p. 505-518.

ISBN: 9789041195876

África -- política e governo / Direitos humanos / União Africana -- direitos humanos / União Africana -- Imposição de normas / Direitos civis / Direitos políticos

D-12-186-4 – 175774

MAMDANI, Mahmood, 1946-

Citizen and subject : contemporary Africa and the legacy of late colonialism / Mahmood Mamdani. Princeton ; Oxford : Princeton University Press, 1996. xxiv, 353 p. ; 24 cm. (Princeton studies in culture/power/history). Bibliografia: p. [303]-337. Índice: p. [339]-353.

Colonialismo -- África / África -- Influência colonial

D-12-186-11 – 176030

MANBY, Bronwen.

Citizenship in Africa : the law of belonging / Bronwen Manby. Oxford [etc.] : Hart, 2018. ix, 399 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia: p. [350]-373. Índice: p. [383]-399.

ISBN: 9781509944002

Cidadania -- África / Nacionalidade -- África

D-12-185-26 – 175768

MCDONALD, Andrew.

Changing states, changing nations : constitutional reform and national identity in the late twentieth century / Andre McDonald. Oxford [etc.] : Hart, 2020. xviii, 246 p. ; 24 cm. Índice: p.[239]-247.

ISBN: 9781509928729

Reforma constitucional -- séc. 20 / Identidade nacional / Reforma constitucional -- Canadá / Reforma constitucional -- Grã-Bretanha / Reforma constitucional -- Austrália

D-12-185-22 – 175910

MESQUITA, Maria José Rangel de.

Introdução ao contencioso da União Europeia : lições / Maria José Rangel de Mesquita. 4.^a ed. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 492 p. ; 23 cm. (Manuais universitários).

ISBN: 9789894004387

Tribunal de Justiça da União Europeia / Contencioso -- União Europeia / Convenção Europeia dos Direitos do Homem / Direito comunitário -- União Europeia / Contencioso comunitário -- União Europeia

D-12-189-54 - 177103

MEYEROWITZ, Joanne.

A war on global poverty : the lost promise of redistribution and the rise of microcredit / Joanne Meyerowitz. Princeton ; Oxford : Princeton University Press, 2021. x, 311 p. : il. ; 25 cm. Índice: p. 293-311.

ISBN: 9780691206332

Mundialização -- aspectos económicos / Globalização / Desenvolvimento económico / Microcrédito / Pobreza global

D-12-185-30 - 175447

MITCHELL, Joshua.

American awakening : identify politics and other afflictions of our time / Joshua Mitchell. New York ; London : Encounter Books, 2020. xxxiv, 255 p. : il. ; 24 cm. Índice: p. 243-255.

ISBN: 9781641771306

Ciência política / Identidade política / Bipolarização

D-12-186-27 - 176079

MODERN CONSTITUTIONS

Modern constitutions / Edited by Rogers M. Smith and Richard R. Beeman ; [David D. Law ... et al.]. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2020. vi, 325 p. ; 24 cm. (Democracy, citizenship, and constitutionalism). Inclui referências bibliográficas. Índice: p. [307]-325.

ISBN: 9780812252347

Direito constitucional / Constituição moderna

D-12-186-13 - 175788

MORATO, Caio César.

Os acordos para a troca de informações fiscais entre países e a legislação brasileira / Caio César Morato : [Prefácio de Fábio Martins de Andrade]. São Paulo : Almedina, 2018. 140 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 133-137.

ISBN: 9788584934157

OCDE / Acordos internacionais / Direito constitucional / Direito internacional / Direito tributário / Sigilo bancário / Sigilo fiscal

E-11-41-51 - 177006

MUSOLE, Trésor Maheshe.

Statut de réfugié et droits politiques : à la recherche d'un compromis en droit international / Trésor Maheshe Musole ; [Préface de Sylvie Saroléa] ; [Postface de Denis Mukwege]. Limal : Anthemis, 2020. 335 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. [315]-322. Índice: p. [323]-326.

ISBN: 9782807207080

Estatuto de refugiado / Estrangeiros -- direito / Direitos humanos / Direito internacional / Cidadania

D-12-185-8 - 175781

NABAIS, José Casalta, 1952-

Da contabilidade na tributação das empresas / José Casalta Nabais, Matilde Lavouras. Coimbra : [s.n.], 2021. p. [201]-244 ; 24 cm. Sep. de: Boletim de Ciências Económicas, Vol. 64 (2021). Bibliografia: p. 241-243.

Direito fiscal / Direito contabilístico / Tributação das empresas / Justo valor

E-11-23-44 - 177037

E-11-23-45 - 177038

E-11-23-46 - 177039

NABAIS, José Casalta, 1952-

Sobre a privatização da justiça tributária / José Casalta Nabais. Coimbra : [s.n.], 2021. p. 69-100 ; 24 cm. Sep. de: Boletim da Faculdade de Direito, Vol. 97, t. 1 (2021)

Arbitragem tributária / Privatização da gestão dos impostos / Prevenção de litígios / Solução administrativa de litígios / Sentido da arbitragem tributária

E-11-50-34 - 176948

E-11-50-35 - 176949

E-11-50-36 - 176950

THE NORDIC ECONOMIC, SOCIAL AND POLITICAL MODEL

The nordic economic, social and political model : challenges in the 21st century / Edited by Anu Koivunen, Jari Ojala and Janne Holmén ; [Henrik Meinander ... et al.]. London ; New York : Routledge, 2021. ix, 261 p. : il. ; 24 cm. (Perspectives in economic and social history). Bibliografia: p. 254-256.

ISBN: 9780367134754

Modelo económico -- Países nórdicos / Modelo político -- Países nórdicos / Democracia -- Países nórdicos / Populismo -- Países nórdicos

D-12-186-8 - 175991

Nunes, A. J. Avelãs, 1939-

O desenvolvimento científico e tecnológico, o discurso neoliberal, as leis da história e o futuro da humanidade / António José Avelãs Nunes. Coimbra : [s.n.], 2021. p. [13]-67 ; 24 cm. Sep. de: Boletim de Ciências Económicas, Vol. 64 (2021). Bibliografia: p. 65-66.

Keynes, John Maynard, 1883-1946 / Desenvolvimento científico e tecnológico / Neoliberalismo / Europa social / História -- legislação / Capitalismo / Socialismo / Desenvolvimento científico

D-12-184-30 - 177047

D-12-184-31 - 177048

D-12-184-32 - 177049

ONYANGO, Peter.

African customary law : an introduction / Peter Onyango. Nairobi ; Kampala ; Dar-es-Salaam : Law Africa, 2013. xxii, 182 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. [175]-182.

ISBN: 9789966031341

Direito comparado -- África / Direito consuetudinário -- África / África

D-12-189-22 - 175486

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Organizações internacionais : teoria geral : estudo monográfico das principais organizações internacionais de que Portugal é membro / João Mota de Campos (coordenador) ; Manuel Porto ... [et al.]. 6ª edição. Coimbra : Almedina, 2022. 764 p. : il. ; 23 cm. (Manuais universitários). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789724088983

Organizações internacionais -- teoria geral / Cooperação internacional / Relações internacionais / Organizações internacionais

J-140-31-42 - 177013

PAES, Mariana Armond Dias.

Escravidão e direito : o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888) / Mariana Armond Dias Paes. São Paulo : Alameda, 2019. 336 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. [311]-333.

ISBN: 9788579395536

Escravidão -- Brasil -- história / Escravos -- Brasil -- condições sociais / Direitos civis -- Brasil / Pessoas -- direito

D-12-189-30 - 176202

PALAZÓN GARRIDO, María Luisa.

Los remedios frente al incumplimiento en del derecho comparado / María Luisa Palazón Garrido. Navarra : Thomson Reuters Aranzadi, 2014. 247 p. ; 24 cm. (Estudios). Bibliografia: p. 235-247.

ISBN: 9788490598368

Não conformidade / Direito comparado / Indemnização de danos / Resolução do contrato

F-24-14-29 - 176914

PATZELT, Werner J., 1953-

Parlamentarismus-forschung : Einführung / Werner J. Patzelt. 1. Auflage. Baden-Baden : Nomos, 2020. 597 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. 533-586.

ISBN: 9783832923464

Parlamentarismo -- Alemanha / Regimes parlamentares / Política e governo -- Alemanha / Coleta de dados

D-12-186-29 - 176048

PÉCLARD, Didier.

Les incertitudes de la nation en Angola : aux racines sociales de l'Unita / Didier Péclard. Paris : Éditions Karthala, 2015. 369 p. : il. ; 23 cm. (Afriques). Bibliografia: p. 347-365

ISBN: 9782811114466

Mudança social -- Angol / Colônia -- Angol

D-12-179-25 - 175417

PEGORARO, Lucio.

Sistemi di giustizia costituzionale / Lucio Pegoraro. Torino : G. Giappichelli Editore : Astrea, 2019. X, 268 p. ; 24 cm. (Sistemi costituzionali comparati). Bibliografia: p. [217]-268.

ISBN: 9788892129269

Processo constitucional / Corte constitucional / Direito constitucional comparado

D-12-185-6 - 175783

PETERKA, Nathalie.

Protection de la personne vulnérable : protection judiciaire et juridique des mineurs et des majeurs / Nathalie Peterka, Anne Caron-Déglise, Frédéric Arbellot. 5e édition à jour au 1 septembre 2020. Paris : Dalloz, 2020. 1020 p. : il. ; 23 cm. (Dalloz action). Inclui índice dos principais textos e relatórios oficiais citados.

ISBN: 9782247187508

Tutela de menores -- França / Pessoas vulneráveis -- protecção / Direito dos menores -- França / Protecção jurídica -- França

D-12-174-1 - 175359

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código fiscal do investimento : anotado e comentado / Rui Marques, Sónia Martins Reis ; Prefácio de Joaquim Miranda Sarmento. Coimbra : Almedina, 2022. 400 p. ; 23 cm. (Códigos anotados).

ISBN: 9789894004677

Código Fiscal do Investimento

E-11-37-27 - 177099

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código dos regimes contributivos do sistema previdencial de segurança social : anotado e comentado / Coordenadores Ana Celeste Carvalho ... [et al.]. Coimbra : Almedina, 2022. 794 p. ; 24 cm. Contém : Artigos 61.º a 70.º / Jorge Campino ... [et al.] ; nota introdutória de Filipe Cassiano dos Santos. Artigo 91.º-B / Rogério Peixoto Rodrigues, Licínio Lopes Martins, Nélia de Brito, Nuno Monteiro Amaro, Rita Brazete. Artigos 169.º a 184.º / João Carlos Loureiro. Artigos 226.º e 227.º / Susana Aires de Sousa.

ISBN: 9789894005773

Segurança social -- legislação -- Portugal / Previdência social -- legislação -- Portugal

D-12-180-37 - 177163

PORTUGAL. Conselho Económico e Social.

A natalidade em Portugal : uma questão política, económica e social / Conselho Económico e Social ; relatora Conselheira Ana Drago ; [prefácio de Francisco Assis]. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 96 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. 85-90.

ISBN: 9789894005117

Natalidade -- Portugal / Política de natalidade -- Portugal

D-12-189-58 - 177095

POVERTY LAW, POLICY, AND PRACTICE

Poverty law, policy, and practice / Juliet M. Brodie ... [et al.]. Second edition. New York : Wolters Kluwer Law, 2021. xxxiv, 856 p. ; 26 cm. (Aspen casebook series).

ISBN: 9781543804256

Acesso à justiça / Bem-estar social -- Estados Unidos da América / Previdência / Pobreza -- assistência jurídica -- Estados Unidos da América / Direitos humanos

D-12-183-42 – 176150

RE-INVENTING WESTERN CIVILISATION

Re-inventing western civilisation : transnational reconstructions of liberalism in Europe in the twentieth century / Edited by Hagen Schulz-Forberg and Niklas Olsen ; [Jan-Werner Müller ... et al.]. Cambridge : Cambridge Scholars Publishing, 2014. xxiv, 244 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. [213]-236.

ISBN: 9781443860499

Neoliberalismo -- Europa / Transnacionalismo -- Europa / Liberalismo clássico

D-12-189-24 – 175805

REDAELLI, Chiara.

Intervention in civil wars : effectiveness, legitimacy, and human rights / Chiara Redaelli. Oxford [etc.] : Hart, 2021. xix, 302 p. ; 24 cm. (Studies in international law ; 80). Bibliografia: p. [264]-289. Índice: p. [291]-302.

ISBN: 9781509940547

Guerra civil -- intervenção / Efetividade / Legitimidade / Direitos humanos

D-12-187-33 – 176362

RIBEIRO, Beatriz, 1997-

O direito ao reporte de prejuízos fiscais : enquadramento legal do seu regime em sede de IRC e IRS / Beatriz Ribeiro. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 209 p. ; 23 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 197-206.

ISBN: 9789894005087

Direito de divulgação / Prejuízos fiscais / IRS / IRC

D-12-187-31 - 177091

RICUPERO, Bernardo.

Sete lições sobre as interpretações do Brasil / Bernardo Ricupero. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo : Alameda, 2011. 219 p. ; 21 cm. Índice: p. [211]-219.

ISBN: 9788598325569

Viana, Pedro de Amorim, 1822-1901 -- pensamento político / Freire, Gilberto, 1900-1987 -- pensamento político / Prado Junior, Caio, 1907-1990 -- pensamento político / Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982 -- pensamento político / Faoro, Raymundo, 1925-2003 -- pensamento político / Fernandes, Florestan, 1920-1995 -- pensamento político / Ideologia política -- Brasil -- séc. 20

D-12-189-5 - 176228

RIPOL CARULLA, Santiago.

Derecho internacional público : la paz a través del derecho / Santiago Ripol Carulla. 2.^a edición. Madrid : Centro de Estudios Financieros, 2017. 497 p. ; 24 cm. Incluye referencias bibliográficas.

ISBN: 9788445434932

Direito internacional público / Organizações internacionais / Cooperação internacional

J-140-31-25 - 176172

RODRIGUES, José Noronha.

Instituto de asilo, antiguidade, contemporaneidade e o futuro : política única de asilo na União Europeia / José Noronha Rodrigues. Lisboa : AAFDL Editora, 2022. 737 p. : il. ; 23 cm. Incluye referencias bibliográficas.

ISBN: 9789726297512

Asilo -- direito internacional / Instituto de asilo / Integração Europeia / Política única de asilo -- União Europeia

D-12-189-6 - 176933

D-12-189-48 - 177058

D-12-189-49 - 177059

RODRIGUES, L. Barbosa, 1962-

Lições de direito constitucional pátrio / L. Barbosa Rodrigues. Lisboa : Quid Juris, 2022. 302 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 283-294.

ISBN: 9789727248612

Direito constitucional / Estado -- características / Organização política / Sistemas jurídicos / Fiscalização da constitucionalidade / Direito de execução / Transição constitucional

D-12-184-19 - 176890

RODRÍGUEZ AYUSO, Juan Francisco.

Garantía administrativa de los derechos del interesado en materia de protección de datos personales / Juan Francisco Rodríguez Ayuso. Barcelona : Bosch Editor, 2021. 237 p. ; 23 cm. (Colección monografías. Protección de datos personales). Bibliografía: p. 229-237.

ISBN: 9788412299960

Proteção de dados pessoais / Direito digital / Direitos do interessado

J-117-67-21 - 176059

SAN JUAN JR., Epifanio, 1938-

Beyond postcolonial theory / E. San Juan Jr. New York : Palgrave, 1999. X, 325 p. ; 22 cm. Bibliografia: p. [286]-314. Índice: p. [315]-325.

ISBN: 9780312224783

Processo revolucionário / Pós-colonialismo -- teoria / Identidade -- problematização / Racismo

D-12-186-30 - 175849

SAPIR, Gideon.

The Israeli constitution : from evolution to revolution / Gideon Sapir. New York : Oxford University Press, 2018. 275 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 255-268

ISBN: 9780190680329

Direito constitucional -- Israel / Revolução constitucional -- Israel

D-12-183-3 – 175855

SAUL, Ben.

Indigenous peoples and human rights : international and regional jurisprudence / Ben Saul. Oxford ; Portland : Hart Publishing, 2016. xxix, 216 p. ; 25 cm. Índice: p. [211]-216.

ISBN: 9781901362404

Direitos humanos / População indígena / Jurisprudência internacional / Jurisprudência regional

D-12-186-26 – 176363

SEBODE, Ana Catarina, 1982-

Peace-Keeping der 5. Generation? : Die Afghanistanmission der Vereinten Nationen und ihre Bedeutung für deren Friedenssicherungspraxis / Ana Catarina Sebode. Tübingen : Mohr Siebeck, 2020. XV, 241 p. ; 23 cm. (Jus internationale et europaeum ; 167). Orig. tese de doutoramento em jurisprudência, apresentada à Universidade de Bielefeld, em 2019. Bibliografia: p. [223]-236. Índice: p. [237]-241.

ISBN: 9783161593109 / **DOI** 10.1628/978-3-16-159311-6

Segurança / Assistência humanitária / Nações Unidas -- missão de assistência -- Afeganistão / Nações Unidas -- forças armadas -- Afeganistão / Paz / Intervenção -- direito internacional

D-12-185-28 – 175441

OS SEM-ABRIGO

Os sem-abrigo : a Provedoria de Justiça na salvaguarda dos direitos humanos. [Lisboa] : Provedor de Justiça, 2021. 65 p. ; 28 cm. (Cadernos da pandemia ; 2). Bibliografia: p. 62-65.

Sem abrigo / Direitos humanos / Covid-19

D-12-183-44 – 174009

SHAFIK, Minouche.

What we owe each other : a new social contract for a better society / Minouche Shafik. Princeton ; Oxford : Princeton University Press, 2021. xviii, 233 p. : il. ; 25 cm. Índice: p. [225]-233.

ISBN: 9780691204451

Contrato social / Reforma da previdência / Bem estar público / Educação -- resolução de problemas / Sistemas de saúde / Ética social / Responsabilidade social

D-12-175-32 - 176171

SHEPHERD, Christopher J.

Haunted houses and ghostly encounters : ethnography and animism in east timor, 1860-1975 / Christopher J. Shepherd. Copenhagen : NIAS Press, 2019. xxii, 326 p. : il. ; 24 cm. (ASAA Southeast Asia Publications Series). Bibliografia: p. 301-314. Índice: p. 315-326.

ISBN: 9788776942670

Etnografia / Teologia / Animismo

D-12-175-31 - 176203

SILVA, Maria Manuela Magalhães.

Noções de direito constitucional e ciência política / Maria Manuela Magalhães Silva, Dora Resende Alves. 4.ª ed. [S.l.] : Rei dos Livros, 2022. 369 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas

ISBN: 9789895650477

Direito constitucional / Constitucionalidade -- Portugal / Fiscalização da constitucionalidade / Ciência política / Partidos políticos

D-12-189-7 - 176934

SILVA, Paula Costa e, 1963-

Private enforcement e tutela colectiva / Paula Costa e Silva, Nuno Trigo dos Reis ; com colaboração de Filipa Lira de Almeida. Coimbra : Edições Almedina, 2022. 289 p. ; 23 cm. (Manuais profissionais). Bibliografia: p. 277-285.

ISBN: 9789894004714

Private enforcement / Direito da concorrência / Associações de consumidor / Tutela colectiva / Third-Party Funding

D-12-189-53 - 177102

DAS SPANNUNGSFELD VON RELIGION UND POLITIK

Das Spannungsfeld von Religion und Politik : Deutung und Gestaltung im kulturellen kontext / Kai-Ole Eberhardt, Ingo Bultmann [Hrsg] ; [Margit Ernst-Habib ... et al.]. Baden-Baden : Nomos, 2019. 484 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. 483-484.

ISBN: 9783848755141

Religião e política / Cultura política / Evangelização

D-12-186-5 - 175681

TORT LIABILITY OF PUBLIC AUTHORITIES IN EUROPEAN LAWS

Tort liability of public authorities in European laws / edited by Giacinto Della Cananea, Roberto Caranta. Oxford : Oxford University Press, 2020. 359 p. : il. ; 23 cm. (Common Core of European Administrative Laws). Bibliografia: p. [353]- 355

ISBN: 9780198867555

Direito administrativo -- Europa / Autoridade pública -- Reino Unido

D-12-179-11 - 175452

TOVAR JIMÉNEZ, José.

Finanzas y presupuestos : interpretación y elaboración / José Tovar Jiménez. 7ª edição. Madrid : Centro de Estudios Financieros, [2021]. 511 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. 498.

ISBN: 9788445441107

Análise de custo / Situação financeira -- análise / Produtos de investimento / Empresas / Gestão

E-9-12A-22 - 177017

VENTURA, Victor Hugo.

O estatuto dos profissionais da área da cultura (decreto-lei n.º 105/2021, de 29 de novembro) : regime novo ou mise-en-scène? / Victor Hugo Ventura. Coimbra : Almedina, 2022. 326 p. : il. ; 24 cm. (Monografias).

ISBN: 9789894004653

EPAC / Contrato de trabalho / Contrato de prestação de serviços / Segurança social

D-12-189-51 - 177113

VICENTE, Dário Moura, 1962-

Direito comparado / Dário Moura Vicente. 5ª edição revista e atualizada. Coimbra : Almedina, 2022- . vol. : il. ; 23 cm. (Manuais universitários). Vol. 1: Introdução, sistemas jurídicos em geral. 588 p. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 583-588.

ISBN: 9789894004523 (vol. 1)

Direito comparado / Sistema jurídico

F-24-14-30 - 177096

Vária

DIÁLOGOS COM O MOSTEIRO DO JERÓNIMOS.

Diálogos com o Mosteiro do Jerónimos : entre o mundo que não vivemos e o mundo em que não viveremos / [comissão organizadora Maria da Glória Garcia, Isabel Cruz Almeida]. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2020. 217 p. : il. ; 23 cm. (Varia). Inclui bibliografia.

ISBN: 9789725407165

Mosteiro dos Jerónimos / Cultura portuguesa / Identidade portuguesa / Património -- Portugal

J-92-25-4 - 176913

DUARTE, Paulo José Casimiro.

O regime jurídico das aeronaves não tripuladas (drones) / Paulo José Casimiro Duarte. Lisboa : AAFDL, 2022. 178 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 171-176.

ISBN: 9789726297703

Aeronaves não tripuladas -- regime jurídico / Drones / Piloto remoto

J-92-21-36 - 176909

HOMENAGEM A JUSTINO MENDES DE ALMEIDA.

Homenagem a Justino Mendes de Almeida. Lisboa : ACD Editores, D.L. 2015. 434 p. : il. ; 24 cm.

ISBN: 9789728855727

Almeida, Justino Mendes de, 1924-2012 -- homenagem

Gab. 1-2-47-9 – 177061

KACZOR, Christopher.

Disputes in bioethics : abortion, euthanasia and other controversies / Christopher Kaczor. Notre Dame : University of Notre Dame Press, 2020. x, 225 p. ; 23 cm. (Notre Dame studies in medical ethics and bioethics). Bibliografia: p. 213-222. Índice: p. 223-225.

ISBN: 9780268108106

Bioética / Aborto / Eutanásia

I-6-20-41 – 176066

NINK, David.

Justiz and Algorithmen : Über die Schwächen menschlicher Entscheidungsfindung und die Möglichkeiten neuer Technologien in der Rechtsprechung / Von David Nink. Berlin : Duncker & Humblot, 2021. 533 p. : il. ; 23 cm. (Internetrecht und Digitale Gesellschaft ; Band 25). Orig. tese de doutoramento em Direito, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Speyer, em 2019. Bibliografia: p. [469]-529. Índice: p. [531]-533.

ISBN: 9783428181063

Inteligência artificial / Novas tecnologias / Juízes / Justiça preditiva -- Alemanha / Tomada de decisão -- legislação -- Alemanha

J-92-24-17 – 176141

THE REALITY OF HUMAN DIGNITY IN LAW AND BIOETHICS

The reality of human dignity in law and bioethics : comparative perspectives / Brigitte Feuillet-Liger, Kristina Orfali Editors ; [Geneviève Schamps ... et al.]. Cham : Springer, 2018. xviii, 318 p. ; 24 cm. (Ius Gentium. Comparative perspectives on law justice ; 71).

ISBN: 9783319991115 / **DOI** 10.1007/978-3-319-99112-2

Dignidade humana / Bioética / Direitos humanos

I-6-20-42 – 175702

SYMPOSIUM ON AFRICAN AMERICAN PERSPECTIVES IN BIOETHICS, 2, Washington, 2004.

African American bioethics : culture, race and identity / Lawrence J. Prograis JR., Edmund D. Pellegrino editors ; [Annete Dula ... et al.]. Washington, D.C : Georgetown University Press, 2007. xxi, 169 p. ; 22 cm. Inclui referências bibliográficas e índice.

ISBN: 9781589011649

Acessibilidade aos serviços de saúde -- Estados Unidos da América / Bioética -- Estados Unidos / Culturas -- comparação

I-6-19-39 – 177008

TRATADO DE DERECHO DIGITAL

Tratado de derecho digital / Coordinadores Eduardo Valpuesta Gastaminza, Juan Carlos Hernández Peña ; [Leire Alegria Murillo ... et al.]. Madrid : Wolters Kluwer, 2021. 870 p. : il. ; 24 cm. (Temas. La ley). Índice: p. 827-851.

ISBN: 9788418662225

Direito digital / Economia digital / Ética digital / Direitos da personalidade / Dados digitais / Big data / Inteligência artificial / Cibersegurança / Identidade digital / Proteção de dados pessoais / Propriedade intelectual

J-92-23-35 – 177203

VIGNERON, Emmanuel.

La santé au XXIe siècle : à l'épreuve des crises ? / Emmanuel Vigneron. Boulogne-Billancourt : Berger-Levrault, 2020. 427 p. : il. ; 23 cm. (Au fil du débat essais).

ISBN: 9782701320939

Saúde pública -- França / Política de saúde -- França / Educação médica -- França / Reforma do sistema de saúde -- França / Administração de saúde

I-6-19-38 – 175405

WOMEN'S BIRTHING BODIES AND THE LAW

Women's birthing bodies and the law : unauthorised intimate examinations, power and vulnerability / Edited by Camilla Pickles and Jonathan Herring ; [Rebecca Brione ... et al.]. Oxford [etc] : Hart, 2020. xv, 217 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. [203]-217.

ISBN: 9781509937578

Direito médico / Consentimento informado / Mulheres grávidas / Exames médicos / Obstetrícia / Médico e paciente

I-6-19-50 – 175900

ANALITICOS DE MONOGRAFIAS

ALMEIDA, Alberto Ribeiro.

A propriedade intelectual nos serviços digitais : uma aproximação ao futuro regulamento sobre os serviços digitais / Alberto Ribeiro de Almeida.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 565-594

Propriedade intelectual / Serviços digitais

Gab. 1-2-47-11 - 177089

ANDRADE, António.

O perito na especialidade nas patentes de invenção : estudo breve e jurisprudência das Câmaras de recurso do Instituto Europeu de patentes / António Andrade.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 145-169

Patentes de invenção

Gab. 1-2-47-11 - 177089

ANTUNES, José Engrácia, 1961-

A moeda eletrónica / José Engrácia Antunes.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 613-649

Moeda eletrónica

Gab. 1-2-47-11 - 177089

BAHAMONDE, Ruben.

Análise jusconcorrencial da obrigação de compra exclusiva, de não concorrência e de fidelização nos contratos de franquia na distribuição alimentar / Ruben Bahamonde.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 595-639

Análise jusconcorrencial / Compra / Não concorrência

Gab. 1-2-47-10 - 177088

BOTHE ANJA.

Diligência empresarial transnacional na tutela dos direitos humanos e no ambiente : a difícil passagem do soft law para legislação vinculativa / Anja Bothe, Bárbara Natália Lages Lobo.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 69-97

Diligência empresarial / Direitos humanos / Ambiente

Gab. 1-2-47-10 - 177088

CABANELLAS DE LAS CUEVAS, Guillermo.

Grandezas y miserias del derecho comparado de la propiedad intelectual / Guillermo Cabanellas de las Cuevas.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 23-47

Direito comparado / Propriedade intelectual

Gab. 1-2-47-11 - 177089

CAMPOS, Hélio Silvio Ourém.

Dignidade da pessoa e impostos / Hélio Silvio Ourém Campos, Diogo Leite de Campos.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 363-390

Dignidade humana / Impostos

Gab. 1-2-47-10 - 177088

CAPPARELLI, Bruna.

Prevenzione della crisi d'impresa e compliance 231 nell'ordinamento italiano / Bruna Capparelli.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 287-311

Crise empresarial / Compliance / Itália -- Sistema jurídico

Gab. 1-2-47-10 - 177088

CARDOSO, António Magalhães.

O contencioso de patentes farmacêuticas em Portugal : um quebra-cabeças / António Magalhães Cardoso.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 171-203

Contencioso / Patentes farmacêuticas -- Portugal

Gab. 1-2-47-11 - 177089

CARVALHO, Maria Miguel.

Economia colaborativa e direito de marcas / Maria Miguel Carvalho.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 317-336

Economia colaborativa / Direito de marcas

Gab. 1-2-47-11 - 177089

COELHO, Claudio Carneiro B. P.

A importância dos benefícios fiscais à luz da fechoadura económico-hermenêutica / Claudio Carneiro B.P. Coelho.
In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 313-330

Benefícios fiscais

Gab. 1-2-47-10 - 177088

CORDEIRO, António Menezes, 1953-

A ilicitude e a fraude à lei nos negócios jurídicos / António Menezes Cordeiro.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 595-611

Ilícitude / Fraude à lei / Negócios jurídicos

Gab. 1-2-47-11 - 177089

DIAS, Sara Luís.

A proteção de dados pessoais e a divulgação pública dos dados relativos aos contribuintes devedores à Autoridade Tributária : breves notas / Sara Luís Dias.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 673-668

Proteção de dados pessoais / Divulgação pública / Contribuintes

Gab. 1-2-47-11 - 177089

DONÁRIO, Arlindo Alegre.

Reflexões sobre o crime e os contratos de acordo com a análise económica do direito / Arlindo Alegre Donário, Ricardo Borges dos Santos.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 197-220

Crime / Contratos / Análise económica do direito

Gab. 1-2-47-10 - 177088

FEKETE, Elisabeth Kaszner.

Invenções de patentes farmacêuticas no direito brasileiro : o que significa, no entendimento dos tribunais, uma justa remuneração ? / Elisabeth Kaszner Fekete.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 205-224

Direito brasileiro / Patentes farmacêuticas

Gab. 1-2-47-11 - 177089

FERREIRA, António Pedro de Azevedo.

Notas sobre a prescrição do direito de participação /queixa no regime da acção disciplinar pública e nos regimes das ordens profissionais / António Pedro A. Ferreira.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 141-169

Direito de participação / Acção disciplinar / Ordens profissionais

Gab. 1-2-47-10 - 177088

FIDALGO, Vítor Palmela.

A tutela da marca perante os intermediários no ambiente digital : uma análise à luz da jurisprudência do Tjue / Vítor Palmela Fidalgo.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 407-446

Marca / Ambiente digital

Gab. 1-2-47-11 - 177089

GÓMEZ SEGADE, Jose Antonio.

Etiquetado en gallego y derecho / Jose Antonio Gómez Segade.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 263-278

Rotulagem / Direito

Gab. 1-2-47-11 - 177089

GONÇALVES, Luís Couto.

Imitação de marca registada : critérios de decisão / Luís Couto Gonçalves.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 317-336

Marca registada

Gab. 1-2-47-11 - 177089

LEITÃO, Adelaide Meneses, 1969-

Breves apontamentos sobre o "direito da arte" e o "direito da cultura" no contexto da transposição da directiva do mercado único digital / Adelaide Menezes Leitão.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 449-460

Direito da arte / Direito da cultura

Gab. 1-2-47-11 - 177089

LOEFFLER, Mauro.

O setor de energia em Portugal : ERSE e a lei quadro / Mauro Loeffler.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 547-579

Energia -- Portugal / ERSE

Gab. 1-2-47-10 - 177088

LOPES, Jorge Faria.

Breves notas sobre o procedimento de ajuste direto simplificado à luz das recentes iniciativas legislativas em matéria de contratação pública / Jorge Faria Lopes.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 391-427

Dignidade humana / Impostos

Gab. 1-2-47-10 - 177088

MARQUES, J. P. Remédio, 1965-

O direito de prioridade unionista e os critérios de determinação da identidade do(s) requerente(s) de uma patente europeia, nacional ou via PCT alicerçada num primeiro pedido / J.P. Remédio Marques.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 279-316

Direito de prioridade unionista / Determinação da identidade

Gab. 1-2-47-11 - 177089

MELLO, Alberto de Sá e.

Desenhos e modelos industriais : relações do direito de autor com o direito de propriedade industrial : anotação ao artigo 194º do código da propriedade intelectual e ao artigo 2./1-i do código do direito de autor e dos direitos conexos / Alberto de Sá e Mello.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 461-474

Desenhos e modelos industriais / Direito de autor / Direito de propriedade industrial

Gab. 1-2-47-11 - 177089

MENDES, António Alfredo.

A ANACOM / António Alfredo Mendes, Carlos C. Proença.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 99-122

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações -- 1989-2019

Gab. 1-2-47-10 - 177088

MENDES, Evaristo.

Liberdade de empresa, concorrência e direito industrial : enquadramento geral / Evaristo Mendes.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 225-262

Liberdade de empresa / Concorrência / Direito industrial

Gab. 1-2-47-11 - 177089

MESTRE, Alexandre Miguel, 1974-

Desporto e liberdade religiosa : uma perspectiva jurídica / Alexandre Miguel Mestre.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 51-68

Desporto / Liberdade religiosa

Gab. 1-2-47-10 - 177088

MONTEIRO, António Pinto, 1951-

O secretário de arbitragem : actor secundário ou protagonista? / António Pedro Pinto Monteiro.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 171-195

Secretário de arbitragem

Gab. 1-2-47-10 - 177088

MORAIS, Rui Duarte.

Os regimes fiscais da propriedade intelectual : IP regimes / Rui Duarte Morais.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 97-114

Regime fiscal / Propriedade intelectual

Gab. 1-2-47-11 - 177089

PEREIRA, Alexandre Libório Dias, 1970-

A proteção jurídica das topografias de produtos semicondutores segundo o novo Código da propriedade intelectual / Alexandre L. Dias Pereira.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 117-144

Proteção jurídica / Código de propriedade intelectual

Gab. 1-2-47-11 - 177089

PIRES, Alex Sander Xavier.

Revisitando o sentido de Constituição económica na perspectiva de António Carlos dos Santos pelo viés do constitucionalismo democrático / Alex Sander Pires.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 35-49

Constituição económica / Constitucionalismo democrático

Gab. 1-2-47-10 - 177088

RAMOS, José Joaquim Monteiro.

A criança no processo penal : entre a verdade e a tutela / José Joaquim Monteiro Ramos.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 429-454

Criança / Processo penal

Gab. 1-2-47-10 - 177088

RENDAS, Tito.

Inteligência artificial, prospeção de dados e direitos de autor / Tito Rendas.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 531-562

Inteligência artificial / Prospeção de dados / Direitos de autor

Gab. 1-2-47-11 - 177089

ROCHA, Manuel Lopes.

O Supremo Tribunal de Justiça na origem de um (outro) direito de autor no século XXI? / Manuel Lopes Rocha.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 475-498

Supremo Tribunal de Justiça / Direito de autor -- séc. XXI

Gab. 1-2-47-11 - 177089

ROCHA, Maria Victória.

Esgotamento digital dos Direitos de autor na União Europeia / Maria Victória Rocha.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 499-529

Esgotamento digital / Direitos de autor -- União Europeia

Gab. 1-2-47-11 - 177089

RODRIGUES-PEREIRA, Thiago.

A vida como direito e não um dever : uma análise hermenêutica sobre a decisão do Tribunal Constitucional de Portugal da chamada lei da eutanásia / Thiago Rodrigues-Pereira.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 641-662

Tribunal Constitucional -- Portugal / Direito à vida / Eutanásia

Gab. 1-2-47-10 - 177088

ROSÁRIO, Pedro Trovão do, 1968-

A irretroatividade de normas em Estado de emergência e a intangibilidade da tutela jurisdicional / Pedro Trovão do Rosário.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 581-593

Estado de emergência / Tutela jurisdicional

Gab. 1-2-47-10 - 177088

SANTOS, António Duarte.

Vinte anos de desempenho das receitas e despesas públicas em Portugal desde a anuência ao Euro / António Duarte Santos.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 123-140

Receitas / Despesas públicas / Euro

Gab. 1-2-47-10 - 177088

SERENS, M. Nogueira, 1951-

A tutela dos segredos comerciais no acordo TRIPS / M. Nogueira Serens.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 363-405

Segredos comerciais / Acordo TRIPS

Gab. 1-2-47-11 - 177089

SILVA, Artur Flamínio da.

Constituição e arbitragem laboral voluntária desportiva / Artur Flamínio da Silva, Daniela Mirante.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 261-285

Constituição / Arbitragem laboral voluntária desportiva

Gab. 1-2-47-10 - 177088

SILVA, Pedro Sousa e, 1960-

A responsabilidade civil no direito intelectual / Pedro Sousa e Silva, Nuno Sousa e Silva.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 49-96

Responsabilidade civil / Direito intelectual

Gab. 1-2-47-11 - 177089

SOUSA, Constança Urbano de, 1967-

Nacionalidade e cidadania da União Europeia : "passeportização" da nacionalidade e respeito pelos princípios da nacionalidade efetiva e da cooperação leal / Constança Urbano de Sousa.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 331-362

Nacionalidade / Cidadania

Gab. 1-2-47-10 - 177088

SPONQUIADO, Luciana Pacífico de Araújo.

A comunicação de planeamentos fiscais face ao dever de confidencialidade dos advogados e das advogadas / Luciana Pacífico de Araújo Sponquiado.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 503-521

Planeamento fiscal / Dever de confidencialidade / Advogados

Gab. 1-2-47-10 - 177088

SUBTIL, José.

A «orçamentalização» como dispositivo da construção do Estado Liberal (1836-1851) / José Subtil.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 455-482

Orçamento / Estado liberal

Gab. 1-2-47-10 - 177088

TORMENTA, Júlio César Nunes.

Outros olhares sobre o direito tributário internacional : estabelecimento estável / Júlio César Nunes Tormenta.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 483-501

Direito tributário internacional

Gab. 1-2-47-10 - 177088

TRAVASSOS, Armando.

Direito, economia e imprevisibilidade : alteração de circunstâncias / Armando Travassos.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 221-260

Direito / Economia / Imprevisibilidade

Gab. 1-2-47-10 - 177088

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, 1970-

Meios ocultos de investigação da criminalidade económico-financeira e tributária / Manuel Monteiro Guedes Valente.

In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Carlos dos Santos : in memoriam / Coordenadores Manuel Monteiro Guedes Valente, Ruben Bahamonde Delgado. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0300-7. p. 523-546

Criminalidade económico-financeira / Criminalidade tributária

Gab. 1-2-47-10 - 177088

VICENTE, Dário Moura, 1962-

Competência internacional em matéria de titularidade de direitos intelectuais / Dário Moura Vicente.

In: Estudos Jurídicos em Homenagem a Manuel Oehen Mendes : propriedade intelectual, contratação e sociedade da informação / Coordenação Dário Moura Vicente, Nuno Sousa e Silva. Coimbra : Almedina, 2022. ISBN 978-989-40-0475-2. p. 7-21

Competência internacional / Direito intelectual

Gab. 1-2-47-11 - 177089

ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Advocatus

CRUZ, Vítor Marques da.

Maior celeridade e maior eficácia / Vítor Marques da Cruz.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 32

CAU -- implementação

GAMA, João Taborda da, 1977- .

Como reagirão os Estados Unidos? / João Taborda da Gama.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 31

Brexit -- economia

MOURA, Adelaide.

Estados-Membros e operadores estarão preparados? / Adelaide Moura, Pilar Salinas.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 29

CAU

NUNES, Henrique Nogueira.

Um esforço adicional para operadores e autoridades / Henrique Nogueira Nunes.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 28

CAU

PEREIRA, Tânia Carvalhais.

Um contributo para a eficácia e a redução de custos / Tânia Carvalhais Pereira.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 30

Direito aduaneiro -- União Europeia

PIRES, Jorge.

Contencioso tributário : a complementaridade entre advogados e contabilistas / Jorge Pires.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 21

Advogados / Contabilistas

TEIVES, João.

Congresso CAAP/AFP : arbitragem tributária 5.º aniversário.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 2-7

TEIVES, João.

Os filhos das minhas filhas meus netos são. Os filhos dos meus filhos serão ou não / João Teives.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 4

Mater semper certa est / Conceito de maternidade

VITORINO, António Macedo.

Investidores acreditam que em Portugal não há rule of law / António Macedo Vitorino.

In: Advocatus. Lisboa. A. 6, n.º 76 (2016), p. 22-26

Rule of law

Biblioteca della Fondazione Italiana del Notariato

FORTE, Nicola.

La gestione fiscale e amministrativa dello studio notarile / Nicola Forte.

In: Biblioteca della Fondazione italiana del notariato. Roma. ISSN 2611-4313. N.º 1 (2021), p. 5-197

Notário / Gestão fiscal / IRS / IVA / Conta corrente / Direito do notariado

Católica Law Review

BABAKHANI, Erfan.

Unsustainable migrant policies in the french legal system / Erfan Babakhani, Valentine Fourcade.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 13-25

Especialização / Imigração / Integração / Introdução clandestina de migrantes / Sistema jurídico francês

BRANDÃO, Nuno, 1976-

A alteração da qualificação jurídica dos factos no saneamento do processo penal / Nuno Brandão.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 135-149

Qualificação jurídica / Processo penal -- saneamento

CAEIRO, Pedro, 1967-

O enriquecimento ilícito ou injustificado, a ocultação de riqueza e a orelha de Van Gogh / Pedro Caeiro.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 73-105

Adequação / Criminalização / Direito constitucional / Direito penal / Enriquecimento ilícito / Enriquecimento injustificado / Necessidade da lei penal / Ocultação de riqueza / Obrigações declarativas

FAN XUEKE.

In the battle against COVID-19 : reaction of chinese criminal law and way forward / Fan Xueke, Li Zhe.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 27-58

Covid-19 / Direito penal chinês / Prevenção e controlo da epidemia

FAYET JÚNIOR, ney.

A pena criminal na democracia : o compromisso da dogmática com a racionalidade / Ney Fayet júnior.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 59-72

Legitimidade / Pena / Poder punitivo / Racionalidade

SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna.

Garantismo, hermenêutica e (neo) constitucionalismo : um debate com Luigi Ferrajoli : [Recensão] / Nestor Eduardo Araruna Santiago.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 151-156

Ferrajoli, Luigi / Garantismo / Hermenêutica / Neoconstitucionalismo

SILVA, Sandra Oliveira e, 1977-

O Regulamento (UE) 2018/1805 sobre reconhecimento mútuo das decisões de apreensão e perda : um sistema de regras para reconhecer o desconhecido / Sandra Oliveira e Silva.

In: Católica Law Review. Lisboa. ISSN 2183-9336. Vol. 5, nº3 (2021), p. 107-133

Apreensão / Confisco / Reconhecimento mútuo / Regulamento (UE) 2018/1805 / Salvaguardas processuais

Derecho Privado y Constitución

HERRERO PEREZAGUA, Juan e.

La recuperación de la casación aragonesa (Comentario al Auto del Tribunal Superior de Justicia de Aragón de 14 de julio de 1998) / Juan e Herrero Perezagua.

In: Derecho Privado y Constitución. Madrid. ISSN 1133-8768. A. 6, n.º 12 (1998), p. 311-332

Procedimento / Economía processual

NÚÑEZ GRAÑÓ, Mercedes.

Régimen tributario de las uniones de hecho / Mercedes Núñez Grañón.

In: Derecho Privado y Constitución. Madrid. ISSN 1133-8768. A. 6, n.º 12 (1998), p. 189-222

União de facto / Regime tributário

RAMOS QUINTANA, Margarita.

Uniones de hecho, protección social y relación de trabajo / Margarita Ramos Quintana.

In: Derecho Privado y Constitución. Madrid. ISSN 1133-8768. A. 6, n.º 12 (1998), p. 223-268

União de facto / Relação laboral / Protecção social

ROVIRA SUEIR, María E.

La familia de hecho en Italia : estado actual de la cuestión / María E. Rovira Sueiro.

In: Derecho Privado y Constitución. Madrid. ISSN 1133-8768. A. 6, n.º 12 (1998), p. 269-307

União de facto -- Itália / Família / Direito positivo

Diritto Pubblico

ALGOSTINO, Alessandra.

Prevenire o reprimere? Un dibattito parlamentare di fine Ottocento / Alessandra Algostino.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 509-545

Prevenir / Reprimir / Debate parlamentar

ANGELINI, Francesca.

Roberto Perrone, Buon costume e valori costituzionali condivisi : [recensão] / Francesca Angelini.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 1087-1097

BILANCIA, Francesco.

Juridification società civile e identità nazionali nel processo di integrazione europea / Francesco Bilancia.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 937-961

Juridificação / Identidades nacionais / Integração europeia / Sociedade civil

BILANCIA, Francesco.

La libertà della scienza e della ricerca : attualità della riflessione di Andrea Orsi Battaglini / Francesco Bilancia.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 177-192

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Atualidade de reflexão

BIOY, Xavier, 1973- .

La qualification, quelles lectures théoriques? / Xavier Bioy.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 317-339

Qualificação

BOMBARDELLI, Marco.

Semplificazione normativa e complessità del diritto amministrativo / Marco Bombardelli.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 985-1063

Direito administrativo / Legislação

BONFIGLIO, Salvatore, 1961-

Sulla rigidità delle Costituzioni : Il dibattito italiano e la prospettiva comparata / Salvatore Bonfiglio.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 105-126

Rigidez das Constituições / Constituições / Direito comparado

CARLONI, Enrico.

Differenziazione e centralismo nel nuovo ordinamento delle autonomie locali : note a margine della sentenza n. 50/2015 / Enrico Carloni.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 145-164

Autonomia local / Centralismo

CARNEVALE, Paolo.

La declaratoria di illegittimità costituzionale differita fra l'esigenza di salvaguardia del modello incidentale e il problema dell'auto-attribuzione di potere da parte del giudice delle leggi / Paolo Carnevale.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 389-430

Declaração de ilegitimidade constitucional / Poder do juiz

CASSAGNE, Juan Carlos.

La proyección del nuevo constitucionalismo al derecho administrativo / Juan Carlos Cassagne.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 829-448

Direito administrativo / Constitucionalismo

CERRONE, Francesco.

Fantasmata della dogmatica. Sul decreto legge e sulla legge di conversione / Francesco Cerrone.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 341-388

Lei de conversão / Decreto-lei / Dogmática

CERRONE, Francesco.

Sull'esperienza giuridica : Capograssi, Orestano, Giuliani / Francesco Cerrone.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 963-1017

Experiência jurídica / Direito

CEZZI, Nicola Giovanni.

L'esperienza di Antonin Scalia nella cultura costituzionale statunitense / Nicola Giovanni Cezzi.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 849-935

Modernidade / Constitucionalismo -- Estados Unidos

CHESSA, Omar.

La fine del modello Westminster : Il nuovo parlamentarismo razionalizzato del Regno Unito / Omar Chessa.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 809-865

Modelo de Westminster / Parlamentarismo -- Reino Unido

CHITI, Edoardo, 1969-

Diritto amministrativo europeo, stabilizzazione dei comportamenti e costruzione dell'ordine sociale / Edoardo Chiti.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 909-984

Direito administrativo europeu / Construção da ordem social

CLARICH, Marcello.

Stato di diritto, corpi intermedi e sindacati nella Costituzione italiana : Il pensiero di Andrea Orsi Battaglini rivisitato / Marcello Clarich.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 151-159

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Estado / Sindicatos / Constituição italiana

CLARICH, Marcello.

Stato, gruppi intermedi e individuo / Marcello Clarich.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 133-149

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Estado / Grupos intermédios

CORPACI, Alfredo.

Osservazioni minime sulla nullità del provvedimento amministrativo e sul relativo regime / Alfredo Corpaci.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 673-687

Nulidade das medidas administrativas / Regime conexo

COSULICH, Matteo.

Alessio Rauti, I sistemi elettorali dopo la sentenza costituzionale n. 1 del 2014 : Problemi e prospettive : [recensão] / Matteo Cosulich.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 281-293

CUDIA, Chiara.

Appunti per un dibattito su Cassazione e pubblica amministrazione / Chiara Cudia.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 127-144

Supremo Tribunal Federal / Administração pública

DE LUCIA, Luca, 1968-

Pastorato e disciplinamento nella governance economica europea : Diritto e razionalità economica a seguito della crisi / Luca De Lucia.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 867-908

Pastorado / Direito económico / Governação económica europeia

DI SAN LUCA, Guido Clemente.

Il ruolo del giurista studioso nel processo di modernizzazione della P.A. Guido Clemente di San Luca.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 1019-1041

Jurista académico / Processo de modernização

FERRARA, Leonardo.

Individuo e potere in un giuoco di stecchi / Leonardo Ferrara.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 11-81

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder

GARCÍA SAURA, Pilar Juana.

La storia costituzionale d'Italia tra interpretazioni storiche, scelte del presente e prospettive future. Recensione a Umberto Allegretti, Storia costituzionale italiana. Popolo e istituzioni : [recensão] / Chiara Giorgi.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 1107-1127

GARCÍA SAURA, Pilar Juana.

Transparencia en Europa. Nuevo Contexto. Estudio comparado Italia-España. Régimen jurídico / Pilar Juana García Saura.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 1065-1106

Transparência na Europa / Regime jurídico

GARCÍA SAURA, Pilar Juana.

Transparencia en Europa. Nuevo Contexto. Estudio comparado Italia-España. Régimen jurídico / Pilar Juana García Saura.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 1065-1106

Transparência na Europa / Regime jurídico

GAUDEMET, Yves, 1946-

Etica e diritto : la deontologia del giurista / Yves Gaudemet.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 713-722

Deontologia do jurista / Ética e direito

GENTILI, Aurelio, 1947- .

Tre passi nella teoria dell'invalidità / Aurelio Gentili.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 269-279

Teoria da invalidez / Invalidez

GRECO, Guido.

Potere e situazioni giuridiche soggettive / Guido Greco.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 97-112

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Situações jurídicas subjetivas

GROSSI, Paolo.

L'invenzione della Costituzione : l'esperienza italiana / Paolo Grossi.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 811-820

Constituição italiana / Jurisprudencialismo

IBRIDO, Renato.

I Governi privi della fiducia iniziale : precedenti costituzionali, riferimenti comparativi e ipotesi interpretative / Renato Ibrido.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 749-807

Governos / Precedentes constitucionais / Referências comparativas / Hipóteses interpretativas

IRELLI, Vincenzo Cerulli.

Invalidità ed inesistenza degli atti amministrativi e delle leggi (prime osservazioni) / Vincenzo Cerulli Irelli.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 203-226

Direito administrativo / Leis administrativas

IRTI, Natalino.

Dalla lontana provincia del diritto civile / Natalino Irti.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 821-828

Direito civil / Constituição

KELSEN, Hans.

Über die Brasilianische Konstituierende Versammlung : Verordnung vom 7. April 1933

(Sull'Assemblea Nazionale Costituente brasiliana. Decreto del 7 aprile 1933) / Hans Kelsen.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 2-9

Constituição brasileira / Decreto de 7 de abril de 1933 -- Brasil

LANDINI, Sara.

Clausole di sostenibilità nei contratti tra privati : Problemi e riflessioni / Sara Landini.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 611-636

Contratos entre particulares / Contratos

LOSANO, Mario G., 1939- .

Il parere di Kelsen del 1933 sull'Assemblea Nazionale Costituente del Brasile / Mario G. Losano.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 11-19

Assembleia Nacional Constituinte -- Brasil / Parecer de Kelsen -- 1933

MANFREDI, Giuseppe.

Antonio Cassatella, Il dovere di motivazione nell'attività amministrativa : [recensão] / Giuseppe Manfredi.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 693-701

MATTEUCCI, Stefano Civitarese.

La validità degli atti giuridici tra teoria e dogmatica : Alcune riflessioni a partire da due libri recenti / Stefano Civitarese Matteucci.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 227-267

Atos jurídicos / Dogmática / Validade dos atos jurídicos

MERCATI, Livia.

Matteo Gnes, I privilegi dello Stato debitore : [recensão] / Livia Mercati.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 295-307

MERLONI, Francesco.

Libertà della scienza e della ricerca / Francesco Merloni.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 161-176

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Liberdade de investigação / Ciência -- liberdade

MIDIRI, Mario.

La Cedu in Parlamento / Mario Midiri.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 85-103

CEDH -- parlamento

MORBIDELLI, Giuseppe, 1944- .

Della triplice forma di nullità dei provvedimenti amministrativi / Giuseppe Morbidelli.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 659-672

Nulidade das medidas administrativas / Direito administrativo

PINELLI, Cesare.

Presentazione : Individuo e potere : incontro di studio in onore di Andrea Orsi Battaglini / Cesare Pinelli.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 3-10

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder

PINELLI, Cesare, 1954- .

Princípi, regole, istituti / Cesare Pinelli.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 35-62

Princípios / Regras / Instituições

PIOGGIA, Alessandra.

Per una ridrammatizzazione della questione dell'interesse legittimo / Alessandra Pioggia.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 113-131

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Interesse legítimo

PIZZOLATO, Filippo.

Sulle funzioni fondamentali dei Comuni / Filippo Pizzolato.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 547-580

Funções fundamentais dos municípios / Municípios

POLI, Gianmarco.

Mariangela Atripaldi, La tutela del risparmio popolare nell'ordinamento italiano. : [recensão] / Gianmarco Poli.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, n.º 3 (2016), p. 1099-1106

PRESNO LINERA, Miguel Ángel.

Law and disagreement : el caso de Cataluña en España / Miguel Ángel Presno Linera.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 63-84

Direito / Conflito / Catalunha -- Espanha

RIZZONI, Giovanni.

Gabrio Forti, Claudia Mazzucato, Arianna Visconti (a cura di), Giustizia e letteratura II : [recensão] / Giovanni Rizzoni.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 689-692

ROMANO, Andrea.

Accesso alla giustizia costituzionale ed eguaglianza del voto : Legittimazione delle Corti e discrezionalità legislativa / Andrea Romano.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 431-508

Acesso à justiça constitucional / Direito constitucional / Legitimação / Tribunais / Discricionariedade legislativa

SICA, Luigi.

Genesis, applicazione e dichiarazione di incostituzionalità della Robin Hood Tax : Note a margine di alcune mutazioni / Luigi Sica.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 581-610

Declaração de inconstitucionalidade / Inconstitucionalidade

SIQUEIRA, Gustavo Silveira.

Il parere di Kelsen sulla Costituente brasiliana del 1933-1934 / Gustavo Silveira Siqueira.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 21-34

Assembleia Nacional Constituinte -- Brasil / Parecer de Kelsen -- 1933

SORRENTINO, Federico.

Principio di legalità / Federico Sorrentino.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 22, suppl. (2016), p. 83-95

Battaglini, Andrea Orsi, 1941- / Indivíduo / Poder / Princípio da legalidade

THORARENSEN, Björg.

Constitutional Consequences of the Economic Crisis in Iceland / Björg Thorarensen.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 3 (2015), p. 723-748

Consequências constitucionais / Crise econômica -- Islândia

TRABUCCO, Fabio Ratto.

Referendum di variazione territoriale regionale e locale : natura di due consultazioni distinte ma spesso equivocate in giurisprudenza / Fabio Ratto Trabucco.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 2 (2015), p. 637-658

Referendo / Jurisprudência

VAUTROT-SCHWARZ, Charles.

Actualité du droit administratif français 2014 / Charles Vautrot-Schwarz.

In: Diritto Pubblico. Padova. ISSN 1721-8985. A. 21, n.º 1 (2015), p. 165-201

Direito administrativo

Julgar

ALMEIDA, João Gomes de.

Âmbito de aplicação, definições e relações com outros atos do Regulamento Bruxelas TT ter / João Gomes de Almeida.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 11-31

Âmbito de aplicação / Definições / Matéria matrimonial -- responsabilidade parental / Regulamento Bruxelas II ter / Relações com outros actos

ALMEIDA, João Gomes de.

Reconhecimento de decisões, atos autênticos e acordos em matéria matrimonial no Regulamento Bruxelas II ter / João Gomes de Almeida.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 97-121

Direito do reconhecimento / Matéria matrimonial / Reconhecimento de actos autênticos e acordos / Reconhecimento de decisões / Regulamento Bruxelas II ter

FIALHO, António José.

O rapto internacional de crianças no Regulamento (UE) 2019/1111 (Bruxelas II ter) / António José Fialho.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 67-93

Comunicações judiciais directas / Convenção da Haia -- 1980 / Deslocação e retenção ilícita de crianças / Rapto internacional de crianças / Regulamento Bruxelas II bis -- reformulado

GIL, Ana Rita, 1980

Disposições comuns sobre execução das decisões em matéria matrimonial, de responsabilidade parental e de rapto internacional de crianças, proferidas ao abrigo do Regulamento (UE) 2019/1111 / Ana Rita Gil, Miguel Mota da Silva.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 147-159

Execução de decisões / Reconhecimento mútuo de decisões / Regulamento (UE) 2019/1111

GONÇALVES, Anabela Susana.

Competência em matéria de responsabilidades parentais (artigos 7.º a 21.º) / Anabela Susana Gonçalves.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 51-66

Competência internacional / Regulamento Bruxelas II ter / Responsabilidades parentais

MAGALHÃES, Gonçalo Oliveira.

O regime comum de reconhecimento e execução de decisões estrangeiras em matéria de responsabilidade parental na revisão do Regulamento Bruxelas II bis / Gonçalo Oliveira Magalhães.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 123-146

Confiança mútua / Custódia / Direito de visita / Execução / Reconhecimento / Responsabilidades parentais

NUNES, Vítor Pedro.

O novo regime especial de execução de decisões privilegiadas previsto no Regulamento (EU) do Conselho 2019/1111 de 25 de Junho de 2019 / Vítor Pedro Nunes.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 161-183

Cooperação judiciária civil / Decisões privilegiadas / Direito internacional privado / Direitos de visita / Mecanismo de prevalência / Responsabilidades parentais

OLIVEIRA, Elsa Dias.

Competência em matéria matrimonial e audição das crianças : algumas considerações à luz do Regulamento UE 2019/1111, de 25 de Junho de 2019 / Elsa Dias Oliveira.

In: Julgar. Lisboa. ISSN 1646-6853. N.º 47 (2022), p. 33-49

Anulação de casamento / Competência internacional / Audição da criança / Divórcio / Separação

Revista da AJURIS

ALBERTON, Genacéia da Silva.

Repensando a jurisdição conflitual / Genacéia da Silva Alberton.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 119-158

Habermas, Jürgen, 1929- / Jurisdição / Mediação

ALCALÁ, Humberto Nogueira.

La protección de los derechos sociales como derechos fundamentales de eficacia inmediata y justiciables en jurisdicción constitucional : la sentencia del Tribunal Constitucional rol 1710-2010-inc., del 6 de agosto de 2010, sobre el artículo 38 ter de la ley de ISAPRES / Humberto Nogueira Alcalá.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 299-347

Defesa dos direitos sociais / Direito à saúde / Direito à segurança social / Jurisprudência do Tribunal Constitucional

ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de.

Um réquiem à busca da verdade no processo civil / Jesualdo Eduardo de Almeida Júnior.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 127-144

Busca da verdade / Processo civil / Verdade real

AMARAL, Guilherme Rizzo.

A nova execução (Leis 11.232/05 e 11.382/06) e o direito intertemporal / Guilherme Rizzo Amaral.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 193-225

Acto consumado / Acto jurídico perfeito / Coisa julgada / Direito adquirido processual / Direito intertemporal / Execução definitiva / Execução provisória / Lei 11.232/05 / Lei 11.383/06 / Processo civil / Processo de execução / Processos pendentes / Sistema de isolamento dos actos processuais

AMARAL, Sérgio Tibiriçá.

Direito de antena como instrumento de inclusão social : concretizando um direito fundamental / Sérgio Tibiriçá Amaral, António Celso Baeta Minhoto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 225-236

Direito de antena / Direito de informação / Direitos fundamentais / Inclusão social / Manifestação do pensamento

ANDRADE, José Arildo Valadão de.

A reabilitação da razão prática operacionalizada pela jurisdição no âmbito do constitucionalismo contemporâneo / José Arildo Valadão de Andrade.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 183-194

Direito constitucional moderno / Jurisdição / Princípio da legalidade / Razão prática / Teoria do discurso

ANDRADE, José Arildo Valadão de.

Redefinição do poder judiciário segundo os padrões de uma fundamentação substancialista de justiça constitucional / José Arildo Valadão de Andrade.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 129-160

Crise da representação política / Direito constitucional moderno / Justificação substancialista / Poder judiciário

ARAÚJO, Gisele Ferreira de.

A tutela jurídica da biotecnologia / Gisele Ferreira de Araújo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 183-192

Biotecnologia / Propriedade intelectual / Tutela jurídica

ARONNE, Ricardo.

Uma genealogia civil-constitucional da pertença e do pertencimento : o domínio e as titularidades entre a razão e a fé / Ricardo Aronne.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 319-331

Domínio / Genealogia civil-constitucional / Fé / Pertença / Razão / Titularidade

AUGUSTIN, Sérgio.

A indefinição jurisprudencial em face do dano moral coletivo / Sérgio Augustin, Ângela Almeida.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 269-282

Ações colectivas / Dano moral coletivo / Direitos transindividuais / Teoria dos direitos colectivos

BAINI, Gustavo Martins.

Aspectos da responsabilidade extracontratual da administração pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal : sujeição ativa e passiva / Gustavo Martins Baini.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 75-112

Administração pública / Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Responsabilidade civil

BAIO, Lucas Seixas.

Aspectos teóricos relativos à independência de juízes / Lucas Seixas Baio.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 167-197

Democracia / Independência / Juízes / Procedimentalismo / Substancialismo

BALAGUER CALLEJÓN, Francisco.

As relações entre o Tribunal de Justiça da UE e os Tribunais Constitucionais Nacionais dos Estados-Membros / Francisco Balaguer Callejón.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 249-278

Tribunal de Justiça / União Europeia / Constituição europeia / Direito constitucional europeu / Tribunais constitucionais

BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de.

Contratos de crédito ao consumidor após a ADIn dos bancos / Daniela Silva Fontoura de Barcellos.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 75-89

ADIn / Bancos / Contratos de crédito -- consumidor

BASTOS, António Adonias Aguiar.

Uma leitura crítica do novo regime do agravo no direito processual civil brasileiro / António Adonias Aguiar Bastos.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 23-38

Agravo / Agravo de instrumento / Agravo retido / Direito processual civil / Lei n.º 11.187/2005 / Mandado de segurança

BASTOS, António Adonias Aguiar.

O reconhecimento da dívida e a satisfação em prestações : um estudo sobre o art. 745-A, do CPC / António Adonias Aguiar Bastos.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 7-20

Art. 745-A / Direito processual civil / Execução / Obrigação / Parcelamento / Reconhecimento / Requisitos

BASTOS, Ísis Boll de Araujo.

A fungibilidade como instrumento de celeridade e efetividade jurisdicional em sede de tutela de urgência / Ísis Boll de Araujo Bastos.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 225-251

Antecipada / Cautelar / Celeridade / Fungibilidade / Princípios / Tutelas / Urgência

BERMAN, José Guilherme.

Ativismo judicial, judicialização da política e democracia José Guilherme Berman.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 209-226

Activismo judicial / Democracia / Judicialização da politica

BERNSTEIN, João Paulo.

A antecipação de tutela contra a fazenda pública : medidas assecuratórias do provimento antecipatório / João Paulo Bernstein.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 209-227

Fazenda pública / Tutela

BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz.

A inversão do ónus da prova nas ações por responsabilidade civil no CDC / Káren Rick Danilevicz Bertoncello.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 233-249

Inversão do ónus da prova / Responsabilidade civil -- CDC

BERTRAN MUÑOZ, Maria Paula Costa.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no caso de revisão dos contratos de leasing e o discurso económico da impossibilidade de revisão dos contratos / Maria Paula Costa Bertran Muñoz.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 187-212

Análise económica do direito / Arrendamento mercantil / Jurisprudência / Revisão de contratos / Segurança jurídica

BIAZUS, Lúcio António.

O fim da entidade familiar e seus reflexos na sociedade empresarial / Lúcio António Biazus.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 227-243

Comunicabilidade patrimonial / Direito de empresa / Direito de família / Partilha

BIZZOTTO, Alexandre.

O mal-estar do juiz criminal e a ética da alteridade / Alexandre Bizzotto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 11-19

Acomodação / Alteridade / Carreira / Desconforto / Juiz / Medo / Neoliberalismo / Outro / Transformação

BORGES, Letícia Puccini Cobra.

Decisão jurídica e dilemas pós-positivistas da interpretação correta : o substancialismo de Ronald Dworkin e o pragmatismo de Richard Posner / Letícia Puccini Cobra Borges, Rafael Simioni.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 201-218

Dworkin, Ronald 1901-2013 / Posner, Richard / Interpretação jurídica / Pragmatismo / Substancialismo

BRITO, Claudeni Josué de.

A proteção à infância como pressuposto da cidadania : reflexões sobre a aprovação da prática do parto anónimo / Claudeni Josué de Brito, Felipe Tadeu Dickow.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 93-106

Anonimato / Parto anónimo / Roda dos expostos

BURTET, Tiago Machado.

Registro sindical : uma leitura do artigo 8º, incisos I e II, da Constituição Federal / Tiago Machado Burtet.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 233-251

Ministério do Trabalho e Emprego / Carta sindical / Registo / Registo civil das pessoas jurídicas / Sindicato

CABRAL, Trícia Navarro Xavier.

Filosofia do direito, neoconstitucionalismo e processo contemporâneo / Trícia Navarro Xavier cabral.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 297-335

Filosofia do direito / Neoconstitucionalismo / Processo contemporâneo

CALIENDO, Paulo.

A aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica no direito do tributário / Paulo Caliendo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 121-141

Desconsideração / Personalidade jurídica / Responsabilidade dos sócios

CALIENDO, Paulo.

Contribuição de melhoria : novas perspectivas para a tributação e financiamento de obras públicas / Paulo Caliendo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 215-237

Contribuição de melhoria / Obras públicas

CARNEIRO, Athos Gusmão.

A intervenção de terceiros e a audiência no projeto de novo Código de Processo Civil / Athos Gusmão Carneiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 13-19

Assistência / Amicus Curiae / Audiência / Chamamento ao processo / Conciliação / Denúnciação em garantia / Denúnciação da lide / Forma de inquirição / Intervenção de terceiros / Intimação / Nomeação à autoria / Oposição / Processo civil / Projecto de Novo Código / Substituição de réu / Tentativa / Testemunhas

CARNEIRO, Athos Gusmão.

O princípio sententia habet paratam executionem e a multa do artigo 475-J do CPC / Athos Gusmão Carneiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 25-39

Artigo 475-J do CPC / Sententia habet paratam executionem

CARVALHO, António Carlos Alencar.

O pagamento de adicional noturno ou de serviço extraordinário e de exercício de cargos-funções comissionados a servidores públicos remunerados por subsídio : uma interpretação do art. 39, §§ 3.º, 4.º e 8.º da Constituição Federal / António Carlos Alencar Carvalho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 31-56

Inteligência dos arts. 7º, 39, §§ 3º, 4º e 8º, da Constituição Federal de 1988 / Percebimento de adicional noturno e adicional de serviço extraordinário por servidores públicos remunerados em parcela única / Problema da possibilidade de pagamento pelo exercício de cargos ou funções comissionadas de direcção, chefia e assessoramento pelos agemntes públicos que recebem na forma do § 4º do art. 39 da Carta Republicana / Subsídio

CARVALHO, Délton Winter de.

A construção probatória para a declaração jurisdicional da ilicitude dos riscos ambientais / Délton Winter de Carvalho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 33-62

Dano ambiental / Gestão de riscos / Prova científica / Risco ambiental / Sociedade de risco

CARVALHO, Délton Winter de.

A responsabilidade administrativa no Estado Democrático Ambiental / Délton Winter de Carvalho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 79-97

Estado democrático ambiental / Infrações e sanções administrativas ambientais / Responsabilidade administrativa ambiental

CASSOL, Mariana Helena.

Perspectivas atuais da tutela antecipada e a quebra do princípio da unicidade da sentença / Mariana Helena Cassol.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 151-176

Tutela antecipada

CASTRO, Cássio Benvenuto de.

Decadência da potestade invalidante do ato administrativo / Cássio Benvenuto de Castro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 55-93

Acto administrativo / Artigo 54 da Lei 9.874/99 / Decadência / Estado de direito / Estado (neo)constitucional / Invalidação / Juridicidade / Legalidade / Segurança jurídica

CASTRO, Cássio Benvenuto de.

Retroatividade secundum eventum probationis do novo art. 306 do CTB / Cássio Benvenuto de Castro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 41-56

Art. 306 do CTB / Lei 11.705/08 -- Lei Seca

CASTRO, Fábio Caprio Leite de.

Arte retórica e hermenêutica jurídica / Fábio Caprio Leite de Castro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 177-208

Argumentação / Constituição / Discurso jurídico / Hermenêutica / Metaforicidade

CAVALLI, Cássio Machado.

Apontamentos sobre a teoria do estabelecimento empresarial no direito brasileiro / Cássio Machado Cavalli.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 73-93

Direito brasileiro / Estabelecimento empresarial

CENCI, Ana Righi.

Direitos humanos e minorias étnicas : aplicabilidade social e jurídica dos direitos fundamentais / Ana Righi Cenci.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 367-385

Ações afirmativas / Direitos culturais / Direitos humanos / Interpretação jurídica dos direitos fundamentais / Minorias étnicas

CHAVES, Ivan Fernando de Medeiros.

Sentença penal e reparação mínima, uma visão crítica / Ivan Fernando de Medeiros Chaves.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 199-208

Ampla defesa / Amplitude da reparação / Ilegalidade / Inadequado / Indemnização mínima / Princípios constitucionais fundamentais / Retroactividade

CHECHILE, Ana María.

El rol de los abuelos en el derecho de familia contemporáneo : una mirada centrada en los conflictos de comunicación entre abuelos y nietos en el derecho argentino / Ana María Chechile, Marisa Herrera.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 327-351

Conflitos de comunicação entre avós e netos / Direito da família -- avós / Lei -- Argentina

CONCEIÇÃO, Isadora Albornoz Cutin.

A eficácia dos direitos fundamentais nas relações interprivadas : análise de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Isadora Albornoz Cutin Conceição, Tiago de Menezes Conceição.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 209-223

Direitos fundamentais / Jurisprudência / Relações interprivadas

CONDE, Ângela Hackbart.

Da aplicabilidade da lei de improbidade administrativa aos prefeitos municipais / Ângela Hackbart Conde.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 71-99

Agentes políticos / Improbidade administrativa / Prefeitos municipais

CORDEIRO, Néfi.

Delação premiada na legislação brasileira / Néfi Cordeiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 273-296

Benefícios penais / Colaboração / Contraditório / Delação / Delação premiada / Favor de resultado / Processo penal / Publicidade

COSTA, Ana Paula Motta.

A efetividade dos direitos sociais das crianças e adolescentes brasileiros e o reconhecimento social de sua condição de dignidade humana / Ana Paula Motta Costa.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 31-52

Crises da jurisdição / Cultura de paz / Mediação

COSTA, Denise Souza.

Desafios para a concretização do direito fundamental à educação / Denise Souza Costa.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 83-115

Direito fundamental / Educação / Efetividade / Eficácia

COSTA, Eduardo Cunha da.

Prova argumentativa ou prova demonstrativa : uma questão de ordem / Eduardo Cunha da Costa.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 99-112

Prova argumentativa / Prova demonstrativa / Ordem

COSTA, Larissa de Oliveira.

Princípio da preservação dos recursos naturais na unidade fundiária / Larissa de Oliveira Costa.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 251-268

Agrário / Conservação / Princípio constitucional / Propriedade / Recursos naturais

COSTA, Marli M. M. da.

A adoção das práticas restaurativas pelas polícias como políticas de segurança no enfrentamento à vitimização e à violência nas relações de género / Marli M. M. da Costa, Rosane T. C. Porto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 305-317

Justiça restaurativa / Segurança pública / Vítimas

DA ROS, Luciano.

Fundamentos sócio-políticos do pioneirismo jurisprudencial e da diversificação do espaço jurídico : notas a partir de estudo de caso / Luciano Da Ros.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 217-230

Espaço jurídico / Pioneirismo jurisprudencial

DIAS, Handel Martins.

O tempo e o processo / Handel Martins Dias.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 227-245

Tempo / Processo

DIAS, Maria Berenice.

Execução dos alimentos e as reformas do CPC / Maria Berenice Dias.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 277-284

CPC

DIFINI, Luiz Felipe Silveira.

A antecipação da cobrança do ICMS sem substituição tributária / Luiz Felipe Silveira Difini.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 183-197

Cobrança antecipada / ICMS / Operações interestaduais / SIMPLES

DONIZETTI, Elpídio.

Inovações tecnológicas a serviço do credor : aspectos da penhora por meio eletrónico / Elpídio Donizetti.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 113-120

Actos electrónicos / Celeridade / Construção de bens / Defesa oponível / Efectividade e satisfação / Momento adequado / Penhora por meio electrónico / Procedimento e finalidade / Sigilo bancário

DRI, Clarissa Franzoi.

Antiformalismo jurídico versus jusnaturalismo : uma releitura crítica / Clarissa Franzoi Dri.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 113-127

Antiformalismo jurídico / Jusnaturalismo / Juspositivismo

ECHTERHOFF, Gisele.

A terapia génica e a eugenia / Gisele Echterhoff.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 127-143

Eugenia / Terapia génica

ENGELMANN, Wilson.

A phrónesis como mediadora ética para os avanços com o emprego das nanotecnologias : em busca de condições para o pleno florescimento humano no mundo nanotech / Wilson Engelmann, André Stringhi Flores.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 309-325

Bem comum / Bens humanos / Ética / Nanotecnologia / Phrónesis / Razoabilidade práctica

FERRAREZE FILHO, Paulo.

Direito à morte (?) : verdades possíveis a partir do caso Ramón Sampedro / Paulo Ferrareze Filho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 143-159

Dignidade / Direito à morte / Vida

FERRAZ, Leslie Shériida.

Acesso à justiça qualificado e processamento de demandas repetitivas nos juizados especiais cíveis / Leslie Shériida Ferraz.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 159-171

Acesso à justiça -- qualificado / Juizados especiais cíveis / Pesquisa empírica / Tutela colectiva

FISCHER, Douglas.

Considerações sobre a correta aplicação da Súmula 704 do STF / Douglas Fischer, Claiton Renato Macedo Marques.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 81-94

Súmula 704 do STF

FROTA, Mário.

Por um código de processo colectivo em Portugal / Mário Frota.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 321-353

Acção de classe / Acção judicial popular / Liminar / Direitos do consumidor / Direito a uma justiça rápida e acessível / Direitos colectivos em sentido estrito / Direitos difusos / Direitos individuais homogéneos / Redesenho colectivo

GARDINO, Adriana Valéria Pugliesi.

Superendividamento do consumidor : breves reflexões / Adriana Valéria Pugliesi Gardino.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 13-46

Consumidor / Superendividamento

GASPARDO, Murilo.

O papel dos tribunais na efetivação dos direitos sociais diante do esvaziamento do circuito Governo/Parlamento / Murilo Gaspardo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 251-275

Democracia / Direitos sociais / Legitimidade / Política / Tribunais

GHERSI, Carlos Alberto.

Corrupción : análisis económico, social y legal / Carlos Alberto Ghersi.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 235-247

Corrupção

GHISLENI, Ana Carolina.

A implantação de uma cultura da paz em face da crise da jurisdição : a mediação como meio consensuado de tratar os conflitos através da análise do projeto existente em Santa Cruz do Sul / Ana Carolina Ghisleni, Fabiana Marion Spengler.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 13-29

Crises da jurisdição / Cultura de paz / Mediação

GIOVELLI, Eduardo.

Condições e possibilidades de implementação da multa ante o não cumprimento voluntário da decisão condenatória : a questão da efetividade do art. 475-J do CPC / Eduardo Giovelli.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 107-129

Art. 475-J do CPC / Lei 11.232

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen.

À espera dos bárbaros : proibição de insuficiência em matéria penal e blindagem teológica do discurso : aproximações a partir do direito penal do inimigo / Ricardo Jacobsen Gloeckner.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 273-309

Blindagem teológica do discurso / Direito penal do inimigo

GODINHO, Robson Renault.

A distribuição do ônus da prova na perspectiva dos direitos fundamentais / Robson Renault Godinho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 231-244

Direitos fundamentais / Ônus da prova

GÓIS, Veruska Sayonara de.

Interesse público no Estado democrático de direito : anotações sobre conceituação, titularidade e processualidade / Veruska Sayonara de Góis.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 297-308

Estado democrático de direito / Processualidade / Titularidade

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello Gonçalves.

A família na sociedade brasileira : o papel do poder judiciário em relação aos casais formados por pessoas do mesmo sexo / Camila de Jesus Mello Gonçalves, Marina de Neiva Borba.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 21-49

Família / Interpretação constitucional / Uniões homoafetivas

GONÇALVES, Tamara Amoroso.

Direitos humanos das mulheres em pauta : feminicídios em Ciudad Juárez / Tamara Amoroso Gonçalves, Gabriela Cunha Ferraz.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 279-308

Campo algodoeiro / Corte Interamericana de Direitos Humanos / Feminicídio / Mulheres / México

GOUVEIA, Lúcio Grassi de, 1967-

Breves considerações acerca da construção da norma jurídica diante do caso concreto pelo julgador / Lúcio Grassi de Gouveia.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 245-255

Construção / Hermenêutica jurídica / Julgador / Norma jurídica / Processo

GRISON, Leonardo.

Segurança jurídica e a crise da racionalização da jurisdição e do processo / Leonardo Grison.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 195-211

Burguesia / Jurisdição / Processo / Racionalismo / Segurança jurídica

GUERRA, Marcel Vitor de Magalhães e.

Art. 88 - competência internacional e cláusulas de eleição de foro : necessidade de quebra do critério right not to be sued abroad recentemente estabelecido pelo STJ no REsp 804.306 como regra fixa de hermenêutica / Marcel Vitor de Magalhães e Guerra.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 257-271

Competência internacional / Eleição de foro / Inafastabilidade de jurisdição

HARTMANN, Ivar Alberto Martins.

O direito de autodeterminação do paciente / Ivar Alberto Martins Hartmann.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 253-279

Autonomia / Direito alemão / Direito norte-americano / Direitos fundamentais / Ortotanásia / Paciente / Testamento vital

HEERDT, Fábio Vieira, 1970-

Processo civil no limiar do século XXI : a nova visão do juiz constitucional / Fábio Vieira Heerd.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 181-193

Juiz constitucional / Processo civil

HERTEL, Daniel Roberto.

Aspectos processuais civis decorrentes da possibilidade de fixação de indenização civil na sentença penal condenatória / Daniel Roberto Hertel.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 61-73

Aspectos processuais civis / Indemnização civil / Sentença penal condenatória

HOMERCHER, Cláudio Muradás.

Liberdade de imprensa e improbidade administrativa / Cláudio Muradás Homercher.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 21-33

Direito à honra / Direitos fundamentais / Ética / Improbidade administrativa / Jornalismo / Liberdade de imprensa / Poder judiciário / Ponderação de bens

JOBIM, Marco Félix.

A concessão de liminar nas ações declaratórias de inconstitucionalidade : uma análise sobre o caso dos fetos anencefálicos / Marco Félix Jobim.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 187-195

Anencefalia

JUNQUEIRA, André Luiz.

A boa-fé objetiva nas relações condominiais / André Luiz Junqueira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 33-37

Boa-fé objectiva / Comportamento contraditório / Condomínio / Suppressio / Surrectio / Tu quoque

KIM, Richard Pae, 1968-

Neocopnstitucionalismo : hermenêutica constitucional e atividade jurisdicional na tutela dos direitos do cidadão / Richard Pae Kim.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 269-290

Constituição / Hermenêutica / Justiça / Neoconstitucionalismo / Poder judiciário / Pós-positivismo

KÖLLING, Gabrielle.

As interfaces do processo decisório / Gabrielle Kölling, Guilherme Camargo Massaú.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 51-73

Decisão / Fundamentação / Positivismo jurídico / Saúde

KONZEN, Lucas Pizzolatto.

A eficácia jurídica do direito fundamental à moradia : uma análise da atuação dos tribunais brasileiros (1988-2006) / Lucas Pizzolatto Konzen.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 95-120

Direito à moradia / Direitos sociais / Efeitos jurídicos / Justiciabilidade / Tribunais

LAGO, Vivian de Medeiros.

Implicações da separação conjugal no desenvolvimento dos filhos : uma contribuição da psicologia para os operadores do direito / Vivian de Medeiros Lago, Ana Paula Corrêa de Oliveira Freitas, Denise Ruschel Bandeira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 249-262

Separação conjugal / Filhos

LAITANO, Grégori Elias.

Criminologia moderna do ser ao outro : aproximações desde sua epistemologia / Grégori Elias Laitano.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 143-181

Criminologia / Epistemologia / Ética da alteridade / Modernidade / Ontologia

LANES, Júlio César Goulart.

A class action estadunidense e algumas ponderações sobre o sistema processual brasileiro / Júlio César Goulart Lanes.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 139-165

Class actions

LEAL, Ana Luiza Domingues de Souza.

O direito fundamental ao mínimo existencial como conceito normativamente dependente / Ana Luiza Domingues de Souza Leal.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 13-44

Axiologia / Condições mínimas de existência / Direito fundamental / Direitos sociais / Estado social / Jurisprudência / Mínimo existencial / Núcleo fundamental

LEAL, Rogério Gesta.

Justiça de transição e a responsabilidade do Estado por atos de tortura e desaparecimento de pessoas nos regimes de exceção / Rogério Gesta Leal.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 263-296

Desaparecimento e morte de pessoas / Responsabilidade estatal / Tortura

LEAL, Rogério Gesta.

A necessária relação entre filosofia, política e direito na constituição de um espaço público democrático fundado pela participação social : uma investigação a partir de Habermas / Rogério Gesta Leal.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 203-228

Habermas, Jürgen, 1929- / Espaço público democrático / Participação social

LEAL, Rogério Gesta.

Ordem económica e meio ambiente : aspectos económicos e sociais das decisões judiciais / Rogério Gesta Leal.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 239-268

Decisões judiciais / Direito ambiental / Ordem constitucional económica

LEAL, Rogério Gesta.

A responsabilidade civil do Estado Brasileiro por omissão em face de desastres e catástrofes naturais causadoras de danos materiais e imateriais a terceiros / Rogério Gesta Leal.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 185-234

Desastres e catástrofes naturais / Dever de indemnizar / Responsabilidade do Estado por omissão

LEAL, Saulo Brum.

Alterações no Tribunal do Júri : quesitos (Lei nº 11.689 - 09.06.08) / Saulo Brum Leal.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 229-231

Lei nº 11.689, de 09.06.08 / Quesitos / Tribunal do Júri

LEISTER, Ana Carolina Corrêa da Costa.

Teorias da democracia : uma taxonomia para tendências modernas / Ana Carolina Corrêa da Costa Leister.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 69-88

Democracia agregacionista / Democracia deliberativa / Democracia negociada / Mercado de votos / Processos decisórios

LIRA, Daiane Nogueira de.

A realização de audiência pública pelo Supremo Tribunal Federal como fator de legitimação da jurisdição constitucional / Daiane Nogueira de Lira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 39-72

Supremo Tribunal Federal / Audiência pública / Jurisdição constitucional / Legitimidade

LORENZON, Lúcio André Müller.

Dano biológico / Lúcio André Müller Lorenzon.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 251-283

Dano biológico

LOUREIRO, Maria Fernanda.

Exercício do poder de polícia e o caso da gripe H1N1 no contexto da sociedade global do risco / Maria Fernanda Loureiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 213-247

Gripe H1N1 / Interesse colectivo / Intervenção do Estado / Poder de polícia / Sociedade de risco

LUDWIG, Roberto José.

Algumas observações sobre a possibilidade de fundamentação dos direitos humanos / Roberto José Ludwig.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 343-366

Desconstrutivismo / Direitos humanos / Filosofia do direito / Fundamentação / Pós-modernidade / Teoria do direito / Teoria do discurso

LUISI, Mariana.

Os crimes omissivos impróprios / Mariana Luisi.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 177-202

Conduta omissiva / Delito omissivo impróprio / Omissão

LUPION, Ricardo.

Uma abordagem dos direitos fundamentais dos fornecedores nas relações de consumo : um estudo de caso / Ricardo Lupion.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 241-262

Direitos fundamentais / Devido processo legal / Inviolabilidade do estabelecimento comercial / Provas ilícitas

LYRA, José Francisco Dias da Costa.

A expansão do direito penal na pós-moderna sociedade do risco : \bo controle penal e suas (im)possibilidades / José Francisco Dias da Costa Lyra.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 117-138

Direito penal / Expansão / Pós-modernidade / Sociedade do risco

LYRA, José Francisco Dias da Costa.

Uma leitura Kantiana de tolerância zero nos planos internacional e nacional / José Francisco Dias da Costa Lyra.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 145-167

Kant, Emmanuel, 1724-1804 / Globalização / Imigrante / Sem-terra / Tolerância zero

MACEDO, Amilcar Fagundes Freitas.

O crime de lavagem de dinheiro : algumas reflexões / Amilcar Fagundes Freitas Macedo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 9-22

Lavagem de dinheiro

MACEDO, Elaine Harzheim.

Ações coletivas X ações individuais : uma questão de efetividade e tempestividade processual conforme a Constituição / Elaine H. Macedo, Marco F. Jobim.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 69-85

Acção colectiva / Acção individual / Efectividade / Tempestividade

MACHADO, Yuri Restano.

A interpretação dos contratos no Código Civil / Yuri Restano Machado.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 311-325

Interpretação do contrato

MADEIRA, Camila Luce.

O Direito da Criança e do Adolescente no Sistema Regional Americano : análise de recentes julgados / Camila Luce Madeira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 89-117

Comissão Interamericana de Direitos Humanos / Corte Interamericana de Direitos Humanos / Protecção da Criança e do Adolescente / Sistema Regional Americano

MADEIRA, Ligia Mori.

Consolidação democrática em contexto periférico : o Estado Brasileiro e o panorama da violência urbana / Ligia Mori Madeira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 267-275

Consolidação democrática / Estado social -- Brasil / Violência urbana

MAGALHÃES, Joseli Lima.

O ativismo judicial como mecanismo de decisionismo à luz do Estado Democrático de Direito / Joseli Lima Magalhães.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 181-200

Activismo judicial / Decisionismo / Direitos sociais / Poderes do juiz / Tutela de urgência

MAGALHÃES, Maria Luisa Costa.

Cidadania e ação popular no Brasil : uma crítica à concepção autoritária de cidadania no tratamento da legitimação para a propositura da ação popular / Maria Luisa Costa Magalhães.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 249-278

Acção popular / Cidadania / Legitimação

MAIA, Paulo Sávio Peixoto.

Democracia e representação popular na teoria da Constituição de Carl Schmitt / Paulo Sávio Peixoto Maia.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 281-295

Schmitt, Carl, 1888-1985 / Democracia / Representação política

MARCÃO, Renato Flávio.

O § 4.º do art. 394 do CPP e o procedimento penal na Lei de drogas (Lei n.º 11.343/2006) / Renato Flávio Marcão.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 217-223

Art. 394 do CPP / Lei nº 11.343/2006

MARTINI, Simone.

Preservação ambiental e participação popular / Simone Martini.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 283-296

Cidadania ambiental / Democracia ambiental / Participação popular / Princípio democrático

MARTINS, Leonardo.

Significado macro-económico dos direitos fundamentais à luz da liberdade profissional-empresarial (art. 5º, XIII da CF) / Leonardo Martins.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 247-266

Art. 5º, XIII da CF / Direitos fundamentais / Liberdade profissional-empresarial

MARTINS, Raphael Manhães.

O princípio da confiança legítima no direito brasileiro : uma discussão em torno do enunciado Nº 362, da IV Jornada de Direito Civil / Raphael Manhães Martins.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 257-271

Enunciado nº 362 / Jornadas de Direito Civil / Princípio da confiança legítima

MARTINS, Thomas Passos.

A implementação do constitucionalismo na França / Thomas Passos Martins.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 309-322

Bipolarização partidária / Constitucionalismo / Controle de constitucionalidade / Estado de direito / Legalismo / Legicentrismo / Racionalização parlamentar / Regime parlamentar / Separação dos poderes

MATTEI, Juliana Flávia.

O direito fundamental ao meio ambiente e sua eficácia e efetividade enquanto direito à organização e ao procedimento / Juliana Flávia Mattei.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 227-249

Meio ambiente / Direito fundamental / Efectividade / Eficácia / Organização / Procedimento

MAUÉS, António Moreira.

Ensaio sobre a harmonização da jurisprudência constitucional / António Moreira Maués.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 21-31

Harmonização / Jurisprudência constitucional

MAYA, André Machado.

A citação por hora certa no processo penal / André Machado Maya, Nereu José Giacomolli.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 11-27

Ampla defesa / Citação / Contraditório / Hora certa / Processo penal

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira.

Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente : o direito brasileiro e a Convenção de Aarhus / Valerio de Oliveira Mazzuoli, Patryck de Araújo Ayala.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 259-298

Convenção de Aarhus / Cooperação internacional ambiental / Dever de informar / Lei dos crimes ambientais / Princípio da precaução

MAZZUOLI, Valério de Oliveira.

Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro / Valerio de Oliveira Mazzuoli.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 333-370

Controle de convencionalidade -- Brasil

MEIRA, Bruno Tanus Job e.

Il rilascio irregolare di organismi geneticamente modificati nell'ambiente nel contesto dell'ordinamento penale brasiliano : considerazioni legislativo-dottrinali e giurisprudenziali / Bruno Tanus Job e Meira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 245-259

Direito penal brasileiro / Organismos geneticamente modificados -- meio ambiente

MELLO, Cláudio Ari.

O controle de constitucionalidade de leis municipais que estabelecem limites de emissão sonora / Cláudio Ari Mello.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 47-60

Constitucionalidade de leis municipais / Leis municipais / Poluição sonora

MELLO, Cláudio Ari.

Direitos subjetivos e coerção : o que podemos aprender com a tese da ação de direito material? / Cláudio Ari Mello.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 95-125

Coerção / Direito e processo / Direito subjectivo / História das ideias jurídicas / Teoria do direito

MOLINARO, Carlos Alberto.

A jurisdição na proteção da saúde : breves notas sobre a instrumentalidade processual / Carlos Alberto Molinaro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 49-72

Constituição brasileira -- 1988 / Direito à saúde

MONTEJO RIVERO, Jetzabel Mireya.

Persona, personalidad, capacidad y derechos humanos de niñas y niños : una mirada contemporánea y necesaria / Jetzabel Mireya Montejo Rivero.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 353-368

Capacidade / Capacidade progressiva / Direitos humanos / Personalidade / Pessoa

MORAES, Voltaire de Lima.

Notas sobre o interrogatório do réu na área criminal / Voltaire de Lima Moraes.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 337-352

Conceito / Interrogatório / Natureza jurídica / Nulidades / Processo penal / Réu / Sistema de videoconferência

MOREIRA, José Carlos Barbosa.

Observações sobre a estrutura e a terminologia do CPC após as reformas das Leis n.ºs 11.232 e 11.382 / José Carlos Barbosa Moreira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 185-195

CPC / Leis n.ºs 11.232, 11.382

MOSCHEN, Valesca Raizer Borges.

O Tribunal Permanente de revisão do Mercosul e o juiz nacional brasileiro : cooperação por meio das opiniões consultivas / Valesca Raizer Borges Moschen, Marcos Simões Martins Filho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 237-248

Mercosul / Tribunal Permanente de Revisão / Juiz nacional brasileiro

MOTTA, Artur Alves da.

O casamento e a comunhão plena de vida / Artur Alves da Motta.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 11-25

Casamento / Comunhão plena de vida / Direito de família

MUA, Cíntia Teresinha Burhalde.

Intervenção coletiva : releitura do artigo 94, caput, CDC, sob a ótica da utilidade para a tutela coetânea / Cíntia Teresinha Burhalde Mua.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 77-92

Artigo 94 -- CDC

NAIME, Roberto Harb.

Discussão da responsabilidade jurídica sobre o saneamento básico : estudo de caso em Araricá - RS / Roberto Harb Naime, Aduari Fantinel Cabral.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 297-316

Legalidade / Municípios / Saneamento

NASSIF, Aramis.

Júri : a controvérsia na quesitação da inimputabilidade e dos excessos culposos e exculpantes / Aramis Nassif.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 39-47

Absolvição sumária / Excesso culposos / Inimputabilidade / Júri

NEDEL, António Carlos.

A independência da função judicial como possibilidade de realização do direito / António Carlos Nedel.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 29-37

Independência judicial / Realização do direito

NETO, André Perin Schmidt.

Aplicação do Código Civil e do Código de defesa do Consumidor : análise da relação jurídica de consumo / André Perin Schmidt Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 45-70

Aplicação do Código de Defesa do Consumidor / Conceito de consumidor / Relação jurídica de consumo / Vulnerabilidade

NETO, Eugénio Facchini.

Direito canadense : um feliz encontro de duas tradições jurídicas / Eugénio Facchini Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 63-90

Civil law / Common law / Direito -- Canadá / Multiculturalismo / Sistema jurídico misto / Tradições jurídicas / Québec

NETO, Eugénio Facchini.

Estrutura e funcionamento da justiça norte-americana / Eugénio Facchini Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 147-179

Justiça norte-americana

NETO, Eugénio Facchini.

O judiciário no contexto do poder : uma abordagem de direito comparado / Eugénio Facchini Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 147-176

Direito comparado / Fricção entre poderes / Judicialização da política / Poder judiciário

NETO, Eugénio Facchini.

O judiciário no mundo contemporâneo / Eugénio Facchini Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 139-165

Judiciário

NETO, Eugénio Facchini.

A outra justiça : ensaio de direito comparado sobre os meios alternativos de resolução de conflitos / Eugénio Facchini Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 85-117

ADR / Direito comparado / Justiça norte-americana / Resolução alternativa de conflitos

NETO, Jayme Weingartner.

O Estado Democrático de Direito, apontamentos histórico-críticos / Jayme Weingartner Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 163-183

Democracia / Direito / Estado

NETO, Luiz Inácio Vigil.

Petite histoire du droit du peuple français : evolution et perspectives / Luiz Inácio Vigil Neto, Eric Hickel.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 327-342

Corpus Iuris Civilis / Ius civile / Ius gentium / Direito civil / Código civil brasileiro / Código civil francês / Código napoleónico / Constituição / Direito comunitário / Direito do Estado / Direitos das pessoas / Ordem do rei

NETO, Manoel Valente Figueiredo.

A periculosidade do portador de transtorno mental com a assunção da Lei 10.216/2001 : considerações jurídicas em torno das políticas públicas / Manoel Valente Figueiredo Neto, Lúcia Cristina dos Santos Rosa.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 189-203

Periculosidade / Políticas públicas / Portador de transtorno mental

NETO, Moisés da Fontoura Pinto.

O que é direito penal do inimigo : os riscos de uma perigosa banalização / Moisés da Fontoura Pinto Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 199-218

Estado de exceção / Inimigo / Lei e ordem / Risco / Sistema penal subterrâneo

NETO, Nagibe de Melo Jorge.

A promoção por merecimento no poder judiciário pós EC 45/2004 : uma análise crítica / Nagibe de Melo Jorge Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 181-216

EC 45/2004 / Poder judiciário

NETO, Orlando Faccini.

Um novo juiz para um novo século / Orlando Faccini Neto.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 197-213

Direito

NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro.

As origens da condenação do processo civil romano / Guilherme Carneiro Monteiro Nitschke.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 117-159

Acção / Condenação / Direito romano / Litis contestatio / Obrigação / Processo civil

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.

Administração pública e disregard doctrine / Edilson Pereira Nobre Júnior.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 57-68

Administração pública / Disregard doctrine

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira.

O veto por inconstitucionalidade e o seu controle jurisdicional / Edilson Pereira Nobre Júnior.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 95-118

Controle jurisdicional / Veto

NOGUEIRA, Eliane Garcia.

Juiz-gestor : gestão judiciária e eficiência da justiça / Eliane Garcia Nogueira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 131-145

Críticas ao poder judiciário / Eficiência da justiça / Gestão judiciária / Juiz e liderança

NUNES, Leandro Gornicki.

Construção social do desvio e da criminalidade no Brasil neoliberal / Leandro Gornicki Nunes.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 161-186

Controle social / Criminologia / Desvio

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de.

Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica / Carlos Alberto Álvaro de Oliveira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 57-71

Direitos fundamentais

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de.

Sentença arbitrária / Carlos Alberto Álvaro de Oliveira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 13-31

Discrecionariade / Sentença arbitrária / Soluções para o problema

OLIVEIRA, Cristiane Catarina Fagundes de.

Controle social pelos conselhos municipais e controvérsias jurisprudenciais / Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 35-47

Administração Pública Municipal / Conselhos municipais / Controle social / Decisões judiciais / Função de controle

OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas de.

Mediação de conflitos familiares : uma perspectiva teórica / Luiz Ronaldo Freitas de Oliveira, Vera Regina Röhhelt Ramires.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 199-212

Conflitos familiares / Mediação / Programa de mediação

OLLERO, Andrés.

Poder judiciário e poder constitucional na sociedade globalizada / Andrés Ollero.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 263-267

Poder constitucional / Poder judiciário

OLSSON, Gustavo André.

apontamentos sobre a aplicação da análise económica do direito no estudo da legislação criminal e das condutas sociais indesejadas / Gustavo André Olsson.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 151-171

Análise económica do direito / Análise legislativa / Consequências da legislação / Aprimoramento da lei / Arma de fogo / Crimes / Direito / Direito criminal / Doutrina norte-americana / Objectivos sociais

PASTANA, Débora Regina.

Os contornos do Estado Punitivo no Brasil / Débora Regina Pastana.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 61-77

Controle penal / Democracia / Encarceramento / Estado Punitivo

PATRÃO, Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves.

O município e a família : a descentralização das políticas públicas de planeamento urbano na efetividade do direito fundamental da criança e do adolescente à convivência comunitária / Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves Patrão.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 57-75

Convivência comunitária / Criança e adolescente / Descentralização das políticas públicas / Direito á cidade

PATRÃO, Benedicto de Vasconcellos luna Gonçalves.

O princípio da afetividade na tutela da diversidade familiar : a hipótese de concorrência sucessória entre o cônjuge supérstite e os descendentes híbridos na partilha de bens / Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves Patrão.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 39-53

Afectividade / Cônjuge supérstite / Descendentes híbridos / Diversidade familiar / Sucessão

PEDRA, Adriano Sant'Ana.

As mutações constitucionais e o limite imposto pelo texto da Constituição : uma análise da experiência Latino-Americana / Adriano Sant'ana Pedra.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 47-68

Direitos fundamentais / Interpretação constitucional / Jurisdição constitucional / Mutaçao constitucional

PEREIRA, Frederico Valdez.

Valor probatório da colaboração processual (delação premiada) / Frederico Valdez Pereira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 95-114

Colaboração processual / Delação premiada / Processo penal / Prova / Valor probatório

PIMENTEL, Alexandre Freire.

Tipologia quinária das ações na era do sincretismo processual : a eficácia executiva da sentença declaratória e os efeitos preponderantes da sentença condenatória / Alexandre Freire Pimentel.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 13-31

Execução / Sentença declaratória / Sincretismo processual

PONTES, Eduardo Furian.

Depoimento pessoal : aspectos objetivos e subjetivos / Eduardo Furian Pontes.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 127-146

Depoimento pessoal / Natureza jurídica / Produção / Propositura

PORRAS RAMÍREZ, José María.

La garantía del sedicente derecho constitucional a la protección de la salud / José María Porras Ramírez.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 317-336

Conexão de vários direitos fundamentais / Direito à saúde / Novas garantias legais / Protecção extraordinária / Reconhecimento constitucional

PORTO, Rosane T. Carvalho.

Manifestação do bullying nas escolas e alternativas adequadas para a prevenção e o tratamento / Rosane T. Carvalho Porto, Helena Pacheco Wrasse.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 219-233

Bullying / Escola e família / Sociedade / Violência

POZZA, Carla Katia Antoni.

Técnicas processuais para diminuir as desigualdades sócio-económicas entre as partes no processo civil / Carla Katia Antoni Pozza.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 33-60

Desigualdades sócioeconómicas

POZZA, Pedro Luiz.

A inconstitucionalidade parcial do Art. 129, § Único, da Lei nº 11.101/2005 / Pedro Luiz Pozza.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 245-255

Art. 129, § único, da Lei nº 11.101/05 / Lei nº 11.101/2005

POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila.

A imparcialidade do juiz no processo penal brasileiro / Fabrício Dreyer de Ávila Pozzebon.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 167-182

Imparcialidade do juiz / Processo penal brasileiro

PRADO, Rebeca Makowski de Oliveira.

Reflexões sobre informatização do processo judicial, celeridade e acesso à justiça / Rebeca Makowski de Oliveira Prado.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 213-240

Acesso à justiça / Celeridade / Eficiência / Legitimidade / Razoável duração do processo

PRESNO LINERA, Miguel Ángel.

El concepto inclusivo de familia como principio emancipatorio de la vida social / Miguel Ángel Presno Linera.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 309-362

Aborto / Casamento -- gays / Conceito de família / Direito de constituir família / Direito ao casamento / Divórcio / Relações familiares -- direitos iguais

RAMIRES, Maurício.

Aspectos da relação entre a independência judicial e a responsabilidade disciplinar dos juízes por suas decisões : os casos português e brasileiro / Maurício Ramires.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 219-250

Decisões judiciais / Democracia / Independência dos juízes / Responsabilidade disciplinar

RAVA, Ben-Hur.

Uma perspectiva económica do contrato / Ben-Hur Rava.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 101-108

Análise económica do direito / Capitalismo / Contratos / Direito civil / Direito do consumidor / Direito dos contratos / Direito privado / Direitos de propriedade / Globalização / Mercado / Sistema económico / Sociedade industrial / Regulação

RIBEIRO, Darci Guimarães.

Esboço de uma teoria processual do direito / Darci Guimarães Ribeiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 61-80

Teoria processual do direito

RIBEIRO, Darci Guimarães.

A garantia constitucional do contraditório e as presunções contidas no § 6.º do art. 273 do CPC / Darci Guimarães Ribeiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 129-150

Contraditório / Efectividade / Incontroverso / Presunções / Tutela antecipada

RIBEIRO, Darci Guimarães.

O papel do processo na construção da democracia : para uma nova definição da democracia participativa / Darci Guimarães Ribeiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 91-103

Democracia participativa

RIBEIRO, Darci Guimarães.

Perspectivas epistemológicas do direito subjetivo / Darci Guimarães Ribeiro.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 119-145

Direito subjectivo imediato / Direito subjectivo mediato / Limitação à esfera jurídica / Poder

RIDOLA, Paolo.

O constitucionalismo : itinerários históricos e percursos conceituais / Paolo Ridola.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 277-313

Conceito / Constitucionalismo / Direito comparado / Evolução / História

ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da, 1962-

O campo jurídico e o campo político : o direito na obra de Pierre Bourdieu / Álvaro Filipe Oxley da Rocha.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 9-24

Bourdieu, Pierre, 1930-2002 / Direito / Política / Sociologia / Tribunais

ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da, 1962-

Criminologia e mídia : sistema penal e organizações privadas de comunicação social em luta por poder simbólico / Álvaro Filipe Oxley da Rocha.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 11-27

Criminologia / Mídia / Poder simbólico / Sistema penal

RODRIGUES, Emanuele Abreu.

Noções sobre a teoria da imputação objetiva / Emanuele Abreu Rodrigues.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 121-138

Imputação objectiva

RUSSO, Andréa Rezende.

A gestão de pessoas como forma de alcance da inovação e da efetividade na condução do processo / Andréa Rezende Russo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 13-29

Gestão de pessoas

SABEDRA, Lisianne.

Direitos sociais, aplicação judicial e ponderação / Lisianne Sabedra.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 161-175

Contexto sócio-económico brasileiro / Direitos sociais / Discricionariedade / Justiciabilidade / Ponderação

SANTIN, Janaína Rigo.

A opinião pública e o Estatuto da Cidade / Janaína Rigo Santin, Diego Maffazzioli Santos.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 115-125

Estatuto da cidade / Opinião pública / Participação popular

SANTIN, Janaína Rigo.

Princípio da capacidade contributiva e mínimo isento : análise no ordenamento jurídico brasileiro / Janaína Rigo Santin.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 195-207

Capacidade contributiva / Isonomia / Tributação

SANTOS JÚNIOR, Aloisio Cristovam dos.

Direitos fundamentais, proselitismo religioso e contrato de emprego / Aloisio Cristovam dos Santos Júnior.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 11-38

Contrato de trabalho / Liberdade religiosa / Proselitismo religioso

SARAIVA, João Batista Costa.

Não à redução da idade penal / João Batista Costa Saraiva.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 145-149

Redução da idade penal

SARLET, Ingo Wolfgang.

Constitucionalismo e democracia : breves notas sobre a garantia do mínimo existencial e os limites materiais de atuação do legislador, com destaque para o caso da Alemanha / Ingo Wolfgang Sarlet, Giovani Agostini Saavedra.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 73-94

Constitucionalismo / Democracia / Mínimo existencial

SARLET, Ingo Wolfgang.

Direitos fundamentais e proporcionalidade : notas a respeito dos limites e possibilidades da aplicação das categorias da proibição de excesso e de insuficiência em matéria criminal / Ingo Wolfgang Sarlet.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 139-161

Direitos fundamentais / Proibição de excesso / Proibição de insuficiência em matéria penal / Proporcionalidade

SARLET, Ingo Wolfgang.

A prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro : evolução e perspectiva em face da recente orientação adotada pelo STF / Ingo Wolfgang Sarlet, Selma Rodrigues Petterle.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 173-197

Constituição / Depositário infiel / Prisão civil / Tratados de direitos humanos

SCAPINI, Marco António de Abreu.

A violência dos sistemas processuais penais : uma abordagem crítica desde uma potência inquisitorial / Marco António de Abreu Scapini.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 173-186

Sistema processual penal / Violência

SCHMITT, Cristiano Heineck.

Observações ao projeto do novo código de processo civil : (des)necessidade do movimento de reforma e inovações no sistema recursal / Cristiano Heineck Schmitt, Fernando Rubin.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 53-81

Código Buzaid / CPC de 1973 / Inovações recursais / Novo CPC / Onda reformista / Projecto n.º 166/2010

SCHWARTZ, Germano, 1974-

A história da Corte Suprema no Brasil : da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal Federal / Germano Schwartz, Diego Dezorzi.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 101-116

Casa da Suplicação / Corte Suprema -- Brasil / Supremo Tribunal Federal

SENA, Jaqueline.

A problemática do poder judiciário em tempos de crise da razão : apontamentos para um novo paradigma do papel do magistrado / Jaqueline Sena.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 123 (Set. 2011), p. 91-128

Crise da razão / Magistratura / Modernidade

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da.

Considerações em torno do crime de embriaguez ao volante em sua conformidade constitucional / Ângelo Roberto Ilha da Silva.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 57-93

Constituição / Crime de embriaguez ao volante / Direitos fundamentais

SILVA, César Augusto Silva da.

O direito internacional dos refugiados : a práxis do reassentamento solidário no Brasil / César Augusto Silva da Silva, Viviane Mozine Rodrigues.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 95-111

integração local / Reassentamento solidário / Refugiados

SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira.

A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno / Ricardo de Oliveira Silva Filho.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 285-297

Processo civil moderno / Sentença parcial de mérito

SILVA, Paulo Maycon Costa da.

Defensoria pública estadual : não incidência do parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal / Paulo Maycon Costa da Silva.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 297-309

Defensoria pública / Despesa com pessoal / Lei de responsabilidade fiscal

SILVA, Paulo Maycon Costa da.

Do Amicus Curiae ao método da sociedade aberta dos intérpretes / Paulo Maycon Costa da Silva.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 227-243

Amicus curiae / Sociedade aberta

SILVA, Rafael Peteffi da.

Wrongful conception, wrongful birth e wrongful life : possibilidade de recepção de novas modalidades de danos pelo ordenamento brasileiro / Rafael Peteffi da Silva.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 311-341

Reparação / Vasectomia / Wrongful birth / Wrongful conception / Wrongful life

SILVEIRA, António Vinicius Amaro da.

O transplante de órgãos no Brasil : o descritório regulamentar / António Vinicius Amaro da Silveira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 39-55

Transplante de órgãos -- Brasil

SODRÉ, Habacuque Wellington.

A atuação dos movimentos sociais em face do ativismo judicial brasileiro : solução ou problema? / Habacuque Wellington Sodré.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 121 (Mar. 2011), p. 147-179

Activismo judicial / Contraprotostos / Direitos sociais / Judicialização da política / Movimentos sociais / Politização do judiciário / Protestos

SOUZA, Bruno Preti de.

Considerações sobre as alterações produzidas nos artigos 165, 276, 277 e 306 do Código de Trânsito Brasileiro pela Lei 11.705/08 / Bruno Preti de Souza.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 27-45

Código de Trânsito Brasileiro / Lei 11.705/08 -- Lei Seca / Princípios da lesividade e da ofensividade

SOUZA, Marlene Marlei de.

A efetividade da jurisdição / Marlene Marlei de Souza.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 285-304

Efectividade da jurisdição

SPENGLER, Fabiana Marion.

A crise da jurisdição e a cultura da paz : a mediação como meio democrático, autónomo e consensuado de tratar dos conflitos / Fabiana Marion Spengler.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 131-142

Alternativa / Mediação / Mudança / Projecto

SPENGLER, Fabiana Marion.

A mediação como alternativa à jurisdição no tratamento de conflitos / Fabiana Marion Spengler.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 119-138

Conflitos / Jurisdição / Mediação

STEIN, Raquel.

Relativização da coisa julgada e a visão dos Tribunais Superiores / Raquel Stein.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 119 (Set. 2010), p. 161-184

Coisa julgada / Princípios / Processo civil / Relativização

TEIXEIRA, Dálvio Leite Dias.

A constitucionalidade da tributação ambiental no Brasil / Dálvio Leite Dias Teixeira, Sílvia Maria Benedetti Teixeira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 115 (Set. 2009), p. 73-84

Tributação ambiental -- Brasil

TEIXEIRA, Sílvia Maria Benedetti.

A tributação no inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual com a vigência da Lei nº 11.441/2007 / Sílvia Maria Benedetti Teixeira.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 299-308

Imposto de transmissão / Lei nº 11.441/2007 / Partilha de bens / Tributação -- inventário

TESHEINER, José Maria Rosa.

Coisa julgada inconstitucional (art. 741 e 475-L do CPC) : reflexões em torno de um texto de Marloni / José Maria Rosa Tesheiner.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 113 (Mar. 2009), p. 229-232

Art. 741, § único / Art. 576-L / Coisa julgada inconstitucional / CPC

THOMÉ, Candy Florencio.

Menores extranjeiros en situación de desamparo : nuevos sujetos migratorios y su marco jurídico en España / Candy Florencio Thomé, Rodrigo Garcia Schwarz.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 111 (Set. 2008), p. 253-268

Imigração / Infância / Menor / Protecção

TIMM, Luciano Benetti.

Agência e representação comercial frente ao novo Código Civil de 2002, á luz da jurisprudência do TJRS / Luciano Benetti Timm.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 109 (Mar. 2008), p. 197-216

Código Civil / Contrato de agência / Contrato de representação comercial autónoma / Lei nº 4.886/65

TIMM, Luciano Benetti.

Guia prático para julgamento de processos de direito económico : um estudo de caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul / Luciano Benetti Timm, Ângelo Audusto Bussolletti Chiattonne.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 177-188

Tribunal de Justiça -- Estado do Rio Grande do Sul / Processos de direito económico -- guia prático

TIMM, Luciano Benetti.

Intervenção do CADE nos processos judiciais / Luciano Benetti Timm, Daniela Copetti Cravo.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 139-182

Amicus Curiae / Análise económica do direito / CADE / Intervenção judicial

TIMM, Luciano Benetti.

Um panorama da arbitragem na justiça estadual do Rio Grande do Sul / Luciano Benetti Timm, Rafael Bicca Machado, Luiz Gustavo Meira Moser.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 213-225

Arbitragem / Panorama / Poder judiciário / Rio Grande do Sul

TRAVINCAS, Amanda Costa Thomé.

Direitos fundamentais e direito privado : algumas aproximações acerca da eficácia e efetividade dos direitos fundamentais nas relações jurídicas entre particulares no direito brasileiro / Amanda Costa Thomé Travincas.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 118 (Jun. 2010), p. 29-55

Supremo Tribunal Federal / Direito privado / Direitos fundamentais / Eficácia dos direitos fundamentais nas relações jurídicas entre particulares / Eficácia privada dos direitos fundamentais

TROMBINI, Gabrielle.

A responsabilidade civil na reversão da tutela antecipada / Gabrielle Trombini, Arno Arnaldo Keller.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 87-100

Responsabilidade civil / Reversibilidade / Revogação / Tutela antecipada

VALE, ionilton Pereira do.

O consentimento da gravação e difusão de videos de conteúdo sexual em face do estatuto da criança e do adolescente / Ionilton Pereira do Vale.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 38, n.º 122 (Jun. 2011), p. 113-137

Adolescente / Bem jurídico / Capacidade / Código Penal / Consentimento / Crimes sexuais / Dignidade da pessoa humana

VARGAS, Darlã Martins.

A improbidade administrativa, o bis in idem com a matéria penal e seus tipos abertos / Darlã Martins Vargas.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 34, n.º 108 (Dez. 2007), p. 49-59

Improbidade administrativa / Lei de improbidade administrativa

WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco.

Análise de leading case do Supremo Tribunal Federal : o princípio da precaução como instrumento de tutela do meio ambiente versus desenvolvimento económico / Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 105-126

Supremo Tribunal Federal / Desenvolvimento económico / Leading case / Meio ambiente / Princípio da precaução

WESENDONCK, Tula.

A possibilidade de transformação do carácter da posse e da detenção : interpretação constitucional dos efeitos da posse / Tula Wesendonck.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 120 (Dez. 2010), p. 235-258

Constitucionalização do direito civil / Função social da posse / Função social da propriedade / Propriedade / Socialidade

WESENDONCK, Tula.

Transformações no sistema de ilicitudes no Código Civil de 2002 / Tula Wesendonck.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 116 (Dez. 2009), p. 291-320

Abuso do direito / Actividade perigosa / Acto ilícito / Culpa / Dano / Responsabilidade objectiva / Responsabilidade subjectiva / Risco / Risco do empreendimento

XAVIER, Márcio Morrone.

O desenvolvimento histórico da autonomia municipal no constitucionalismo brasileiro : concentração e desconcentração do poder no Brasil / Márcio Morrone Xavier.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 35, n.º 112 (Dez. 2008), p. 205-225

Autonomia municipal -- Brasil

ZANITELLI, Leandro Martins.

Dano moral coletivo : uma análise económica / Leandro Martins Zanitelli.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 36, n.º 114 (Jun. 2009), p. 169-180

Análise económica do direito / Dano moral colectivo / Danos punitivos

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza.

Ação regressiva acidentária à luz da teoria pura do direito de Hans Kelsen / Cirlene Luiza Zimmermann.

In: Revista da AJURIS. Porto Alegre. ISSN 1679-1363. A. 37, n.º 117 (Mar. 2010), p. 109-129

Kelsen, Hans, 1881-1973 / Acção regressiva acidentária / Norma / Teoria pura do direito

Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas

ALMEIDA, Bruno José Machado de.

True and fair view : um conceito de geometria variável / Bruno José Machado de Almeida.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 175-190

Imagem verdadeira e apropriada / Present fairly / Rule based / Rule principles / True and fair view

ALVES, Dora Resende.

Uma introdução às coimas aplicáveis nos processos de direito da concorrência da União Europeia / Dora Resende Alves.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 113-131

Comissão Europeia / Multa / Sanção pecuniária compulsória

ANTUNES, José Engrácia, 1961-

A consolidação das contas / José Engrácia Antunes.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 185-199

Consolidação de contas

BUCHA, Agostinho Inácio.

A relevância do empreendedorismo social / Agostinho Inácio Bucha.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 23 (2013), p. 7-13

Empreendedorismo social

CONCEIÇÃO, Ana Filipa.

A noção de insolvência iminente : breve análise da sua aplicação à insolvência de consumidores em Espanha e Portugal / Ana Filipa Conceição.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 23 (2013), p. 27-38

Insolvência de consumidores -- Espanha -- Portugal / Insolvência iminente

FERNANDES, Katy Anes.

Da cessação do contrato de trabalho no âmbito dos grupos de empresas / Katy Anes Fernandes.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 23 (2013), p. 39-92

Cessação do contrato de trabalho / Grupos de empresas

FERNANDES, Tiago Pimenta.

Da determinação do empregador no âmbito dos fenómenos de descentralização produtiva / Tiago Pimenta Fernandes.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 139-183

Colaboração empresarial / Descentralização produtiva / Empregador

GONÇALVES, Miguel.

Interpretando a contabilidade pública em Portugal : o caso de um município de média dimensão / Miguel Gonçalves, Cláudio Correia, Maria da Conceição da Costa Marques.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 201-222

Contabilidade pública -- Portugal / Município de média dimensão / Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais / POCAL

GUEDES, Agostinho Cardoso.

A incidência subjetiva do imposto único de circulação no âmbito dos contratos de locação financeira ou outros contratos de locação com opção de compra / Agostinho Cardoso Guedes.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 23 (2013), p. 15-25

Contratos de locação financeira / Imposto único de circulação

GUICHARD, Raúl.

À volta do ensino e da prática do direito, dos advogados e demais juristas / Raúl Guichard.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 23 (2013), p. 115-211

Advogados / Ensino / Juristas / Práctica do direito

MARTINS, Cláudia Sofia Antunes.

Das primeiras leis de protecção da infância e juventude, em Portugal, à entrada em vigor da L.P.C.J.P.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 133-173

L.P.C.J.P. Protecção da infância e juventude -- leis -- Portugal

MEIRA, Deolinda Aparício.

A reserva legal nas cooperativas / Deolinda Aparício Meira.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 7-25

Capital social / Cooperativa / Excedentes / Irrepartibilidade / Reserva legal

PROENÇA, Catarina Brandão.

Da apreciação da culpa do gestor de negócios / Catarina Brandão Proença.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 27-61

Gestor de negócios

PROENÇA, José Carlos Brandão.

A cláusula resolutiva expressa como síntese da autonomia e da heteronomia : considerações a partir da análise de uma decisão judicial / José Carlos Brandão Proença.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 7-43

Autonomia / Cláusula resolutiva expressa / Decisão judicial / Heteronomia

RAMIREZ, Paulo Nuno Horta Correia.

A actual regulação do crédito ao consumo / Paulo Nuno Horta Correia Ramirez.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 63-93

Consumidor / Consumo / Crédito / Protecção / Regulação

RIBEIRO, Ana Teresa.

Do direito de reclassificação nos grupos de empresas / Ana Teresa Ribeiro.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 19 (2011), p. 95-137

Direito de reclassificação / Grupos de empresas

RIBEIRO, Sónia Patrícia dos Santos.

Project finance / Sónia Patrícia dos Santos Ribeiro, Adalmiro Andrade pereira.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 85-105

Financiamento -- projectos de investimento / Project finance

SILVA, Eduardo Sá.

Apresentação do cálculo do risco num projecto de investimento, com independência e dependência dos fluxos / Eduardo Sá Silva.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 191-206

Projecto de investimento

TORRES, Fernando.

Regras de facturação : a reforma de 2013 / Fernando Torres.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 23 (2013), p. 93-113

Factura / Reforma de 2013 / Regras de facturação

VALENTE, Manuel Henrique.

A harmonização versus coordenação da tributação indirecta na UE : o caso dos combustíveis rodoviários / Manuel Henrique Valente.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 45-83

União Europeia / Combustíveis / Convergência / Harmonização / Impostos especiais sobre o consumo

VELLOSO, Renato Ribeiro.

As virtudes e defeitos do mercado como mecanismo de alocação de recursos na economia / Renato Ribeiro Velloso.

In: Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas. Porto. ISSN 1646-1029. N.º 22 (2012), p. 107-111

Alocação de recursos na economia / Mercado

Revista de Direito Imobiliário

CHALHUB, Melhim Namen, 1941-

A incorporação imobiliária como património de afetação : a teoria da afetação e sua aplicação às incorporações imobiliárias : comentários à MedProv 2.221, de 04.09.2001 / Melhim Namen Chalhub.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 62-104

Incorporação imobiliária / MedProv 2.221/2001 / Património

GUERREIRO, José Augusto Guimarães Mouteira.

O registo como instrumento de proteção das garantias jurídicas : do aproveitamento económico das coisas / José Augusto Guimarães Mouteira Guerreiro.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 11-21

Garantias jurídicas / Registo

KOLLET, Ricardo Guimarães.

O novo Código Civil e o registo de imóveis : a registrabilidade da compra e venda com cláusula resolutiva expressa / Ricardo Guimarães Kollet.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 105-112

Cláusula resolutiva expressa / Código Civil / Registo de imóveis

LOBO JÚNIOR, Hélio.

Condomínio edilício e o novo Código Civil / Hélio Lobo Jr.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 22-34

Código Civil / Condomínio edilício

MÉNDEZ GONZÁLEZ, Fernando P.

A função económica da publicidade registral / Fernando P. Méndez González.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 133-159

Função económica / Publicidade registral

RICHTER, Luiz Egon.

Fragmentos teóricos da base matricial do imóvel no registro de imóveis / Luiz Egon Richter.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 35-61

Direito registral / Imóvel / Registo de imóveis

RUSSO JÚNIOR, Rómolo.

Direito real de uso : transferência do direito de construir no Estatuto da Cidade, direito à terra urbana, o aparecimento das favelas, função social da propriedade, a MedProv 2.220/2001, a desafetação e a ordem urbanística / Rómolo Russo Júnior.

In: Revista de Direito Imobiliário. São Paulo. ISSN 1413-4543. A. 26, n.º 55 (2003), p. 113-132

Direito real de uso / Direito à terra urbana / Favelas / Função social da propriedade / MedProv 2.220/2001 / Ordem urbanística

Revista de Legislação e de Jurisprudência

AMADO, João Leal, 1962-

Sobre a (des)conformidade constitucional do alargamento do período experimental pela Lei n.º 93/2019 : um olhar sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 318/2021 / João Leal Amado, Milena Silva Rouxio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4030 (2021), p. 29-53

Conformidade constitucional

AMADO, João Leal, 1962- .

Trabalho por turnos e horários desfasados : nótula sobre o n.º 1 do art. 221.º do Código do Trabalho / João Leal Amado, Joana Nunes Vicente.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4033 (2022), p. 230-238

Turnos -- trabalho / Horários desfasados

ANDRADE, José Carlos Vieira de, 1949- .

A defesa dos direitos e das liberdades em estado de emergência : algumas reflexões livres / J. C. Vieira de Andrade.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4029 (2021), p. 313-321

Defesa dos direitos / Defesa das liberdades / Estado de emergência

BRONZE, Fernando José, 1947- .

Do pensamento ao pensamento jurídico metodologicamente comprometido : notas mais ou menos soltas relativas a alguns dos elos que os articulam / Fernando José Bronze.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4030 (2021), p. 4-29

Pensamento jurídico

CAPELO, Maria José, 1965- .

A transferência de prova entre processos : um diálogo com a jurisprudência / Maria José Capelo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4033 (2022), p. 238-256

Processos -- transferência de prova / Código de processo civil -- artigo 421.º

CORREIA, Fernando Alves, 1951- .

A flexibilidade no direito do urbanismo / Fernando Alves Correia, Raquel Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4032 (2022), p. 150-170

Direito do urbanismo

COSTA, José de Faria, 1950- .

O tempo e a culpa em direito penal (um tempo fundador : o momento da prática do facto) / José de Faria Costa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4029 (2021), p. 322-328

Direito penal / Culpa

MARTINS, Alexandre de Soveral, 1967- .

CISG, FOB, CFR, CIF / Alexandre Soveral Martins.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4032 (2022), p. 170-182

CISG / FOB / CFR / CIF

MONTEIRO, António Pinto, 1951- .

Doutor Manuel Henrique Mesquita / António Joaquim de Matos Pinto Monteiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4031 (2021), p. 70-72

Mesquita, Manuel Henrique, 1934-2021 -- homenagem

MONTEIRO, António Pinto, 1951- .

Prazo para o exercício do direito de indemnização do comprador na venda de coisa genérica defeituosa : Acórdão de 5 de Maio de 2020, do Supremo Tribunal de Justiça : [anotação] / António Pinto Monteiro, Paulo Mota Pinto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4031 (2021), p. 99-148

Indemnização / Venda / Coisa defeituosa

MONTEIRO, António Pinto, 1951- .

Sobre o poder de redução judicial de sanções compulsórias / António Pinto Monteiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4029 (2021), p. 302-313

Sanções compulsórias / Redução judicial

NABAIS, José Casalta, 1952- .

Regime dos bens culturais móveis / José Casalta Nabais.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4031 (2021), p. 73-99

Bens culturais móveis

PEREIRA, Alexandre Dias, 1970- .

Licença de software desenvolvido por encomenda : Acórdão de 25 de Maio de 2021, do Supremo Tribunal de Justiça : [anotação] / Alexandre Libório Dias Pereira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4032 (2022), p. 182-228

Ordem pública internacional

PINTO, Paulo Mota, 1966- .

Resolução do contrato e indemnização por não cumprimento : Acórdão de 10 de Dezembro de 2020, do Supremo Tribunal de Justiça : [anotação] / Paulo Mota Pinto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4029 (2021), p. 329-350

Contrato / Indemnização / Não cumprimento

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Doutrina que dimana da presente resolução / Conselho de Estado ; José de Sousa Teixeira e mulher ; José Henriques ; relator conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcelos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 159 (1871), p. 46-47

Resumo: São da competência das autoridades administrativas as questões relativas a concessão, negação e revogação das licenças para abertura de canos, aquedutos, e para o estabelecimento de quaisquer servidões nas ruas, ou estradas públicas municipais. -

Autoridade administrativa / Ruas públicas

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Doutrina que dimana da presente resolução / Conselho de Estado ; recorrentes D. Izabel de Ornellas Santos e outros ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do concelho de Porto Santo ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 161 (1871), p. 78-79

Resumo: O pagamento de uma contribuição geral não exonera de uma contribuição especial ; e por isso não pode um proprietário recusar-se ao pagamento do imposto lançado sobre as toneladas de pedra que explorar em propriedade sua com o fundamento de que paga por ela contribuição predial.

Contribuição predial

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.249 / Conselho de Estado ; recorrente Antonio Lopes Soeiro de Amorim ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do conselho de Angra do Heroísmo ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 161 (1871), p. 78

Resumo: O rendimento colectável dos prédios urbanos é a sua renda anual de 1860 ; e não se deduzem vinte por cento para concertos e reparos senão enquanto aos prédios e propriedades mencionadas no artigo 29.º § final do decreto de 7 de Agosto de 1860.

Contribuição predial

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.293 / Conselho de Estado ; recorrente sub-delegado do procurador régio no julgado de Salvaterra de Magos ; recorrido José Augusto de Sousa Pimentel ; relator conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcelos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 160 (1871), p. 63

Resumo: A contribuição de registo deve ser paga em harmonia com as disposições da legislação em vigor ao tempo do falecimento do testador, ou á data do contrato. - Tendo-se verificado a transmissão de usufruto separado da propriedade ao tempo da lei de 12 de Dezembro de 1844, logo que tenham decorrido cinco anos de efectivo usufruto, a contribuição de registo deve ser paga por inteiro pela pessoa que consolidar os dois domínios.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.423 / Conselho de Estado ; recorrente António Gonçalves Lobato ; recorrido junta dos repartidores da contribuição predial do bairro de Alcantara ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 160 (1871), p. 62-63

Resumo: O pagamento de uma dívida não se presume, e por isso enquanto não houver prova plena de que foi paga, deve deduzir-se da herança para o efeito do pagamento da contribuição de registo.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.425 / Conselho de Estado ; recorrente Emilia Agnella de Oliveira Borges ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do bairro do Rocio ; relator conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcelos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 160 (1871), p. 63-64

Resumo: A liquidação do usufruto das inscrições, para o efeito do pagamento da contribuição de registo, deve ser feita pelo seu rendimento em dez anos ; e a da propriedade das mesmas inscrições faz-se pelo seu valor no mercado ao tempo da transmissão.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.445 / Conselho de Estado ; recorrente irmandade do Santíssimo Sacramento da paroquial igreja de S. Pedro da vila de Peniche ; recorrido governador civil do distrito de Leiria ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 162 (1871), p. 95

Resumo: A aprovação dos orçamentos dos estabelecimentos de piedade e beneficência em cada distrito é um acto de pura administração exercido pelo governador civil no exercício de sua funções. - E desta decisão pode haver recurso para o conselho de estado só quando haja ofensa de lei ou de algum direito adquirido.

Orçamento dos estabelecimentos de piedade e beneficência

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.503 / Conselho de Estado ; recorrentes Ignacio Nunes de Sousa Carvalho e outros ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do concelho de Paiva ; relator conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 178 (1871), p. 350

Resumo: As avaliações das matrizes feitas por louvados com referência a cada um dos prédios não podem ser invalidadas por outra avaliação graciosa e arbitrária, meramente feita e enunciada em globo. - Os contribuintes, que se julgarem lesados com o valor colectável designado nas matrizes em relação aos seus prédios, têm direito de usar dos recursos que a lei lhes faculta ; mas é inadmissível a reclamação colectiva contra as matrizes.

Matrizes / Reclamação colectiva

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.525 / Conselho de Estado ; recorrente delegado do thesouro do districto da Horta ; recorrido João de Almeida Lima ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 161 (1871), p. 77-78

Resumo: Não se considera negociante por grosso aquele que, vendendo a retalho, importa em pequena escala géneros nacionais ou estrangeiros para sortimento das suas lojas. - E a prova de que certo individuo não é negociante por grosso pode consistir nas informações oficiais dos louvados, e na certidão da alfândega que mostre que os despachos por eles feitos são em pequena escala, e nos documentos que mostrem que ele vende a retalho os géneros que importa.

Contribuição industrial

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.625 / Conselho de Estado ; recorrente Câmara Municipal de Luanda ; recorrido Adriano Augusto Lopes ; relator conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 169 (1871), p. 208

Resumo: O cargo de cirurgião mór de uma província ultramarina é incompatível com o de facultativo de partido municipal. - E havendo recurso para o conselho de distrito para ser nomeado para este partido o dito cirurgião mór, o conselho de distrito pode anular tal nomeação e fazer nomeação provisória de outro concorrente, até que a respectiva Câmara Municipal abra novo concurso.

Cirurgião mór / Facultativo de partido municipal

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.667 / Conselho de Estado ; recorrente Câmara Municipal de Tomar ; recorridos conselho de districto de Santarem, Elisiario da Graça, João Germano de Avellar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 171 (1871), p. 238

Resumo: As Câmaras Municipais não podem desistir dos pleitos intentados, nem renunciar aos direitos dos municípios, sem nestes casos o conselho de distrito exerce acto de tutela administrativa, de suas decisões não cabe recurso para tribunal superior. - E solicitando uma Câmara Municipal a autorização deste conselho para transigir sobre uma dívida de arrematantes de impostos municipais, não pode ele declarar-se incompetente, pois deve aprovar ou rejeitar o pedido, como entender de justiça.

Câmara Municipal / Conselho de distrito

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.686 / Conselho de Estado ; recorrente João Emilio Arroyo ; recorrido conselho da direcção geral das contribuições directas ; relator conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 177 (1871), p. 334

Resumo: A contribuição industrial deixa de vencer-se no princípio do trimestre em que cessa o exercício de qualquer indústria. - E por isso pode recorrer extraordinariamente para o governo pela direcção geral das contribuições directas aquele, que depois desse tempo foi colectado sem fundamento algum.

Contribuição industrial / Contribuições

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.688 / Conselho de Estado ; recorrente Francisco Luiz Gomes ; recorrido Joaquim Henriques da Fonseca ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 161 (1871), p. 76-77

Resumo: Os facultativos habilitados pela Universidade de Coimbra, e pelas escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto são idoneos para serem providos em partidos de medicina e cirurgia. - A circunstância de qualquer dos concorrentes a um destes partidos não apresentar logo no concurso as cartas de formatura não anula o concurso, nem prejudica o concorrente em sua pretensão, contanto que haja protestado apresentá-las em tempo, e efectivamente as apresente na ocasião em que deva ser dado o partido por concurso. - A nomeação do facultativo legalmente habilitado, feita pelas câmaras municipais e pelas misericórdias, tendo sido apreciadas com justiça e imparcialidade as circunstâncias precisas para o bom desempenho de seus deveres, não pode ser alterada.

Partidos de medicina e cirurgia / Partidos municipais

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.692 / Conselho de Estado ; recorrente Câmara Municipal do concelho de Estarreja ; recorrida junta geral do distrito de Aveiro ; relator conselheiro Reis e Vasconcelos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 170 (1871), p. 221-222

Resumo: Na distribuição do contingente da contribuição predial pelos concelhos, a junta geral de distrito pode deixar de calcular a colecta sobre o rendimento inscrito nas matrizes, quando sejam defeituosas, e deve atender a quaisquer elementos indispensáveis para se estabelecer uma justa e razoável base do imposto, tais como : o valor médio das contribuições extintas, e os dados estatísticos da população e produção agrícola.

Contribuição predial

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.742 / Conselho de Estado ; recorrente mesa da irmandade do Senhor Jesus dos Passos ; recorrido Manuel Antonio Rufino de Almada ; relator conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 176 (1871), p. 317-319

Resumo: A nenhuma corporação, por mais qualificada que seja, é permitido preterir as foirmas salutaes estabelecidas para assegurar direitos, regalias e vantagens aos indivíduos em determinadas circunstâncias. - E por isso não pode a mesa de qualquer irmandade ou confraria riscar um irmão, sem que primeiro seja admoestado, e se empreguem todos os meios conducentes à sua emenda.

Mesa de irmandade / Corporações administrativas

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2.824 / Conselho de Estado ; recorrente João Bernardino Wenceslau de Castro ; recorrida junta dos repartidores da contribuição industrial do concelho de Peniche ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomás.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 171 (1871), p. 238-239

Resumo: Das decisões das juntas dos repartidores sobre contribuição industrial não pode interpôr-se directamente recurso para o conselho de Estado, pois deve recorrer-se primeiro para o conselho de distrito, e deste para o conselho de Estado.

Contribuição industrial

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2431 / Conselho de Estado ; recorrente Câmara Municipal do Concelho de Abrantes ; recorrida Junta Geral do Distrito de Santarém ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 163 (1871), p. 111

Resumo: Às Câmaras Municipais é permitido reclamar perante o conselho de Estado contra a repartição do contingente da contribuição predial que fôr lesiva ao município. - E as Câmaras devem ser atendidas em sua reclamação, logo que provem por documentos, e o governador civil confirme em sua informação, que houve desigualdade na repartição do contingente da contribuição predial.

Câmara Municipal / Contribuição municipal / Contribuição predial

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recurso n.º 2451 / Conselho de Estado ; recorrentes Francisco da Silva Falcão e outro ; recorrida Câmara Municipal de Almeirim ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 163 (1871), p. 110-111

Resumo: Compete às Câmaras Municipais a criação dos guardas rurais ; e a despesa com esta criação é obrigatória. - Todo o indivíduo que seja proprietário ou residente no concelho é sujeito às contribuições municipais que podem exceder o décimo da contribuição industrial e predial, quando tais contribuições forem destinadas a despesas facultativas.

Contribuição predial / Contribuições municipais directas / Guardas rurais

PORTUGAL. Conselho de Estado.

Recursos, n.ºs 2.461 a 2.468, inclusivé e 2.475 / Conselho de Estado ; recorrentes Vicente José de Moraes e outros ; recorrida Câmara Municipal de Elvas ; relator conselheiro Roque Joaquim Fernandes Thomaz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 172 (1871), p. 254

Resumo: Os militares em efectivo serviço não estão sujeitos às contribuições directas lançadas pelas Câmaras Municipais.

Contribuições municipais directas / Militares

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 3 de Maio de 1871 : Recurso n.º 2.659 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente Câmara Municipal do concelho de Villa Franca do Campo ; recorrido conselho de districto de Ponta Delgada ; relator conselheiro Anselmo Braamcamp.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 237 (1873), p. 461-462

Resumo: A terça dos rendimentos dos bens próprios dos concelhos só pode ser cobrada para aplicação às despesas da viação municipal, nos concelhos em que aquele imposto era cobrado em proveito do estado.

Concelhos / Terça

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 10 de Agosto de 1870 : Recurso n.º 2.766 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrentes Pedro Maria da Fonseca e outros ; recorrido António Joaquim de Andrade Villares ; relator conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 183 (1871), p. 430-431

Resumo: Não pode conceder-se licença para existirem dentro das povoações os estabelecimentos, que não só causam incómodo e prejuizo, mas também perigo iminente para os prédios e habitantes vizinhos destes estabelecimentos.

Licença

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 11 de Agosto de 1870 : Recurso n.º 2.764 / Supremo Tribunal Administrativo ;
recorrente Antonio José de Barros e Sá ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial
do concelho de Santarém ; relator conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 214 (1872), p.
94-95

Resumo: O usufruto estimado em quantia certa e determinada, deixado a mais de uma pessoa
sucessivamente, é, para o efeito do pagamento da contribuição de registo, o produto de uma
pensão multiplicada por dez.

Contribuição de registo / Usufruto

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 11 de Dezembro de 1871 : Recurso n.º 2.830 / Supremo Tribunal Administrativo ;
recorrente João Franco de Miranda e Carvalho ; recorrido conselho de distrito de Lisboa ; relator
conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 220 (1872), p.
191

Resumo: O indivíduo que foi eleito vereador municipal, quando não estava declarado devedor ao
cofre do município, não fica inibido de continuar a sê-lo, pelo facto de posteriormente à eleição
declarado devedor, se pagou logo a quantia em débito.

Câmaras Municipais

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 13 de Julho de 1870 : Recurso n.º 2.675 / Supremo Tribunal Administrativo ;
recorrente Câmara Municipal do concelho de Grândola ; recorrido bacharel Antonio Gomes Pinheiro
; relator conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 182 (1871), p.
415-416

Resumo: As despesas dos partidos municipais são obrigatórias para as Câmaras Municipais. - Os
conselhos de distrito podem aumentar os ordenados destes facultativos, quando entendam
conveniente. - E as deliberações do conselho de distrito nestes objectos são meros actos de tutela,
e deles só se interpõe recurso, havendo preterição de fórmulas solenes, violação de lei, ou ofensa
de direitos adquiridos.

Facultativo de partido municipal

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 19 de Outubro de 1870 : Recurso n.º 2.737 / Supremo Tribunal Administrativo ;
recorrente Joaquim Maria de Carvalho ; recorrido conselho da direcção geral das contribuições
directas ; relator conselheiro Anselmo José Braamcamp.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 186 (1872), p.
476

Resumo: Podem recorrer extraordinariamente para o governo pela direcção geral das
contribuições directas os colectados sem fundamento para o serem. - Mas não pode usar deste
recurso o industrial que, exercendo uma indústria colectável, tinha motivo para examinar a matriz
desta contribuição, e não o fez, afim de que usasse no prazo legal dos recursos que a lei lhe
concede.

Recurso extraordinário para o governo

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 27 de Abril de 1870 : Recurso n.º 2.865 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente Manuel Antonio Vianna Pedra ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do bairro central ; relator conselheiro Antonio Maria Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 444-445

Resumo: A contribuição de registo não recai sobre os actos que importam transmissão de bens ou valores existentes em território estrangeiro.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 29 de Dezembro de 1870 : Recurso n.º 2.683 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente delegado do procurador regio na 1.ª vara da comarca do Porto ; recorrida ordem terceira de S. Francisco da cidade do Porto ; relator conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 235 (1872), p. 428-429

Resumo: Segundo a legislação anterior à lei de 31 de Agosto de 1869, os legados deixados às ordens terceiras de S. Francisco não eram sujeitos à contribuição de registo.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução de 29 de Dezembro de 1870 : Recurso n.º 2.829 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente escrivão de fazenda do districto de Belem ; recorrido Manuel Antonio Antunes ; relator conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 235 (1872), p. 429-430

Resumo: O artigo 12.º da lei de 31 de Agosto de 1869, relativa a contribuição de registo, não se refere às transmissões verificadas antes da publicação desta lei, mas contém uma disposição penal contra a falta de pagamento em tempo oportuno das colectas devidas e não satisfeitas. - E por isso as transmissões, de que antes desta lei se não devia pagara contribuição, não devem ser sujeitas a ela depois da lei.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 3 de Maio de 1871 : Recurso n.º 2.647 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente Câmara e o conselho municipaes do concelho de Monforte ; recorridos Câmara e o conselho municipaes do concelho de Arronches ; relator conselheiro Anselmo José Braamcamp.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 446-447

Resumo: Para a validade da eleição dos procuradores à junta geral do distrito, cada um dos seus corpos que nela intervenham deve estar representado pela maioria de seus vogais ; e só depois de duas convocações sucessivas é que podem deliberar só os presentes. - Esta eleição deve ser feita na cabeça do concelho mais populoso.

Procuradores à junta geral de distrito

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 15 de Fevereiro de 1871 : Recurso n.º 2.728 / Supremo Tribunal Administrativo ; reocorrente Câmara Municipal do concelho dos Olivaeas ; recorrido Anthero José de Brito ; relator conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 224 (1872), p. 254-255

Resumo: Compete ao governo pelos seus delegados, e não às Câmaras Municipais, ordenar a suspensão dos empregados das mesmas Câmaras. - Qualquer empregado administrativo, enquanto não seja suspenso ou demitido, vence o seu ordenado por inteiro ; e depois de suspenso, mas antes de demitido vence metade do ordenado.

Empregados

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 23 de Maio de 1871 : Recurso n.º 2.797 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente Rafael Jayme da Silva ; recorrido conselho da direcção geral das contribuições directas ; relator conselheiro Anselmo José Braamcamp.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 237 (1873), p. 462-463

Resumo: As juntas dos repartidores devem empregar nas informações tanto os louvados por elas nomeados, como os que tiverem sido escolhidos pelas câmaras municipais. - Os informadores louvados só têm direito a gratificação pelo trabalho que efectivamente fizeram.

Informadores / Junta de repartidores

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 25 de Janeiro de 1871 : Recurso n.º 2.834 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente José Carlos O'Neil ; recorrida Câmara Municipal de Cintra ; relator conselheiro Anselmo José Braamcamp.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 222 (1872), p. 221-222

Resumo: São nulos ipso jure, e não podem revalidar-se pela aprovação posterior do conselho de distrito, os contratos de concessão de exploração de águas em terrenos municipais, celebrados pelas Câmaras, sem concurso e hasta pública.

Câmaras Municipais

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 29 de Dezembro de 1870 : Recurso n.º 2.662 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrentes Heitor Homem da Costa Noronha e mulher ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do concelho de Angra do Heroísmo ; relator conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 219 (1872), p. 175-176

Resumo: Quando a propriedade é transmitida separada do usufruto, a liquidação da contribuição de registo faz-se ao proprietário e ao usufrutuário como a dois contribuintes distintos com diferente responsabilidade.

Contribuição do registo

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 29 de Dezembro de 1870 : Recurso n.º 2.856 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente Alexandre Magno do Couto e Almeida ; recorrida junta dos repartidores da contribuição predial do conselho de Coimbra ; relator conselheiro José Silvestre Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 445-446

Resumo: Segundo o Código civil português os filhos de clérigos não são espúrios ; e por isso não são hoje, como não eram pela legislação anterior à lei de 31 de Agosto de 1869, sujeitos à contribuição de registo pela herança de seu pais. - A contribuição de registo deve ser regulada pela legislação vigente ao tempo em que se realizou o acto, que operou a transmissão, não podendo a demora da liquidação fazer com que se fique sujeito a ela.

Contribuição de registo / Filhos de clérigos

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 29 de Setembro de 1870 : Recurso n.º 2.684 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente António Joaquim Homem de Macedo Junior ; recorrido conselho da direcção geral das contribuições directas ; relator conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 185 (1872), p. 464

Resumo: As matrizes para o lançamento da contribuição pessoal, formadas em vista das declarações dos contribuintes exigidas por lei, constituem fundamento bastante para os mesmos contribuintes não serem colectados senão pelo que consta de suas declarações, quando estas não sejam contestadas com provas em contrário. - E sendo colectados os contribuintes em sentido contrário a suas declarações, podem recorrer extraordinariamente para o governo pela direcção geral das contribuições directas.

Matrizes

PORTUGAL. Supremo Tribunal Administrativo.

Resolução em 31 de janeiro de 1871 : Recurso n.º 2.724 / Supremo Tribunal Administrativo ; recorrente Câmara Municipal do concelho de Mafra ; recorrido Francisco Leite de Almeida ; relator conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 224 (1872), p. 253-254

Resumo: O restabelecimento de um partido municipal suprimido importa a criação de um partido novo. - O conselho de distrito, deliberando sobre o restabelecimento de um partido, exerce um acto de tutela administrativa, e funciona como corpo deliberante, e de sua decisão não cabe recurso para o tribunal superior, salvo havendo violação de lei, ofensa de direitos, ou excesso de poder.

Partido municipal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 1 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Maria da Conceição ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Barão de Mogofores.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 191

Resumo: As sentenças condenatórias proferidas em causas crimes julgadas em conformidade das disposições do Código penal, mas que não tinham passado em julgado ao tempo da publicação da lei de 1 de Julho de 1867, devem ser modificadas em harmonia com as disposições desta lei.

Sentença condenatória em causa crime

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 1 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente conde de Mesquitella ; recorrida Câmara Municipal do concelho de Almada ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 191-192

Resumo: A legitimidade das partes é a primeira coisa que no julgamento dos feitos se deve examinar. - Não se provando a legitimidade das partes deve haver a absolvição da instância e não do pedido da acção. - E quando em uma causa de reivindicação se julga que falta a prova do domínio em que a acção se funda, deve a sentença concluir pela improcedência da acção por não provada, e não pela ilegitimidade da parte.

Legitimidade das partes

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 1 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente João Teixeira da Fonseca ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 157 (1871), p. 15

Resumo: Em causas crimes é nulidade insanável a falta de entrega ao réu da cópia do rol das testemunhas do autor.

Nulidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 1 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Joanna Antunes Torres ; recorrido Joaquim Alves Pedra ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 157 (1871), p. 15-16

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende em sua decisão todo o objecto controvertido ; e como tal se considera aquele em que se não toma conhecimento de um agravo no auto de processo.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 2 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio de Oliveira Freire ; recorrido Antonio Cypriano Eleuterio da Costa Trancoso ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 397-398

Resumo: O depoimento de parte exigido pela outra sobre factos articulados não pode ser prestado por procurador.

Depoimento de parte

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 2 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Luiz Bernardo Alves Borges ; recorridos Francisco José da Rocha Bastos e seus fiadores ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 183 (1871), p. 431-432

Resumo: As sentenças devem executar-se segundo o modo e forma delas, e não pode o devedor efectuar o pagamento por forma diversa da julgada, e não consentida pelo credor.

Devedor

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 2 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Filipe José da Silva Cascaes ; recorrida Fazenda Nacional ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 192 (1872), p. 575-576

Resumo: Para que o imposto de pescado seja cobrado executivamente é necessário que a liquidação deste imposto seja feita em harmonia com o disposto no artigo 3.º da lei de 10 de Julho de 1843. - E quando a conta da liquidação deste imposto não tenha sido assim feita, o executado pode opôr embargos à execução, fundados na ilegitimidade do título.

Imposto do pescado / Pescado

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 2 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido José Fernandes Barreira (padre) ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 194 (1872), p. 606ter

Resumo: Nos crimes públicos, tendo o Ministério Público dado oito testemunhas para serem inquiridas no sumário, pode nomear antes de o sumário ser encerrado, mais testemunhas até o número de vinte para serem perguntadas ; não obstante serem estas últimas testemunhas indicadas pelo participante do crime em juízo.

Ministério Público

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 2 de Julho de 1872 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.º recorrente Antonio José Antunes Navarro, 2.º recorrente visconde de Figueiredo, 3.ª recorrente condessa de Lagoaça ; recorridos Julio Cesar de Castro Pereira, visconde de Lagoaça ; relator conselheiro Visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 228 (1872), p. 318-320

Resumo: Segundo o direito antigo o filho legitimado por subsequente matrimónio era em tudo equiparado ao legítimo. - E segundo este direito e o moderno, esta legitimação faz-se no momento em que se celebra o subsequente matrimónio. - Um testamento pode ser revogado por uma escritura. - E pelo direito antigo a legitimação dos filhos ilegítimos fazia caducar o testamento.

Filho legitimado / Legitimação por subsequente matrimónio

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 2 de Junho de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Ignacio Navarro de Andrade ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 448

Resumo: É elemento constitutivo do crime de injúrias contra a autoridade pública, que estas injúrias sejam directamente dirigidas contra elas.

Injúria

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 3 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Moreira Barreirinha ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 221 (1872), p. 208

Resumo: Os crimes, não sendo de polícia correcional, contravenções, e de tráfico de escravatura, prescrevem, passados dez anos, sem interrupção, depois do cometimento do facto que faz objecto do crime. - E quando o crime é de subtração de uma quantia, não deve entender-se interrompida a prescrição pelo facto de o delinquente a não ter ainda entregue.

Prescrição criminal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 3 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravante José Augusto Lima ; agravado Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 224 (1872), p. 255

Resumo: O recurso de revista tem lugar em todas as questões de competência, e por isso tem lugar quando se trate da competência do foro criminal.

Incompetência do foro / Revista

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 3 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.ª recorrente Josepha Emilia Borges, 2.ª recorrente fazenda nacional ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 176 (1871), p. 319

Resumo: É nulo o acórdão, que, não dando provimento em um agravo de instrumento cível, deixou de condenar o agravante na multa.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 3 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria Joaquina ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 171 (1871), p. 240

Resumo: É nulidade insanável em processo crime a falta de entrega da cópia de libelo acusatório ao curador e defensor da ré menor e ausente.

Nulidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 3 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.ºs recorrentes Daniel Baptista Camacho e sua mulher ; 2.º recorrente João da Rocha Lobo ; recorridos Antonia Ritta de Araujo e outros ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 172 (1871), p. 255-256

Resumo: É nula a decisão judicial proferida entre partes que não se habilitaram legalmente com direito para demandarem o que pedem. - A mulher casada não pode estar em juízo sem autorização de seu marido, e menos ainda para transferir, por actos entre vivos, direitos imobiliários. - E não é autorização legal o simples despacho lançado pelo juiz em uma petição avulsa, sem nenhuma informação prévia, e sem audiência do marido. - É inepta a habilitação das partes deduzida condicionalmente e com substituição de pessoas, e que não habilita para certeza da sentença, principalmente não se tendo pedido no libelo que a questão de habilitação fosse prévia e conjuntamente resolvida. - Em uma acção de nulidade de nomeação e de reivindicação de um prazo, cuja remissão tenha sido autorizada e realizada, deve pedir-se a anulação da autorização para tal remissão, ou mostrar-se rescindida pelos meios competentes a remissão já efectuada. - Há manifesto excesso de pedido em uma sentença, que julga nula uma autorização para remir um prazo, tendo-se pedido no libelo só a anulação da nomeação do mesmo prazo.

Acção de nulidade / Habilitação / Mulher / Sentença

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 4 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Fazenda Nacional ; recorridos Maria Guilhermina Taveira Brun do Canto e marido ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 158 (1871), p. 31

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende em sua decisão todo o objecto controvertido ; e como tal se considera aquele em que se não tomou conhecimento de um agravo no auto do processo.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 4 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa ; recorridos Maria do Patrocinio da Conceição e Sousa, José Franco de Sousa ; relator conselheiro Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 163 (1871), p. 112

Resumo: É nulo o acórdão em que não houve o vencimento de três juizes em tudo conformes.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 4 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Fortunato Diniz, Matheus Vicente e outros ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 164 (1871), p. 126-127

Resumo: O Ministério Público não é competente para perseguir os crimes prevenidos no artigo 410.º do Código penal. - O processo competente para punir o crime prevenido no § 1.º do artigo 181.º do Código penal é o ordinário de querrela.

Ministério Público / Crime

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 5 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente condessa da Azambuja ; recorrida Antonia Adelaide Ferreira ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 170 (1871), p. 222-223

Resumo: A excepção declinatoria de foro deve ser apresentada pelo réu na primeira audiência para que é citado, e decidida nesta mesma audiência ou até à seguinte.

Excepção declinatória fori

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 5 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Diogo Ignacio de Pina Manique ; recorrido conde de Atalaya ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 170 (1871), p. 223

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido nos autos, ou são escritos sem o necessário vencimento de três votos conformes.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 5 de Julho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Maria Ferreira da Costa , recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 180 (1871), p. 383

Resumo: Os crimes a que seja cominada pena de prisão por seis meses ou excedente, devem ser processados pela forma ordinária. - Do despacho que ordena procedimento correcional, devendo ser o ordinário, cabe agravo de petição ou de instrumento qual no caso couber ; e da decisão deste agravo há recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça.

Agravo de instrumento / Agravo de petição / Crime

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 6 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravante Fortunata Florinda de Figueiredo Pereira e Oliveira ; agravados Anna Maria da Veiga Negrão e marido ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 192 (1872), p. 576

Resumo: Para regular o valor da causa deve atender-se, tanto à parte certa do pedido, como à parte que precisa de liquidar-se.

Valor da causa

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 6 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria Luiza de Moura ; recorrido Anastácio de Miranda Coelho ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 210 (1872), p. 32

Resumo: Os agravos de petição ou de instrumento devem interpor-se, sob pena de não serem recebidos, dentro de cinco dias contados da publicação do despacho que se interpuser, e independentemente da intimação deste, estando as partes em juízo, por si ou por seus procuradores.

Agravo / Agravo de petição ou de instrumento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 6 de Junho de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Joaquim Duarte ; recorrida comissão recenseadora do concelho de Setubal ; relator conselheiro Conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 237 (1873), p. 464

Resumo: É contribuição directa a dos barcos da pesca ; e como tal deve ser contemplada no recenseamento eleitoral.

Contribuição directa / Recenseamento eleitoral

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 6 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Perry ; recorrida comissão do recenseamento eleitoral do concelho de Villa Real ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 170 (1871), p. 224

Resumo: Os professores de instrução pública, primária e secundária, devem ser incluídos no recenseamento eleitoral. - Os prazos para os recursos, interpostos para a relação do distrito, das decisões dos juizes de direito contam-se desde a intimação ou publicação destas decisões. - O Supremo Tribunal de Justiça tem competência para julgar definitivamente em recursos do recenseamento eleitoral.

Recenseamento eleitoral

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Pereiras & la Rocque ; recorrido Bernardino Francisco Maia ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 222 (1872), p. 223-224

Resumo: Questionando-se em uma causa comercial, se a venda de certas mercadorias foi a esmo, pu por conta, peso e medida, deve fazer-se sobre este ponto um quesito ao juri para ele decidir sobre a natureza da venda. - E isto ainda quando de algum documento possa constar a natureza desta venda.

Causa comercial / Quesitos ao juri comercial

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido barão de Ouricury ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 223 (1872), p. 239

Resumo: Em Lisboa e Porto é competente para intervir nas ações de interdição por demência o agente do Ministério Público, e não o curador geral dos orfãos.

Curador dos orfãos / Interdição por demência

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Manuel Sonane, Emilia de Jesus ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 224 (1872), p. 255-256

Resumo: Para ser procedente a acusação por crime de envenenamento é necessário que o corpo de delito verifique o facto de propinação de algum tóxico.

Corpo de delito / Envenenamento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Fortunato Abecasses ; recorrido João Climaco dos Reis ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 178 (1871), p. 351

Resumo: Nos crimes de abuso de liberdade de imprensa, o editor do periódico acusado pode declinar a responsabilidade para o autor do artigo incriminado, provando que este na época da publicação do artigo era domiciliado em Portugal ; não sendo suficiente alegar que então estava residindo neste país.

Editor de periódico / Liberdade de imprensa

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria da Ascensão do Porto ; recorrida Rosa Maximiana do Porto Costa ; relator conselheiro Conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 228 (1872), p. 318

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido, e em que não há três votos conformes ; e como tal se considera aquele, em que, tratando-se da acção de nulidade e falsidade de testamento, um dos tencionantes se refere tanto á falsidade como a nulidade, e os outros se referem apenas a uma destas coisas.

Acórdão / Testamento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Anna Emilia do Couto Sampaio ; recorrido Antonio Luiz de Paiva ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 229 (1872), p. 335-336

Resumo: A procuração, que não tem poderes especiais para mover uma acção em juízo, não produz efeito algum, e é por direito nulo e de nenhum efeito tudo quanto o procurador faça sem estes poderes. - Sendo deixado em testamento a certo indivíduo uma quantia determinada para pagamento de legítima, com a cláusula de que, não ficando contente com ela, levará só o que lhe pertencer em inventário, não pode aquele vir a juízo pedir a dita quantia, sem preceder a opção ou da quantia ou da legítima. - É nula e não produz efeito a procuração para intentar acção a pedir a dita quantia, sem nela haver poderes especiais para o procurador fazer a opção referida.

Legítima / Procuração / Testamento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Eduardo Moser ; recorrido João Henrique Andresson ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 229 (1872), p. 336

Resumo: Da decisão dos árbitros cabe recurso de apelação, quando as partes não renunciaram expressamente ao recurso.

Árbitros

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Outubro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido António José de Abreu Guimarães ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 448

Resumo: Das decisões finais em política correcional cabe recurso de revista só nos casos do artigo 1262.º da Nov. Ref. Jud.

Recurso de revista

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 7 de Outubro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Abilio José Gonçalves ; recorrido Marcos Caetano da Cruz e Costa ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 448

Resumo: É insanavelmente nulo o processo crime em que falta o corpo de delito, ou este é defectivo e insuficiente, e por isso é nulo o processo por crime de difamação em que falta a imputação de um facto determinado, ofensivo da honra e consideração da pessoa que se diz difamada.

Crime de difamação

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes visconde de Charruada, Maria Carlota Quintella de Sá, Maria Magdalena Quintella, Maria Palmira Quintella de Sampaio ; recorrida Magdalena Pinault Quintella ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 192

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido, e como tal se reputa aquele que decide um agravo de petição interposto em inventário, mandado tomar em separado e não nos próprios autos, e deixa de tomar conhecimento de um agravo no auto de processo, interposto do despacho que mandou tomar o agravo de petição em separado.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes José de Almeida Sousa Girão e sua mulher ; recorrida administração do hospital real de S. José ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 170 (1871), p. 223-224

Resumo: É nulidade insanável a distribuição feita em classe incompetente ; e por isso é nulo o processo em que o Ministério Público só intervem, por ser relativo a pessoas ou estabelecimentos a que o Estado deve protecção, e foi distribuído na classe 9.ª, que só compreende os processos em que a fazenda nacional é parte.

Distribuição

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ventura da Conceição ; recorrido Agostinho João Ignacio Collaço ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 157 (1871), p. 16

Resumo: As relações podem emendar os despachos proferidos contra direito, de que se interpôs incompetente o recurso de apelação, devendo ser o de agravo de petição ou de apelação, devendo ser o de agravo de petição ou de instrumento, mas esta emenda deve ser feita em conferência, e sem tomar conhecimento do recurso interposto.

Relação

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Carolina Izidora da Purificação Ferreira da Silva Telhado ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 158 (1871), p. 31-32

Resumo: Não é criminoso o facto de o vendedor mandar buscar a casa do comprador os objectos que aquele vendera fiados a este, se o comprador declarou que estava pronto a entregá-los outra vez ao vendedor.

Compra e venda

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Julho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes José Nunes Rosa e sua mulher , recorrido António Ferreira Garcia de Andrade ; relator conselheiro Rebelo Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 180 (1871), p. 383-384

Resumo: É inepto o libelo, em que se pede a reivindicação de uma propriedade a quem a possui em virtude de compra a quem não tinha direito de vender, sem se pedir simultaneamente a nulidade e rescisão da escritura de venda. - No libelo deve articular-se o número e denominação das partes e sua especificação, e se as partes são as próprias a que a acção se refere. - A ausência de uma das partes cessa desde que apresentar procuração em juízo. - A acção de reivindicação é sujeita a registo.

Acção de reivindicação / Ausência / Libelo

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Gomes Pinto de Abreu ; recorrida Emilia Eduarda Teixeira de Sousa ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 161 (1871), p. 79-80

Resumo: O pai e não a mãe tem obrigação de dirigir, alimentar e cuidar da educação de seus filhos, exceptos os três anos de lactação que pertencem à mãe.

Educação dos filhos / Mãe / Pai

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Viriato Antonio Sertorio, Francisco Viriato ; relator conselheiro Barão de Mogofores.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 165 (1871), p. 144

Resumo: Para ser procedente a acusação por crime de desobediência e resistência nos termos dos artigos 185.º e 188.º do código penal é necessário provar no corpo de delito o facto criminoso relativo à resistência.

Crime de resistência

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público; recorrido Francisco de Assis Pereira de Carvalho ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 186 (1872), p. 479-480

Resumo: É nulidade insanável a falta de audiência do Ministério Público em agravo sobre matéria crime. - E é também nulidade insanável o decidir-se um agravo de instrumento sem ter precedido a discussão pública no tribunal, e sem ter havido três votos conformes.

Agravo de instrumento / Nulidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público; recorrido Judson Doum ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 187 (1872), p. 496

Resumo: Do despacho de não pronúncia em matéria crime cabe o recurso de agravo de petição ou de instrumento, qual no caso couber ; e o Ministério Público deve ser ouvido neste agravo, sob pena de nulidade.

Pronúncia

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 8 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Domingos Joaquim da Costa; recorridos Francisco dos Santos e mulher ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 188 (1872), p. 510-511

Resumo: Tendo corrido uma execução em juízo cível contra um negociante, e tendo-se passado ao exequente mandado de levantamento do produto em depósito de bens vendidos em virtude desta execução, se posteriormente o executado falir, não podem os administradores da massa fazer reviver aquela execução, requerendo que se passe do depósito público para a caixa das consignações das falências a quantia que foi mandado entregar ao exequente, embora ainda esteja no depósito.

Execução

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José da Fonseca ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 398

Resumo: Nos quesitos propostos ao júri em uma causa crime devem ser compreendidos todos os pontos alegados pelo réu em sua defesa ; e a omissão de um deles anula o julgamento.

Quesitos ao júri

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria Emilia Salgado de Araújo ; recorridos provedor e mais mesarios da misericórdia da Villa de Palmela ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 398-399

Resumo: A acção de nulidade e rescisão de sentença tem lugar só nos casos taxativamente especificados no artigo 5.º do decreto do 19 de Maio de 1832 e no artigo 17.º da lei de 19 de Dezembro de 1843 ; e é inepto o libelo que nesta acção não articulou algum daqueles casos.

Acção de rescisão de sentença

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; juizes de direito da comarca da Covilhã ; juiz de direito da comarca de Celorico da Beira ; relator conselheiro Aguiar.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 443

Resumo: Se um cidadão tiver duas residências, onde viva alternadamente, o juízo competente para lhe fazer o inventário por seu falecimento é aquele onde se achava o inventariado quando faleceu.

Inventário

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Anna Maria Sodrê, Victorino José Pereira de Aguiar, Francisco de Paula Sodrê ; recorrida Anna Narcisa Sodrê ; relator conselheiro visconde de Seabra.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 443-444

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido ou excede o pedido ; e como tal se considera aquele acórdão que em agravo de petição ou de instrumento resolve um ponto diverso daquele sobre que versa o agravo.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Maria da Conceição Costa Araújo e seu marido ; recorridos Maria Emilia de Araújo Ferreira e filhas ; relator conselheiro Rebello Cabral.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 211 (1872), p. 47-48

Resumo: Se em uma escritura antenupcial se estipulou dote, mas não incomunicabilidade de bens entre os esposos, e apenas se declarou que, não havendo filhos de matrimónio, os bens dotados voltariam, por morte de cada um dos cônjuges, à linha donde provieram ; se houve filhos, os bens dotais comunicaram-se entre os cônjuges.

Dote

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; primeiro recorrente Ministério Público, segundos recorrentes Maria Gonçalves, Antonio Gonçalves Diniz e João Gonçalves Diniz ; relator conselheiro Oliveira.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 211 (1872), p. 48

Resumo: É nulo o processo criminal em cujo corpo de delito se não verifique a existência do facto criminoso, revestido de todos os elementos do crime acusado.

Corpo de delito

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 9 de Maio de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Rebello de Andrade ; recorrida Maria Julia Calvet de Andrade; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 447-448

Resumo: É nulo o acórdão que não se acha assinado por algum dos juizes, que sobre ele tencionaram, ou em que se não acha declarado que tem tenção daquele juiz que não está presente, e todavia tencionou. - E também o proferido sobre embargos, que não foram continuados com vista ao primeiro juiz tencionante, que havia feito vencimento no acórdão embargado.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorridos Leomildo Augusto de Mendonça, Joaquim Augusto Monteiro ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 176 (1871), p. 319-320

Resumo: O facto de ameaçar alguém de publicar pela imprensa artigos ofensivos de sua honra e boa reputação com o fim de se extorquir dinheiro ao ameaçado, constitue crime de violência com ameaça punido pelo n.º 1.º do artigo 432.º e outros de Código penal ; e neste crime não é admissível fiança.

Ameaça

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Domingos Ferreira Moutinho ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 177 (1871), p. 336

Resumo: É nulo o acórdão que, não compreende todo o objecto controvertido ; e como tal se considera aquele que denega provimento em agravo de injusta pronúncia, dando como único fundamento - que os autos contêm elementos bastantes para a formação do corpo de delito, e sem se referir aos indícios do sumário para os declarar suficientes para a pronúncia.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público; recorrido Alfredo Mantua ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 174 (1871), p. 287

Resumo: É nulo o acórdão proferido em agravo de petição por injusta pronúncia, sem que se houvesse expedido o competente compulsório, e sem que fosse ouvido o juiz a quo, para emendar ou sustentar o seu despacho de pronúncia.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravantes Luiza Rosa Machado Guimarães e seu marido ; agravados Maria Amelia Machado de Moura e seu marido ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 230 (1872), p. 350

Resumo: O recurso de revista tem sempre lugar em questões de competência.

Competência / Revista

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria José Pereira ; recorrido Domingos Francisco Neto ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 230 (1872), p. 350

Resumo: Nos agravos de instrumento, interpostos em causas de separação de pessoas e bens dos cônjuges, deve ser ouvido o Ministério Público nas relações.

Acção de separação de pessoas e bens de cônjuges

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Frederico Ferreira Pinto Basto ; segundo recorrente Fazenda Nacional ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 231 (1872), p. 365-366

Resumo: É nula a sentença que julga mais do que o pedido.

Sentença

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente João Rodrigues Blanco ; recorrida Maria Magdalena de Oliveira; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 231 (1872), p. 366-367

Resumo: É nulo o acordão em que não há os votos legais em tudo conformes. - Mas quando no acordão se decidem pontos distintos, subsiste o acordão em relação aqueles pontos em que houve vencimento, e é nulo só enquanto aos pontos em que tal vencimento não houve.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 10 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Manuel Lopes de Oliveira ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 189 (1872), p. 526

Resumo: É nulidade insanável não ser ouvido na relação o Ministério Público sobre um agravo de injusta pronúncia relativo a crime público.

Ministério Público / Nulidades

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 11 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Thereza Ermelinda Rebello ; recorrido Francisco José da Silva Loureiro ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 158 (1871), p. 32

Resumo: Quando a apelação não suspende a execução, a fiança, que o exequente é obrigado a prestar, para lhe ser entregue a coisa pedida ou o produto da arrematação, deve preceder a entrega ou posse daquela coisa ou desta arrematação.

Fiança cível

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 12 de Maio de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Teixeira Pinto Gomes ; recorrido José Cardoso da Cunha Reis ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 233 (1872), p. 400

Resumo: Deve ser atendida, no recenseamento dos quarenta maiores contribuintes, a parte da contribuição predial que cabe a cada um dos membros de uma família, cujo casal está pro indiviso, embora a contribuição seja paga toda junta para o fim de cada um desses membros ser recenseado.

Recenseamento dos quarenta maiores contribuintes

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 12 de Maio de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravante João de Chaves ; agravado Simplicio Gago da Câmara ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 448

Resumo: Da decisão proferida em grau de apelação pelo tribunal correcional em causa de coima, excedente à alçada do juiz de direito de comarca que não seja de relação, cabe o recurso de revista.

Coimas / Recurso / Revista

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 12 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente ministério Público ; recorridos Manuel Nunes e sua mulher Anna Joaquina ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 188 (1872), p. 511

Resumo: Nos crimes em que intervem o Ministério Público, deve este ser ouvido na 2.ª instância, ainda mesmo que haja minutado o recurso na 1.ª instância.

Ministério Público

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 12 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes António Roberto de Oliveira Lopes Branco, sua mulher e nora ; recorridos Anna de Jesus Teixeira e seus filhos ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 188 (1872), p. 512

Resumo: Nas execuções hipotecárias devem citar-se para falar aos termos da execução, sob pena de nulidade, não só o executado, mas também sua mulher.

Execução hipotecária

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 12 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.º recorrente Miguel Rosario de Quadros, 2.º recorrente José Correia de Aguiar ; recorridos James Barnawel Hayne, Ministério Público ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 192 (1872), p. 574-575

Resumo: Para haver crime de roubo é necessário que no corpo de delito se verifique a subtracção violenta de coisa alheia. - Não pode dar-se o crime de roubo entre indivíduos que estão em sociedade, visto que as coisas são comuns a todos os sócios.

Mandante / Roubo

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 13 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; primeiro recorrente Ministério Público ; recorridos Francisco de Faro, Francisco Joaquim de Abreu e Sousa e outros ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 211 (1872), p. 48

Resumo: É nulo o acórdão em que se decidiu um agravo de instrumento do processo crime público, em que não foi ouvido na 2.ª instância o agente do Ministério Público.

Acórdão / Agravo / Agravo de petição ou de instrument

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 13 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.º recorrente Gomes da Costa Araújo Souza Menezes de Sá Brandão, 2.º recorrente Antonio Carneiro de Leão Queiroz ; relator conselheiro Sá Vargas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 215 (1872), p. 110-111

Resumo: Para a acção de abolição de vínculo poder ser continuada pelos herdeiros do administrador, é necessário que esta acção tivesse sido instalada em vida deste dentro do prazo legal.

Vínculos

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 13 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente João Salvador Herrando ; recorridos José de Oliveira Guimarães e outros ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 216 (1872), p. 127

Resumo: É nulo o acórdão em que se não declarou que tinha tenção de um dos juizes, que nele fizeram vencimento, mas que não estava presente para assinar o acórdão.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 13 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente João Salvador Herrando ; recorridos José de Oliveira Guimarães e outros ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 219 (1872), p. 176

Resumo: Quando seja anulada uma causa a que se tenha oposto reconvenção, deve julgar-se de novo tanto a causa principal, como a de reconvenção.

Reconvenção

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 14 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria Izabel Freire de Andrade e Castro ; recorrido Antonio Firmo Gomes da Silva; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 444

Resumo: Segundo o decreto de 4 de Abril de 1832 os arrendamentos de bens vinculados a longo prazo não podiam ter lugar em foros certos ou em juros de inscrições, mas sim e unicamente em prédios urbanos ou rústicos. - Segundo este decreto, os sucessores de um vínculo têm o direito de exigir do rendeiro as rendas dos bens vinculados, que pagou adiantadamente ao administrador antecedente, sem que o imediato sucessor consentisse neste contrato.

Vínculos

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 14 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel Nunes Charata ; recorrido José Paschoal Galvão de Mello ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 176 (1871), p. 320

Resumo: É nula a sentença proferida em causa comercial, que aprecie os pontos de facto em contrário ou diferentemente da decisão do juri.

Nulidade / Sentença

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 14 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente conselheiro visconde de Seabra ; recorrido Miguel Gonçalves da Silva; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 231 (1872), p. 367

Resumo: A amnistia concedida pelo decreto de 13 de Outubro de 1869 compreende só os crimes de origem ou carácter político, e os de que tratam os artigos 179.º e 190.º do Código penal.

Amnistia

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 14 de Outubro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 186 (1872), p. 477

Resumo: É nulidade insanável nos crimes públicos encerrar os sumáriossem a inquirição de vinte testemunhas, sempre que os depoimentos de menos não sejam bastantes para a pronúncia e indicação dos culpados.

Nulidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 14 de Outubro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público; recorrido Justiniano Leite de Magalhães ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 186 (1872), p. 477-478

Resumo: Os agravos relativos a concessão ou denegação de fiança em metéria criminal são restritos só ao ponto da fiança ; e por isso não pode conhecer-se neles da existência ou classificação do crime.

Fiança criminal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 15 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido José Antonio da Silva Reis (padre) ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 161 (1871), p. 80

Resumo: Para punir os crimes compreendidos nos artigos 132.º, 181.º e 183.º § 1.º não é necessária prévia declaração eclesiástica.

Crime

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 15 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Antonio Herminio de Sousa, Pedro de Alcantara Telles da Mota ; recorrido Manuel da Fonseca Ribeiro; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 162 (1871), p. 95-96

Resumo: Para que o editor de um periódico possa declinar a responsabilidade proveniente de crime de abuso de liberdade de imprensa sobre certo indivíduo, que diz ser autor do artigo incriminado, é necessário que apresente o autógrafo do dito artigo devidamente autenticado ; e quando não tenha este autógrafo poderá declinar sobre ele a responsabilidade, provando por testemunhas, com audiência do suposto autor do artigo, que efectivamente é o autor dele.

Editor de periódico

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 15 de Julho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel Fernandes Branco ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 396

Resumo: Nos crimes, em que há vestígios permanentes, deve fazer-se o corpo de delito directo por inspecção ocular. - E por isso nos crimes de corte e arrancamento pelo pé de estacas e sua apropriação deve fazer-se o corpo de delito directo por inspecção ocular.

Crime de corte de estacas

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 15 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Joaquim Durão ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 395

Resumo: Os crimes cometidos dentro da área da jurisdição de juiz ordinário, em cujo julgado haja círculo de jurados, deve ser submetido à apreciação do juri deste julgado. - As testemunhas devem sempre assinar o seu depoimento, e quando não saibam ou não possam escrever deve suprir-se esta falta.

Crime / Testemunhas

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 15 de Março de 1872 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes João Maria da Silva Lavaredas e sua mulher ; recorrido José Joaquim Soares de Faria ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 210 (1872), p. 31-32

Resumo: Os créditos hipotecários, contraídos antes da lei de 1 de Julho de 1863, são exigidos em juizo pelo processo vigente ao tempo da constituição da hipoteca, e não pelo novo processo executivo hipotecário?

Processo executivo hipotecário

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 15 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Xisto Miguel Antonio de Mattos ; relator conselheiro conde de Fornos.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 189 (1872), p. 527

Resumo: É nulidade insanável nas causas crimes a falta da entrega ao Ministério Público da cópia do rol de testemunhas, adicionado pelo réu depois do oferecimento da contrariedade.

Ministério Público / Rol de testemunhas

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 16 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Joaquim de Freitas ; recorrida Maria da Conceição Simões Rodrigues ; relator conselheiro visconde de Seabra.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 182 (1871), p. 416

Resumo: Nas causas de separação de pessoa e bens os rendimentos dos bens dotais só podem ser liquidados e discriminados no processo de inventário e partilha.

Acção de separação de pessoa e bens dos cônjuges

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 16 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente viscondessa de Espinhal ; recorridos bacharel Adriano Lopes Guimarães e sua mulher ; relator conselheiro Campos Henriques.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 213 (1872), p. 79

Resumo: É nulo o acórdão em que o juiz que devia tencionar no feito se deu de suspeito, sem que assinasse a suspeição.

Acórdão / Suspeição

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 16 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Pedro de Oliveira ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 215 (1872), p. 109

Resumo: Não há excesso de jurisdição no acórdão da relação que declara o corpo de delito incompetente para prosseguir no procedimento correcional intentado ; e por isso de tal acórdão não cabe recurso de revista, que é restrito aos casos do artigo 1262.º da Nov. Ref. Jud.

Corpo de delito / Revista

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 16 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Silvino Fernandes de Miranda ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 215 (1872), p. 109-110

Resumo: É nula a decisão sobre agravo crime proferida pela relação em processo por crime público, sem que se desse vista ao Ministério Público.

Agravo

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 16 de Maio de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Luiz Alves Bastos, Antonio Joaquim da Silva ; recorrida Marianna Julia Ulrich ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 164 (1871), p. 127-128

Resumo: Quando uma das partes litigantes, opondo embargos a um acórdão proferido pela relação, obtenha novo acórdão revogatório do anterior, a outra parte litigante pode opôr embargos ao novo acórdão.

Embargos a acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Sebastião de Arriaga Brum da Silveira ; recorrido Sebastião de Arriaga Júnior ; relator conselheiro Sá Vargas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 223 (1872), p. 239-240

Resumo: A faculdade de subrogar por inscrições de dívida pública a parte de bens desvinculados, pertencentes ao imediato sucessor, não é da competência deste, mas sim do administrador do vínculo.

Subrogação / Vínculos

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; requerente Alexandre Eugénio Mó e Silva ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 224 (1872), p. 256

Resumo: Ao tribunal superior é que compete conhecer e decidir da competência ou incompetência do recurso ; e por isso depois de tomado e atempado este não pode ser impedido na sua expedição e seguimento.

Recursos

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Vilela Fernandes (padre) ; recorridos Antonio Luiz Machado e mulher ; relator conselheiro Oliveira.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 216 (1872), p. 125-126

Resumo: Não tem lugar a avaliação em causa em que o pedido é quantia líquida.

Avaliação / Avaliação da causa

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Clarimundo Martins ; recorrida Fazenda Nacional ; relator conselheiro Campos Henriques.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 216 (1872), p. 127

Resumo: Deve tomar-se conhecimento de apelação, interposta fora do prazo legal, tendo havido legítimo impedimento, como é uma enfermidade que ataque todos os empregados do juízo.

Apelação

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Francisco Emiliano Parreira ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Campos Henriques.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 216 (1872), p. 128

Resumo: É nulo o acórdão proferido em agravo de instrumento cível, que é assinado só por três em vez de ser por cinco juizes.

Acórdão / Agravo / Agravo de petição ou de instrumento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Augusto Cezar; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 177 (1871), p. 336

Resumo: É nulidade insanável a contradição ou repugnância entre si das respostas do juri aos quesitos que lhe são propostos ; e neste caso estão aquelas respostas, uma das quais diz que o réu é useiro e veseiro, em ofender e injuriar seus pais e outra que é pessoa bem comportada.

Nulidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.º recorrente Domingos Garrido ; 2.º recorrente Antonio Jose Lopes Coelho ; 3.ºs recorrentes Henrique José Vieira de Noronha, Ignacio Francisco Xavier de Faria, Clara Candida Vieira de Noronha ; relator conselheiro Alves de Sá.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 174 (1871), p. 287-288

Resumo: É nulo o acórdão que não foi assinado por todos os juizes que fizeram vencimento na causa ; e em que, não estando presente algum destes juizes para assinar o acórdão, não foi declarado pelo juiz que o lançou que tem tenção do juiz F. - E quando o feito haja de passar a quarto juiz deve este limnitar-se a votar restritamente sobre o ponto, em que não tenha havido ainda vencimento, sendo incompetente para conhecer da parte já vencida.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Manuel José Rodrigues Salema e mulher ; recorridos João Miguel Soeiro e outros ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 230 (1872), p. 350-351

Resumo: Devem ser citados para uma acção todos aqueles a quem o negócio toca directamente. - E em uma acção de nulidade de contrato de venda, por causa de simulação de venda feita em fraude dos credores, se um dos vendedores falecer, devem ser citados e habilitados passivamente todos os representantes do vendedor.

Citação / Venda

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Francisco Tristão ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 230 (1872), p. 351-352

Resumo: A questão se em certo crime é ou não admissível a fiança, pode disputar-se preliminarmente e antes da pronúncia. - O agravo de pronúncia não pode ser interposto sem que o réu esteja preso e afiançado. - Na classificação do crime deve atender-se também ao exame de sanidade.

Crimes / Fiança em causa crime / Pronúncia

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 17 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Francisco Xavier Telles de Athaide e Mello, Antonio Joaquim de Miranda ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 235 (1872), p. 430-431

Resumo: O procedimento judicial criminal contra determinada pessoa (não sendo por crime de tráfico de escravatura que é imprescriptível) prescreve, passados dez anos, depois do dia em que teve lugar o último acto.

Prescrição criminal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 18 de Abril de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Fazenda Nacional ; recorrido Joaquim Teixeira de Carvalho Barros ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 235 (1872), p. 432

Resumo: Os párocos não são competentes para constituírem servidões nos passais de sua igreja. - E por isso não podem conceder legalmente licença para nestes passais se abrir ou penetrar com mina.

Párocos / Servidão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 18 de Abril de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Luiz de Bettencourt Esmeraldo ; recorrida Maria da Piedade Bettencourt ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 235 (1872), p. 432

Resumo: O Ministério Público deve ser ouvido nas relações sobre as questões relativas ao estado das pessoas. - É nulo o acórdão que não toma conhecimento dos agravos no auto do processo.

Ministério Público / Acórdão / Estado de pessoas

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 18 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria Amália da Conceição Tello ; recorrido Francisco de Sá Magalhães.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 159 (1871), p. 47-48

Resumo: Os menores Impuberes não carecem de citação pessoal, e os processos judiciais contra estes correm com citação do tutor e cirador à lide ; porém se os menores durante o processo entrarem na idade da puberdade, devem desde logo ser citados pessoalmente, enquanto aos actos que exijam citação, sob pena de nulidade do processo.

Menor

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 18 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria Carlota de Oliveira ; recorridos Ministério Público, curador dos bens de Manuel Ribeiro de Oliveira ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 165 (1871), p. 144

Resumo: Não há herança de pessoa viva, nem esta se pode renunciar. - Quem pede a herança de um ausente com o fundamento de que o seu pai renunciou à herança deste ausente, deve alegar e provar que tal renúncia foi feita no tempo em que o ausente se presumia morto. - Aliás o libelo a pedir a herança é inepto por não conter legítima causa de pedir.

Herança

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 18 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente João de Aguiar ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 189

Resumo: A responsabilidade civil nem sempre é acompanhada da responsabilidade criminal ; e para haver acusação criminal por esta responsabilidade é necessário que haja corpo de delito suficiente e legal para esta acção.

Acusação criminal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 18 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravante confraria do Santíssimo da freguezia de Pedro Miguel da ilha do Faial ; agravado barão de Sant'Anna ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 188 (1872), p. 512

Resumo: A alçada em julgamento de preferências regula-se pela quantia total sobre que se disputam as preferências, e não pelo pedido parcial de cada preferente.

Preferências

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 19 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Augusto Manuel ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 183 (1871), p. 432

Resumo: O crime de homicídio voluntário, não premeditado, nem agravado, e antes provocado pelo assassinado, deve ser punido com prisão correccional nos termos do artigo 370.º e § único do Código penal.

Homicídio

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 19 de Julho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorridos Antonio Domingues da Costa e sua irmã Emilia Gertrudes ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 396

Resumo: A falta de avaliação anula o processo desde o ponto em que esta avaliação se torna necessária para os termos legais. - E para a avaliação ser válida é necessário que os louvados declarem expressamente qual o valor que dão à causa.

Avaliação

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente comunidade da aldeia Aturly da província de Bicholim ; recorrido Purxotomá Sinay Querénó ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 213 (1872), p. 80

Resumo: É nulo o acórdão que for tirado sem o vencimento de três votos congormes. - A relação de Nova Gôa, enquanto às atribuições e deveres dos juizes, ordem do serviço e forma do processo, regula-se pelas disposições da Nov. Ref. Jud., no caso de outra coisa não estar providenciada no regimento desta relação de 1 de Dezembro de 1866. - E portanto é também nulo um acórdão desta relação que não seja tirado sem o vencimento de três votos conformes, quando o acordão seja revogatório da sentença.

Acórdão / Relação de Nova Gôa

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Joaquim Romão Callado ; recorrido Ministério Público; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 214 (1872), p. 95-96

Resumo: A prescrição criminal é aplicável tanto às acções como às penas. - O procedimento criminal contra determinada pessoa prescreve passados dez anos depois do dia em que foi cometido o crime, ou do dia do último acto que se praticou. - A prescrição em matéria criminal deve ser aplicada oficiosamente pelos juizes, embora não seja invocada pelo réu em seu favor.

Prescrição criminal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Custodio José de Sousa ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Aguilar.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 215 (1872), p. 108-109

Resumo: No auto de exame e corpo de delito em crime de falsidade deve apresentar-se ao exame e inspeção dos peritos, não só o escrito falso, mas também outro escrito do próprio punho do indivíduo cuja letra se falsificou, para fazerem a confrontação de uma com a outra. - O tabelião que reconhece como verdadeira uma assinatura escrita em um título cujo contexto é falso, não tem por isso responsabilidade alguma.

Corpo de delito / Falsidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido José Fernandes ; relator conselheiro Aguilar.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 215 (1872), p. 109

Resumo: É nulo o acórdão proferido em agravo de instrumento, sem audiência, nem a devida intervenção do Ministério Público.

Acórdão / Agravo de petição ou de instrument

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Dezembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; primeiro recorrente Ministério Público, segundo recorrente Francisco Gonçalves Arfice ; recorridos Justina da Conceição e José do Rosario e Silva Junior ; relator conselheiro Rebello Cabral.
In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 216 (1872), p. 126

Resumo: Para ser pronunciado um co-réu adúltero não é necessária prova resultante de cartas ou outros documentos escritos por ele, mas basta que algumas testemunhas deponham sobre as circunstâncias constitutivas de flagrante delito.

Adultério / Direito criminal português

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Francisco José Pereira ; relator conselheiro Sá Vargas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 216 (1872), p. 127-128

Resumo: É nulo o acórdão proferido em agravo de instrumento cível, sem que o Ministério Público fosse previamente ouvido na relação acerca dele.

Agravo de petição ou de instrumento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 20 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorridos José Rodrigues Coelho, António Rodrigues Coelho ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 174 (1871), p. 288

Resumo: Nos crimes de subtração fraudulenta com chaves falsas, se o juri não der uma resposta clara e precisa sobre se houve ou não o emprego destas chaves, fica nulo o processo.

Subtração fraudulenta

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 21 de Janeiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel Fernandes da Costa Guimarães ; recorridos Roope, Teage & C^a ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 157 (1871), p. 14

Resumo: Os árbitros comerciais são competentes para conhecer das questões que derivam de cartas de crédito propriamente ditas ou recomendação comercial ; mas quando as cartas comerciais importam uma verdadeira fiança, as questões delas emergentes não são da competência de árbitros comerciais, e são processadas nos termos do artigo 1030.º do Código comercial.

Árbitros comerciais

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 21 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Maria da Silva ; recorrido Manuel Nunes Pereira Castello Branco ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 178 (1871), p. 352

Resumo: A nulidade de processo de concurso de preferências é essencialmente diferente da improcedência deste concurso por falta de prova de alguns dos requisitos ou elementos constitutivos deste concurso. - É nulo o acórdão em que não há vencimento de três votos conformes ; e como tal se considera aquele acórdão, em que um dos tencionantes votou que o processo fosse nulo por laborar em certa e determinada nulidade, e os seguintes tencionantes, em vez de votarem só e restrictamente sobre esta nulidade, passaram a tencionar sobre o objecto principal da causa.

Acórdão / Concurso de preferências

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 21 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente marquez de Niza ; recorridos José Joaquim de Oliveira e Silva, Antonio José Pereira Palha ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 235 (1872), p. 431-432

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido e tudo que foi tencionado nos autos ; e como tal se considera aquele acórdão que não decidiu da validade ou nulidade de uma arrematação em execução sendo este um dos pontos com que se ataca a execução.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 21 de Outubro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel José Tavares; recorrida Fazenda Nacional ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 186 (1872), p. 478-479

Resumo: O imposto do pescado deve liquidar-se nos termos do artigo 3.º da lei de 10 de Julho de 1843 ; aliás a sua liquidação não constitue a base de execução para o caso do artigo 667.º da Nov. Ref. Jud.

Imposto do pescado / Pescado

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 22 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Guilherme José Conrado ; recorrido Adriano de Moraes Pinto de Almeida ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 165 (1871), p. 143

Resumo: Para punir os crimes de abuso de liberdade de imprensa, quando as injúrias são dirigidas a empregado público no exercício de suas funções, e o réu se presta a dar a sua prova, o processo competente é o ordinário de querela.

Crime de abuso de liberdade de imprensa

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 22 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Lopes de Guimarães ; recorrido Manuel José da Cunha Novaes ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 189 (1872), p. 526-527

Resumo: è nulo o acórdão que não for assinado por algum dos juizes que fizeram vencimento em todo ou em parte, e em que o juiz que lançou o acórdão não declarou que tem tenção do juiz que não assinou.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 22 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ezequial de Paula Sá Prego ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 189 (1872), p. 527-528

Resumo: Não constitui crime de injúria o dizer-se a um professor que é exigente nos exames das disciplinas que professa. - O Ministério Público não é pessoa competente para acusar nos crimes de ofensa corporal, de que não serulte derimento ou contusão alguma.

Crime de injuria

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 22 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Jeronymo de Barros Freire ; relator conselheiro Menezes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 189 (1872), p. 528

Resumo: Os depositários das caixas do correio não são isentos do serviço de jurados.

Jurados

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 23 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Pedro António Fortes ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 444-445

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido, e como tal se considera aquele que não conhece das nulidades que foram apontadas.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 23 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Anna Carolina Victoria de Magalhães e seus filhos ; recorrido Joaquim Vieira de Sousa ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 445-446

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido : e como tal se considera aquele acórdão da relação em que se não apreciaram todos os fundamentos da sentença proferida em 1.ª instância tomando conhecimento só de alguns.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 23 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente administrador geral da Sereníssima Casa de Bragança ; recorrido Ignacio Pizarro de Moraes Sarmiento ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 446-447

Resumo: As conferências de certidões ou traslados de documentos existentes no cartório da sereníssima casa de Bragança são da exclusiva competência do juizo de direito das varas de Lisboa ; e por isso os juizes das outras comarcas só têm competência para deprecarem aqueles, afim de procederem às diligências necessárias para fazerem tais conferências.

Casa de Bragança

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Flaviano Antonio de Seixas ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 225 (1872), p. 270-271

Resumo: O Ministério Público deve ser ouvido nas relações nos agravos de instrumento em processo crime, ainda mesmo quando venha da 1.ª instância o agravo minutado pelo delegado.

Agravo / Agravo de petição ou de instrumento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Francisco Gomes ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 225 (1872), p. 271

Resumo: O Ministério Público deve ser ouvido nas relações nos agravos de instrumento em processo crime, ainda mesmo quando venha da 1.ª instância o agravo minutado pelo delegado.

Agravo / Agravo de petição ou de instrumento

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Domingos Gomes Marques ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 225 (1872), p. 271-272

Resumo: Para um crime ser classificado de roubo é necessário que do corpo de delito se conheça se com efeito houve um verdadeiro arrombamento.

Corpo de delito / Roubo

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Ferreira ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 227 (1872), p. 303-304

Resumo: Quando o réu seja acusado como autor de um crime consumado, pode formar-se um quesito subsidiário de cumplicidade só quando da discussão se mostrar que só fôra cúmplice, circunstância que deve constar da acta ou do próprio quesito. - Os jurados na resposta ao quesito sobre a cumplicidade devem declarar o facto ou factos demonstrativos da cumplicidade.

Cumplicidade

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel de Souza Rangel ; recorrido Francisco Coelho de Lemos da Silva Peixoto ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 222 (1872), p. 223

Resumo: A distribuição dos processos nas relações não pode nem deve ser alterada, sem que concorra alguma das várias circunstâncias previstas na lei que a tanto autoriza. - A questão de incompetência, de foro, sendo prejudicial, deve ser previamente decidida, e antes de se conhecer da questão principal.

Distribuição dos processos

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Câmaras Municipais dos concelhos de Sabrosa, Pesqueira, Alijó e outro; recorrido arcebispo primaz de Braga ; relator conselheiro visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 173 (1871), p. 272

Resumo: O exclusivo direito de barcagem em rios públicos, sendo banal, acha-se extinto pela lei de 22 de Junho de 1846 ; e por isso outrora não se concede, em relação a tal direito, posse manutenível.

Direito da barcagem

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Maria Joaquina e seu segundo marido ; recorrida Angelica Emilia de Oliveira ; relator conselheiro Aguiar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 177 (1871), p. 335

Resumo: Para ter lugar a acção de rescisão de partilhas é necessário mostrar que o inventário rescindendo está findo e ultimado com sentença que tenha passado em julgado. - E nesta acção deve pedir-se não só a rescisão das partilhas, mas também a da sentença que as julgou. - É inepto o libelo nesta acção que conclui por pedir ou a nulidade de inventário desde a sua origem ou a indemnização da lesão sofrida, porquanto as duas partes da alternativa são repugnantes e contraditórias entre si.

Acção de rescisão de partilhas

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente David Gonçalves Chaves ; recorridos Carolina Maria Francisca de Brito Chaves, Manuel Augusto de Brito Chaves ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 231 (1872), p. 367-368

Resumo: Para a liquidação de uma sociedade comercial poder efectuar-se judicialmente é necessário juntar a escritura social, não bastando a apresentação da escritura de dissolução da sociedade.

Sociedade comercial

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; requerente João de Moura Borges ; recorridos Manuel Joaquim Rodrigues, Vieira Botelho Junior ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 233 (1872), p. 399

Resumo: É nulo o acórdão, em que intervem como juiz aquele que está servindo de vice-presidente da relação no impedimento ou doença de presidente.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 24 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Daniel Marques de Sousa ; recorrida Maria Justina Perpétua da Assunção Carvalho ; relator conselheiro Rebello Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 233 (1872), p. 399-400

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido ; e como tal se considera aquele que não toma conhecimento de um agravo no auto do processo.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 25 de Abril de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Jacinto Jorge Lopes e mulher ; recorridos Joaquina Lourença , irmã Lourença, cunhado Antonio Francisco ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 236 (1873), p. 447

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende em sua decisão todo o bjecto contravertido ; e como tal se considera aquele que não toma conhecimento de um agravo no auto do processo.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 25 de Fevereiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Bernardo Joaquim Pereira Pinto de Almeida e mulher ; recorridos Maria Amalia de Sousa da Silva Correia Maia, seu marido e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 163 (1871), p. 112

Resumo: É nulo o acórdão em que falta a assinatura numa das tenções, ou que foi assinado sóm por três tencionantes, sendo cinco os juizes que tencionaram, não se declarando que tem tenção do juiz F. e F.; e bem assim aquele acórdão, que decide embargos opostos a outro acórdão, sem que intervenham nele os juizes que fizeram vencimento neste segundo acórdão.

Câmara Municipal / Contribuição municipal / Contribuição predial

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 25 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Estrella Benarus e seu marido José Benarus, Alia Bensabat e seu marido Abrahão Bensabat e outros ; recorridos Emygdio Lino da Silva, Ernesto Ferreira Campos ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 178 (1871), p. 351-352

Resumo: É nulo o acórdão em que não há três votos conformes ; e como tal se considera aquele acórdão, em que um tencionante vota pela nulidade do processo por certa e determinada nulidade, e os dois seguintes tencionantes, sem conhecerem desta nulidade, votam que se anule o processo por outras nulidades.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 25 de Junho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente administrador geral da sereníssima casa de Bragança ; recorridos José Solary Alegro e mulher ; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 180 (1871), p. 382-383

Resumo: A jurisdição dos tribunais judiciais de 1.ª instância é restrita aos seus respectivos distritos ; e, se podem ordenar actos judiciais em processos pendentes que recaiem em coisas que estão em distrito alheio, não têm jurisdição para os irem directamente executar, ou para obrigarem os litigantes a apresentá-los nos seus distritos, devendo por isso deprecar aos juizes das respectivas localidades a execução de tais actos. - As diligências judiciais, que tenham de executar-se em objectos arquivados no cartório da sereníssima casa de Bragança são da exclusiva competência do juiz de direito da comarca de Lisboa, a que os outros juizes devem deprecar.

Casa de Bragança / Tribunais judiciais

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 25 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Anna Ferreira ; recorrido Antonio Jose Passos ; relator conselheiro Visconde de Seabra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 194 (1872), p. 606bis

Resumo: Nas causas de separação de pessoas e bens dos cônjuges pode qualquer das partes até á audiência de discussão e julgamento averbar de suspeito algum dos membros do conselho de família, jurando que os motivos sobrevieram de novo.

Acção de separação de pessoa e bens dos cônjuges

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Abril de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente José Maria Sodré da Mota ; recorridos Antonio do Rego Meirelles e sua mulher ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 171 (1871), p. 239

Resumo: Em regra, é nulo o acórdão, que foi escrito sem o necessário vencimento por três votos conformes. - Mas nas causas, que não excederem a quarenta e oito mil réis em bens de raiz e sessenta mil réis em bens móveis, se fará vencimento, tanto que forem dois votos conformes em confirmar a sentença. - Todavia esta excepção não é aplicável aos acórdãos proferidos em causas em que se pede e questiona a obrigação que os senhorios directos têm de abonar aos enfiteutas nos foros que lhes pagam, a contribuição relativa nos mesmos foros, sendo esta obrigação julgada com trato sucessivo, pois é esta obrigação, e não a quantidade do desconto que regula o valor da causa.

Acórdão / Contribuições / Foros

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel dos Passos ; recorridos José Luiz de Brito Seabra e sua mulher, vincondessa de Fonte Boa ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 445

Resumo: A cessão de letras de câmbio vencidas ou prejudicadas é uma cessão ordinária de créditos. - E a decisão de questões levantadas sobre esta cessão pertence ao foro cível.

Letra de câmbio

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Agosto de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Manuel Dias de Freitas ; recorridos Manuel de Oliveira e mulher; relator conselheiro Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 184 (1871), p. 447-448

Resumo: As execuções hipotecárias são da exclusiva competência dos tribunais civis, e por isso o credor hipotecário não é obrigado a ir ao juízo comercial exigir o seu crédito hipotecário do devedor falido, mas deve exigí-lo nos tribunais civis pelo processo executivo hipotecário.

Execução hipotecária

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Janeiro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Maria da Luz Gonçalves Tavares e outros ; recorridos visconde de Soares Franco e sua esposa viscondessa do mesmo título ; relator conselheiro Pereira Leite.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 157 (1871), p. 14-15

Resumo: O certificado passado em fé de verdade por um corretor de número, pertencente à classe de câmbios e fundos públicos, que atesta, por informações a que procedeu que julga fidedignas, qual o preço em moeda portuguesa de certa moeda estrangeira na ocasião da celebração do acto jurídico, é suficiente para provar o equivalente em uma e outra moeda ao câmbio respectivo ; e apresentado tal certificado não é necessário deduzir artigos de liquidação do câmbio.

Corretor

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Julho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Câmara Municipal de Lisboa ; recorridos José da Costa Carneiro, sua mulher e outros ; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 396-397

Resumo: É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido, e como tal se considera aquele acórdão em que se não toma conhecimento de um agravo no auto do processo.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Julho de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; 1.ºs recorrentes Antonio da Silva Reis e mulher ; 2.º recorrente José Nunes Pinto ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 181 (1871), p. 397

Resumo: O dote que não foi registado, não produz efeito em relação a terceiras pessoas.

Dote

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 26 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente condessa de Redondo, e seu filho Fernando Luiz de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes ; recorridos Abel Eduardo da Motta Veiga (bacharel), solicitador Feliciano José Lopes da Silva ; relator conselheiro conde de Fornos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 189-190

Resumo: A renúncia do mandato feita pelo procurador, que aceitou e exerceu por algum tempo este mandato, não obsta a que corram os prazos, que, por serem de direito público, são peremptórios e improrrogáveis.

Mandato

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 27 de Junho de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ermelinda Rosa de Carvalho ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 213 (1872), p. 78-79

Resumo: Para se exigir a multa que a lei impõe a quem vende tabacos sem estar previamente habilitado com a competente licença é competente o processo civil, quando o valor da multa exceda alçada do juízo de polícia correcional.

Tabaco

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 27 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Maria José ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 171 (1871), p. 240

Resumo: A pena de trabalhos públicos não pode em caso algum ser aplicada às mulheres.

Trabalhos públicos / Mulher

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 28 de Abril de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Francisco José Ferreira, José Antonio Ferreira ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Menezes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 237 (1873), p. 463-464

Resumo: Não comete crime aquele que recorre do despacho ou ordem da autoridade inferior para a autoridade superior ; e por isso não incorre no crime de desobediência quem não deu cumprimento a uma ordem da autoridade administrativa, tendo recorrido para o governo.

Desobediência

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 28 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Francisco António de Freitas, José António Fernandes ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 225 (1872), p. 272

Resumo: As penas correcionais, impostas por sentença passada em julgado, prescrevem em dez anos, contados desde o dia em que a condenação passou em julgado.

Penas correcionais / Prescrição criminal

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 28 de Fevereiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorrido Joaquim José Domingues ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 228 (1872), p. 317-318

Resumo: É nulo o acórdão proferido em processo crime, em que se decide que um réu pode livrar-se solto, prestando fiança, sem classificar o crime de que o réu é acusado.

Acórdão / Fiança

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 28 de Março de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Augusto Ferreira de Mello ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 233 (1872), p. 400

Resumo: É ilegal e sem efeito algum a condenação de um advogado na pena de suspensão, sem ter precedido a audiência deste.

Advogado

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 29 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Domingos Francisco Carneiro e mulher ; recorridos Antonio da Silva Santos e mulher; relator conselheiro Aguilar.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 190-191

Resumo: É nulo o acórdão que não abrange todo o objecto controvertido, e como tal se reputa aquele acórdão que numa causa de libelo, que apresenta execução de prescrição e conclui por duas alternativas, decide só esta excepçãoem quanto a uma das alternativas, e deixa a outra alternativa intacta.

Acórdão

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 29 de Março de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Francisco Affonso Fernandes ; recorrido Ministério Público ; relator conselheiro Barão de Mogoforos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 168 (1871), p. 191

Resumo: As sentenças condenatórias proferidas em causas crimes julgadas em conformidade das disposições do Código penal, mas que não tinham passado em julgado ao tempo da publicação da lei de 1 de Julho de 1867, devem ser modificadas em harmonia com as disposições desta lei.

Sentença condenatória em causa crime

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 29 de Novembro de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Antonio Joaquim de Barros Lima Alpoim e Menezes ; recorridos visconde de Lindoso e sua esposa ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 192 (1872), p. 575

Resumo: os artigos de habilitação não devem deduzir-se na 1.ª instância, depois de terem sido as partes intimadas da remessa dos autos para a 2.ª instância, pois é nesta instância que se hão-de deduzir. - Nestes artigos não se admitem questões graves de sucessão, porque neles se trata só de mostrar a legitimidade das partes para o progresso da causa.

Habilitação

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 31 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrentes Francisco Ignacio de Moraes Leitão e sua mulher ; recorrido Acursio Henriques da Conceição ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 220 (1872), p. 191-192

Resumo: Quando em inventário de maiores, requerido perante juiz ordinário, houver contestação entre os interessados sobre a forma da partilha, o juiz ordinário não é competente para a determinar, mas sim o juiz de direito da comarca, para o que lhe devem ser remetidos logo os autos.

Inventário

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 31 de Janeiro de 1871 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Thomaz Antonio de Araújo Lobo ; recorrido Antonio Faustino de Andrade ; relator conselheiro visconde Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 222 (1872), p. 222-223

Resumo: Quando se pede em acção ordinária a indemnisação dos prejuízos e lucros cessantes, causados pelo embargo de uma obra nova, esta acção é de dolo e injúria. - Para esta acção ser procedente deve alegar-se e provar-se que houve malícia ou dolo em requerer o embargo, fundamento da obrigação de indemnizar.

Embargo de obra nova

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão proferido em 31 de Maio de 1870 / Supremo Tribunal de Justiça ; recorrente Ministério Público ; recorridos João Antonio Rebello Mayer e sua mulher, Duarte Cardoso de Azevedo e Sá e outros ; relator conselheiro Campos Henriques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 180 (1871), p. 381

Resumo: Quando os apelantes desistem da apelação em causas em que a Fazenda Nacional é interessada, deve ser ouvido o Ministério Público acerca da desistência. - É defeito substancial do processo julgar como termo de confissão o que é de desistência. - É nulo o acórdão que não compreende todo o objecto controvertido, e como tal se considera aquele que não conheceu da nulidade de uma escritura, por falta de pagamento da contribuição de registo.

Apelação / Desistência

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Processo n.º 12.729 / Supremo Tribunal de Justiça ; embargante Joaquim António da Rocha ; embargada Anna Gaudina Tavares ; relator conselheiro visconde de Alves de Sá.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 4, n.º 164 (1871), p. 128

Resumo: Os embargos de declaração, para serem admitidos, devem apresentar-se dentro de vinte e quatro horas a contar da sua publicação, independentemente de intimação.

Embargos de declaração

PORTUGAL. Tribunal de Contas.

Accórdão proferido em 20 de Janeiro de 1871 / Tribunal de Contas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 5, n.º 233 (1872), p. 398-399

Resumo: O tribunal de contas não é competente para exigir o pagamento do imposto da décima, quando os devedores se não prestem voluntariamente a satisfazê-lo ; para isso são competentes os tribunais ordinários.

Décima / Tribunal de contas

RAMOS, Rui Manuel Moura, 1950- .

Cidadania da União e revogação de garantia de concessão da nacionalidade a um nacional de outro Estado-Membro que renunciara a esta nacionalidade no âmbito do processo de naturalização : Acórdão de 18 de janeiro de 2022, do Supremo Tribunal de Justiça (Grande secção) / Rui Manuel Moura Ramos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 150, n.º 4033 (2022), p. 265-299

Cidadania -- União europeia / Nacionalidade -- concessão / Naturalização

RAMOS, Rui Manuel Moura, 1950- .

Reconhecimento de sentença estrangeira de adopção e ordem pública internacional : Acórdão de 18 de Novembro de 2008, do Tribunal da Relação de Coimbra : [anotação] / Rui Manuel Moura Ramos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 151, n.º 4030 (2021), p. 54-68

Ordem pública internacional

Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais

BERALDO, Leonardo de Faria.

A multa do art. 1.337 do Código Civil e a sua aplicabilidade para o condómino que reiteradamente deixa de pagar os encargos condominiais / Leonardo de Faria Beraldo.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 21-44

Código civil -- art. 1.337º / Condómino

CAMPOS, Diogo Leite de, 1944-

A arbitragem em matéria tributária em Portugal / Diogo Leite de Campos.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 15-19

Arbitragem tributária / Árbitros / Celeridade / Decisão arbitral

COSTA, Mónica Aragão martiniano Ferreira e.

O princípio republicano e a administração da justiça : a importância do trabalho da OAB por meio dos advogados / Mónica Aragão martiniano Ferreira e Costa.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 259-261

Administração da justiça / Ordem dos Advogados do Brasil / Princípio republicano

CRISTO, Otacilio Ferreira.

Assédio moral no trabalho / Otacilio Ferreira Cristo.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 45-53

Assédio moral no trabalho

FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros, 1937-

A Comunidade Luso-Brasileira do Direito Constitucional / Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 55-57

Comunidade Luso-Brasileira / Direito constitucional

MELO, João Paulo Fanucchi de Almeida.

IPTU de Betim/MG : apontamentos críticos da exação tributária em face do direito tributário constitucional / João Paulo Fanucchi de Almeida Melo, Lorena Magalhães de Medeiros Almeida, Maria Júlia Pinheiro Paim.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 59-85

Direito tributário / Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -- [IPTU] -- Brasil

NOGUEIRA, Roberto Henrique Porto.

Especulação imobiliária : reflexões conceituais a partir do caso do município de Ouro Preto / Roberto Henrique Porto Nogueira, Nayder Rommel de Araújo Godoi.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 209-242

Especulação imobiliária / Município de Ouro Preto

SÁ, Maria de Fátima Freire de.

Os desafios contemporâneos para prócris : a doação de gametas e o anonimato dos doadores / Maria de Fátima Freire de Sá, Diogo Luna Moureira.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 171-191

Prócris / Doação de gametas / Anonimato do doador

SILVA, Gustavo Henrique de Souza e.

A Lei n. 12.846/13 : o problema da imputação da conduta / Gustavo Henrique de Souza e Silva.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 263-278

Lei n. 12.846/2013

SILVA, José Anchieta da.

O Direito Natural segundo a doutrina de São Tomás de Aquino : o Direito Natural na súmula teológica do Doutor Angélico / José Anchieta da Silva.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 279-322

Direito natural

SILVA, Michael César.

Repercussões jurídicas da doença preexistente no contrato de seguro de vida : uma releitura à luz do solidarismo contratual no direito privado brasileiro / Michael César Silva.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 143-170

Contrato de seguro de vida / Direito privado -- Brasil / Princípio da boa-fé objectiva / Solidarismo

SOARES, Camila Januário Ferreira.

Federalismo brasileiro e desapropriação de bens da União pelo Município / Camila Januário Ferreira Soares.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 193-208

Desapropriação de bens / Federalismo -- Brasil / Município -- Brasil / União

SOARES, Leonardo Oliveira.

(Ainda) isonomia processual : condição sine qua non para a efetividade material do processo? / Leonardo Oliveira Soares.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 87-105

Isonomia processual / Uniformização de jurisprudência

SOARES, Sávio de Aguiar.

Contratação por dispensa de licitação e o papel do advogado público : comentários ao art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93 / Sávio de Aguiar Soares.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 243-258

Art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93 / Advogado público / Licitação

VIEIRA, José Marcos Rodrigues.

Da cognitio ao iudicium : de princípios a técnicas processuais : coisa julgada e questões prejudiciais no Projeto de CPC / José Marcos Rodrigues Vieira.

In: Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte. ISSN 1981-1608. N.º 20 (2014), p. 107-142

Coisa julgada / Projecto de CPC

Revista Semestral de Direito Empresarial

COIMBRA, Elisa Mara.

Validade e confiabilidade das informações tecnológicas para pesquisas empíricas : o caso dos registros de patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial / Elisa Mara Coimbra, Marcos Vinício Chein Feres.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 26 (2020), p. 61-83

Colecta de dados / Pesquisa empírica em Direito / Propriedade intelectual / Técnica de pesquisa

MATIAS, João Luís Nogueira.

Estudo empírico sobre o perfil dos condenados por insider trading pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM : há o efeito educativo das decisões? / João Luís Nogueira Matias, Ives Nahama Gomes dos Santos.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 26 (2020), p. 31-60

Comissão de Valores Mobiliários -- CMV / Estudo empírico / Insider trading / Perfil dos condenados / Processos administrativos / Sancionadores -- PAS

TOMAZ, Raíssa Mendes.

A fase pré-contratual do contrato de franquia em Portugal / Raíssa Mendes Tomaz, Alexandre Libório Dias Pereira.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 26 (2020), p. 1-29

Concorrência / Contrato de distribuição / Disclosure / Franchising / Indemnização de clientela / Stock

Revue Internationale de Droit Pénal

SOUSA, Susana Aires de, 1977-

Product liability and criminal law / Susana Aires de Sousa.

In: Revue Internationale de Droit Pénal. Paris. ISSN 0223-5404. Vol. 87, N.º 2 (2016), p.131-143

Responsabilidade pelo produto / Direito criminal / Responsabilidade criminal / Interesse legítimo

Rivista di diritto civile

AMADIO, Giuseppe.

L'efficacia costitutiva della divisione ereditaria / Giuseppe Amadio.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 13-42

Eficácia / Reconhecimento / Implicações / Hereditariedade

ANTONINI, Vincenzo.

Provvisone dei mediatori immobiliari nelle raccolte degli usi e disciplina antitrust / Vincenzo Antonini.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1447-1480

Comissão de corretores de imóveis / Antitruste / Cobrança

AZZARRI, Federico.

La prestazione penale unilateralmente determinata / Federico Azzarri.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 160-188

Benefício criminal / Determinação da pena / Direito alemão

BALDUS, Christian, 1966-2020.

Fluctuat nec mergitur : per un doppio ancoraggio del diritto ocomparato / Christian Baldus.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1106-1118

Fluctuat nec mergitur / Direito comparado

BALDUS, Christian, 1966-2020.

Ricordo di Filippo Ranieri / Christian Baldus.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 417-421

Ranieri, Filippo, 1944-

BARBA, Vincenzo, 1975-

Il legato in conto di legittima / Vincenzo Barba.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 444-465

Legado / Imputação

BARGELLI, Elena.

Walter Doralt, Langzeitverträge : [recensão] / Elena Bargelli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 502-504

BENANTI, Claudia.

Prestation compensatoire e assegno di divorzio tra logica redistributiva e logica riparatrice / Claudia Benanti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 1087-1114

Prestação compensatória / Subsídio de divórcio / Lógica reparadora / Lógica redistributiva

BENEDETTI, Alberto Maria.

Sanzionare compensando? Per una liquidazione nonipocrita del danno non patrimoniale / Alberto Maria Benedetti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 222-242

Sanção / Danos não pecuniários / Património

BENEDETTI, Alberto Maria.

Vincenzo Roppo, Il racconto della Legge. Diritto (e rovesci) di una storia che riguarda tutti : [recensão] / Alberto Maria Benedetti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 548-553

BIANCA, Cesare Massimo, 1932-

Alla ricerca del fondamento della responsabilità contrattuale / Cesare Massimo Bianca.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1277-1294

Responsabilidade contratual

BIANCA, Cesare Massimo, 1932-

Alla ricerca del fondamento della responsabilità contrattuale / Cesare Massimo Bianca.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1277-1294

Responsabilidade contratual

BIVONA, Elsa.

Libertà e responsabilità dei coniugi negli accordi personali / Elsa Bivona.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 848-875

Cônjuges / Responsabilidade / Liberdade / Acordos pessoais

BRECCIA, Umberto, 1943-

Chiaroscuri della scienza giuridica contemporanea : margine del libro di Nicolò Lipari, Diritto Civile e ragione / Umberto Breccia.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 131-159

Ciência jurídica contemporânea / Lei / Razão / Direito civil

BUGETTI, Maria Novella.

La disciplina del consenso informato nella Legge 219/2017 / Maria Novella Bugetti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 106-129

Regulamento de consentimento informado -- Lei 219/2017 / Consentimento informado / Menor / Incapaz / Recusa de tratamento

BULLO, Lorenza.

La successione mortis causa nel rapporto obbligatorio / Lorenza Bullo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 277-320

Sucessão / Mortis causa / Relação obrigatória / Direito das sucessões

BUSANI, Angelo, 1960-

L'usufrutto rotativo su strumenti finanziari in portafoglio / Angelo Busani.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 130-158

Instrumentos financeiros / Usufruto / Direitos reais

BUSET, Giacomo.

Contratto, programma traslativo di scambio e godimento interinale / Giacomo Buset.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 377-408

Contrato / Intercâmbio / Operação económica / Câmbio

BUSNELLI, Francesco Donato, 1935-

Le alternanti sorti del principio di dignità della persona umana / Francesco Donato Busnelli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1071-1085

Princípio da dignidade da pessoa humana / Dignidade / Hermenêutica da dignidade

CALABRESI, Guido, 1932-

Regole di proprietà, regole di responsabilità e inalienabilità : un'istantanea della cattedrale / Guido Calabresi, A. Douglas Melamed.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 497-547

Propriedade -- regras / Responsabilidade

CALONI, Andrea.

Bitcoin : profili civilistici e tutela dell'investitore / Andrea Caloni.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 159-182

Bitcoin / Perfis civis / Proteção de investidores

CAMPAGNA, Marco Francesco.

Criptomonete e obbligazioni pecuniarie / Marco Francesco Campagna.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 183-221

Criptomoeda / Obrigações pecuniárias / Valor intrínseco

CARBONE, Enrico.

Contrattualità quotidiana e dignità della persona / Enrico Carbone.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1086-1105

Contratualismo / Dignidade humana / Incapacidade

CASA, Federico.

Itinerari filosofici del diritto cile contemporaneo / Federico Casa.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 295-334

Direito chileno contemporâneo / Filosofia do direito / Juristas / Organização

CEOLIN, Matteo.

Sull'accettazione con beneficio di inventario della persona giuridica e sulla sua decadenza : C'è un giudice in Cassazione! / Matteo Ceolin.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 920-946

Benefício do inventário / Inventário / Confiscação

CHESSA, Corrado.

La legittima difesa novellata nel prisma della responsabilità civile / Corrado Chessa.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1289-1318

Legítima defesa / Responsabilidade civil

CHIANALE, Angelo.

Il pegno non possessorio su beni determinati / Angelo Chianale.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 951-976

Penhor não possessório / Bens / Concorrência

CHIAROMONTE, Giuliana Cerdonio.

Tutela consumeristica e parte soggettivamente complessa / Giuliana Cerdonio Chiaromonte.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 25-49

Proteção do consumidor / Contrato / Ratio

CHRISTANDL, Gregor, 1980-

Percorsi metodologici della civilistica italiana : una breve storia a partire dal XIX Secolo / Gregor Christandl.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 43-71

Direito civil italiano / Metodologia -- séc. 19 / Formação jurídica / Influência das pandécticas alemãs

CICCONI, Ennio.

Responsabilità da direzione e coordinamento : spun ti civilistici / Ennio Cicconi.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1319-1344

Responsabilidade / Relações civis

CICERO, Cristiano.

Fabio Giglioni-Andrea Nervi, Gli accordi delle pubbliche amministrazioni : [recensão] / Cristiano Cicero.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 553-556

CICERO, Cristiano.

Roberto Calvo. Della comunione : [recensão] / Cristiano Cicero.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1411-1417

CINQUE, Maddalena.

L' eredità digitale alla prova della riforme / Maddalena Cinque.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 72-100

Legado digital / Reformas / Mudança de cláusula / Fornecedores

CIRULLI, Massimo.

L'opposizione all'intimazione ex art. 2797 c.c. Massimo Cirulli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1255-1272

Código Civil Italiano -- art. 2797 / Ope legis / Oposição

CORRIAS, Paoloefisio.

L'assicurazione sulla propria morte a favore de lterzo tra atto oneroso, liberalità indiretta e attribuzione successoria / Paoloefisio Corrias.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 723-741

Acto pecuniário / Doação indireta / Sucessão / Seguro / Proibição

CORRIAS, Paoloefisio.

Giustizia contrattuale e poteri conformativi del giudice / Paoloefisio Corrias.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 345-376

Direito contratual / Conformidade / Poderes / Ação

COSTANZA, Maria, 1953-

Arturo Maniaci, Rimedi e limiti di tutela dell'acquirente : [recensão] / Maria Costanza.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1195-1197

D'ADDA, Alessandro.

Riflessioni sul risarcimento del danno (im)prevedibile / Alessandro D'Adda.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1295-1324

Indemnização por danos

DAMIANI, Enrico.

La tutela del legittimario e il presunto principio di tutela dei suoi creditori / Enrico Damiani.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 847-860

Proteção do titular / Proteção de credores / Princípio da proteção / Premissa / Liberdade do testador

D'AMICO, Giovanni, 1957-

La responsabilità contrattuale : attualità del pensiero di Giuseppe Osti / Giovanni D'Amico.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 1-24

Responsabilidade contratual / Osti, Giuseppe, 1885-1963 -- pensamento

DE CRISTOFARO, Giovanni.

L'interruzione del termine prescrizione del diritto del compratore alla garanzia per vizi / Giovanni De Cristofaro.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 902-919

Prescrição do direito do comprador / Prazo / Garantia de defeitos

DE LUCA, Nicola, 1975-

Documentazione crittografica e circolazione della ricchezza assente / Nicola de Luca.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 101-130

Documentação criptográfica / Criptografia / Economia simbólica / Participação social

DEL PRATO, Enrico, 1960-

Status di figlio : autoresponsabilità e verità / Enrico del Prato.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 742-755

Estatuto da criança / Autorresponsabilidade / Responsabilidade / Filiação / Paternidade desconhecida

DELLE MONACHE, Stefano, 1967-

La libertà di disporre mortis causa / Stefano Delle Monache.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 466-501

Mortis causa / Liberdade / Testamento / Proibição de acordos de herança / Herança

DI BIASE, Antonio.

Il pagamento dell'assegno non trasferibile a persona non legittimata alla luce delle Sezioni Unite / Antonio Di Biase.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 776-810

Pagamento do cheque intransferível / Cheque -- pagamento / Pessoa não legitimada / Culpa in re ipsa

DOLMETTA, Aldo Angelo.

Pandemia e contratti pendenti di credito bancario / Aldo Angelo Dolmetta.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 796-815

Pandemia / Crédito / Irrevogabilidade / Contratos pendentes

DORIA, Giovanni.

La dissolvenza del codice civile e il ruolo della legge tra giustizia giuridica e incertezza applicativa / Giovanni Doria.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 50-78

Código Civil / Justiça jurídica / Aplicação da lei

DORIA, Giovanni.

La nozione di contratto tra prassi, normativa europea e codificazioni nazionali / Giovanni Doria.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 606-614

Contrato / Legislação europeia / Codificações nacionais -- Itália

L'ERMENEUTICA DELLA DIGNITÀ

L'ermeneutica della dignità.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 473-494

Hermenêutica da dignidade / Conferência em memória de Vincenzo Scalisi

FERNÁNDEZ, Juan Pablo Murga.

Il sistema della pubblicità immobiliare in Spagna e la tutela dei terzi acquirenti in buona fede / Juan Pablo Murga Fernández.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 828-847

Publicidade imobiliária / Proteção de compradores / Boa-fé / Direitos reais

FORTUNATO, Sabino, 1950-

Sull'abuso del diritto e sull' abuso dell'abuso / Sabino Fortunato.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 321-344

Abuso de direitos / Abuso de abuso / Soft law / Ordenamento jurídico

FREDA, Daniela Maria.

Il danno da perdita di chances tra le ragioni della vittima e le regole del sistema / Daniela Maria Frenda.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1325-1357

Dano / Vítima / Regras do sistema

FREZZA, Giampaolo.

Dalla trascrizione degli atti relativi ai beni immobili : considerazioni a margine di un recente volume / Giampaolo Frezza.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 876-889

Transcrição de escrituras / Escrituras / Bens imóveis / Publicidade

FUSARO, Andrea.

La revisione della disciplina degli enti del libro primo del codice civile / Andrea Fusaro.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1358-1368

Código civil / Jurisprudência

GABRIELLI, Enrico.

Il problema del contenuto e dell'oggetto nel contratto di Cesare Massimo Bianca / Enrico Gabrielli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 572-587

Contrato / Rescisão de contrato

GABRIELLI, Enrico.

Valerio Brizzolari, La surrogazione reale : [recensão] / Enrico Gabrielli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 556-560

GALLO, Paolo, 1962-

Angelo Chianale, Le garanzie reali : [recensão] / Paolo Gallo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1197-1199

GALLO, Paolo, 1962-

Pactum de non petendo e prescrizione / Paolo Gallo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 984-1020

Pactum de non petendo / Prescrição / Obrigações

GAROFALO, Andrea Maria.

L'assicurazione claims made e il dialogo tra formanti / Andrea Maria Garofalo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 1039-1070

Seguro / Clams made

GAROFALO, Andrea Maria.

Interest rate swap e causa : le Sezioni Unite prendono posizione / Andrea Maria Garofalo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1345-1366

Teses doutrinárias / Patologia

GENTILI, Aurelio, 1947-

Umberto Breccia, Discorsi sul Diritto : [recensão] / Aurelio Gentili.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 940-945

GIANOLA, Alberto.

Il volontariato, causa del negozio / Alberto Gianola.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 1021-1057

Voluntariado / Solidariedade / Voluntário

GIROLAMI, Matilde.

La procura degli incapaci / Matilde Girolami.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1388-1410

Procuração para os incapazes / Deficientes / Representante legal

GITTI, Gregorio.

Tecnologie digitali, persona e istituzioni / Gregorio Gitti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1231-1245

Tecnologias digitais / Pessoas / Instituições / Premissa

GNANI, Alessandro.

La successione necessaria dopo la legge 20 maggio 2016, n. 76 / Alessandro Gnani.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 526-543

Sucessão / Direito das sucessões / Lei n.º 76 de 20 de maio de 2016

GRASSO, Alfio Guido.

Annullamento dell'atto amministrativo e lesione dell'affidamento incolpevole / Alfio Guido Grasso.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 243-270

Anulação do ato administrativo / Violação da custódia inocente / Custódia

GUERRINI, Luc.

Rimedi contrattuali e restituzioni nel novellato code civil : una deludente restaurazione / Luca Guerrini.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 646-669

Soluções contratuais / Contrato / Reembolso / Código civil / Estrangeiros

IBBA, Carlo.

La pubblicità degli enti del terzo settore / Carlo Ibba.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 622-645

Entidades do terceiro setor / Regime publicitário / Publicidade

LENER, Giorgio.

La meritevolezza degli interessi nella recente elaborazione giurisprudenziale / Giorgio Lener.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 615-641

Contrato / laboração de jurisprudência / Interesses

MACARIO, Francesco.

Emanuele Tuccari, Sopravvenienze e rimedi nei contratti di durata : [recensão] / Francesco Macario.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 945-950

MACARIO, Francesco.

Stanislao De Matteis, L'emersione anticipata della crisi d'impresa. Modelli attuali e prospettive di sviluppo : [recensão] / Francesco Macario.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 504-508

MACARIO, Joaquim Pinto Sousa.

Francesca Bartolini, Strutture contrattuali complessa. Problemi della trilateralità nei contratti di finanziamento : [recensão] / Francesco Macario.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 823-827

MARCHISTO, Emiliano.

Evoluzione della responsabilità civile medica e medicina 'difensiva' / Emiliano Marchisto.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 189-220

Responsabilidade médica / Medicina defensiva / SNS -- Itália

MARTINO, Marco.

Coerenza linguistica e codificazione : il ruolo selettivo e correttivo delle tassonomie / Marco Martino.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 1 (2019), p. 79-105

Coerência linguística / Codificação / Taxonomia

MAZZARELLA, Ferdinando, 1974-

Da diritto a paradigma : uso e abuso della proprietà nella disciplina dei diritti d'esclusiva / Ferdinando Mazzarella.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 861-889

Direito ao paradigma / Abuso de propriedade / Direitos exclusivos / Desenvolvimento industrial / Civilização proprietária

MAZZARIOL, Riccardo.

L'onere della prova nella garanzia per vizi di vendita : il problema irrisolto del riparto probatorio del momento genetico del vizio / Riccardo Mazzariol.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 442-470

Ónus da prova / Garantia / Defeito / Garantia de compra e venda

MINNECI, Ugo.

Il contratto di gestione di portafogli : tra identità del tipo e accertamento della mala gestione / Ugo Minneci.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1369-1387

Contrato de gestão de carteiras / Identidade / Gestão patrimonial

MINNECI, Ugo.

Equity crowdfunding : gli strumenti a tutela dell'investitore / Ugo Minneci.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 509-525

Crowdfunding / Capital próprio / Investidor / Ferramentas de proteção

MONACHE, Stefano.

Accordi di reintegrazione della legittima (autonomia privata versus testamento) / Stefano Monache.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 1058-1086

Reintegração / Autonomia privada / Vontade

NAVARRETTA, Emanuela, 1966-

Ragioni del diritto e ragionamenti nel diritto : Riflessioni in margine ai discorsi sul diritto di Umberto Breccia / Emanuela Navarretta.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 363-370

Direito / Jurista / Nobreza de Beruf

OBERTO, Giacomo, 1956-

Mutuo dissenso e convenzione di separazione dei beni / Giacomo Oberto.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 817-846

Dissidência mútua / Acordo de separação de ativos / Acordos matrimoniais / Contratos

OBERTO, Giacomo, 1956-

Mutuo dissenso e liberalità nel regime di comunione legale / Giacomo Oberto.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1119-1143

Dissidência mútua / Regime de comunhão jurídica

ORLANDI, Mauro.

La circolazione dei significati / Mauro Orlandi.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 583-607

Circulação de significados / Auto-suficiência / Ontologia

PACIA, Romana.

Unioni civili e convivenze : profili di diritto successorio / Romana Pacia.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 2 (2019), p. 409-443

Sindicatos civis / Coabitação / Herança / Direito sucessório

PAPANTI-PELLETIER, Paolo.

La rescissione e la giustezza del contratto / Paolo Papanti-Pelletier.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 563-571

Contrato / Rescisão de contrato

PATTI, Francesco Paolo, 1969-

Il declino della responsabilità oggettiva (a margine dell'art. 2051 c.c.) / Francesco Paolo Patti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 977-1013

Responsabilidade -- declínio / Código Civil italiano -- artigo 2051 / Responsabilidade por danos materiais

PATTI, Salvatore, 1949-

Arianna Fusaro, L'atto patrimoniale della persona vulnerabile : [recensão] / Salvatore Patti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 816-823

PATTI, Salvatore, 1949-

Il diritto di famiglia nell'Ateneo catanese : una Scuola al plurale / Salvatore Patti.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 547-562

Direito da Família / Universidade de Catania / Adultério

PETRONIO, Ugo.

Il precedente negli ordinamenti giuridici continentali di antico regime / Ugo Petronio.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 949-983

Sistemas legais / Antigo regime / Juiz -- rei

PINELLI, Arnaldo Morace.

Il contratto giusto / Arnaldo Morace Pinelli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 663-680

Contrato / Contrato justo / Justiça contratual / Lei

PISCITELLO, Paolo.

Riflessioni su concordati predatori ed offerte concorrenti / Paolo Piscitello.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 756-774

Predadores / Concorrentes / Concorrência / Regulamentação

PORCELLI, Stefano.

La nuova Parte Generale del diritto civile della Repubblica Popolare Cinese : Struttura e contenuti / Stefano Porcelli.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 670-704

Estrutura / Negócio jurídico / Código civil -- República Popular da China

PRESCIANI, Chiara.

Opzione di vendita delle partecipazioni sociali e divieto di patto leonino / Chiara Presciani.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 1148-1174

Participações sociais -- venda / Proibição do pacto leonino / Constância / Mérito

PROTO, Massimo.

Accordi sul termine / Massimo Proto.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 890-911

Contratos de prazo / Termo contratual / Prazo a favor do devedor / Cobrança de serviço

REALI, Alessio.

Sul mutuo dissenso parziale di un patto marciano ai sensi del TUB / Alessio Reali.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 371-390

Dissidência mútua / Lei Consolidada da Banca / Nobreza de Beruf

RICCIUTO, Vincenzo, 1959-

Il contratto ed i nuovi fenomeni patrimoniali : il caso della circolazione dei dati personali / Vincenzo Ricciuto.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 642-662

Contrato / Fenómenos patrimoniais / Património / Circulação de dados pessoais / Dados pessoais

RIMINI, Carlo.

Assegno divorzile e regime patrimoniale della famiglia : la redistribuzione della ricchezza fra coniugi e le fragilità del sistema italiano / Carlo Rimini.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 422-441

Subsídio de divórcio / Regime patrimonial familiar / Redistribuição de bens entre cônjuges

RIZZO, Nicola, 1974-

Note minime sull'uso dei principi costituzionali nel diritto dei contratti, rileggendo Dworkin e Hart / Nicola Rizzo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 912-939

Princípios constitucionais / Direito contratual / Direito e moral

ROMA, Umberto.

La sessualità coniugale nella patologia del matrimonio / Umberto Roma.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1201-1230

Sexualidade conjugal / Patologia / Casamento

ROMAGNO, Giuseppe Werther.

Volontà testamentaria e tutela del credito : le ragioni di una preferenza / Giuseppe Werther Romagno.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 335-358

Proteção ao crédito / Testamento / Dignidade / Proteção dos credores / Liberdade testamentária

RUSSO, Luigi.

La direttiva UE 2019/633 sulle pratiche commerciali sleali nella filiera agroalimentare : una prima lettura / Luigi Russo.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 6 (2019), p. 1418-1446

Diretiva da UE 2019/633 / Práticas comerciais desleais / Cadeia agroalimentar

SALANITRO, Ugo.

Alessandro d'Adda, Le obbligazioni plurisoggettive : [recensão] / Ugo Salanitro.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 359-362

SALANITRO, Ugo.

Intelligenza artificiale e responsabilità : la strategia della Commissione Europea / Ugo Salanitro.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1246-1288

Inteligência artificial / Responsabilidade / Comissão Europeia

SALANITRO, Ugo.

Per una riflessione sistematica sul diritto di famiglia dopo la stagione delle riforme / Ugo Salanitro.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 563-582

Direito da Família / Reforma / Modelo institucional

SALÈ, Riccardo Omedei.

Il nuovo istituto della sospensione dalla successione (art.463-bis c.c.) / Riccardo Omedei Salè.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1144-1173

Suspensão sucessória / Código Civil italiano

SALÈ, Riccardo Omedei.

La revocazione del testamento per sopravvenienza di figli (nella dinamica della devoluzione ereditaria) / Riccardo Omedei Salè.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 748-775

Revogação do testamento / Devolução da herança / Filho -- surgimento

SANDEI, Claudia.

Distribuzione convenzionale del rischio e abuso di dipendenza economica nei contratti di fornitura degli smart meter del gas / Claudia Sandei.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1230-1254

Abuso de dependência económica / Risco / Medidores inteligentes

SANDEI, Claudia.

Le Initial Coin Offering nel prisma dell'ordinamento finanziario / Claudia Sandei.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 391-416

Sistema financeiro / Fintech / Token / Emissão de tokens / Produto financeiro

SANDEI, Claudia.

Sul concetto di interesse nel contratto di assicurazione : inquadramento teorico e profili applicativi / Massimo Mazzola.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1200-1229

Juros / Contrato de seguro / Interesses

SCOGNAMIGLIO, Claudio, 1962-

La causa concreta : una proposta dottrinale di successo / Claudio Scognamiglio.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 3 (2020), p. 588-605

Contrato

SESTA, Michele, 1950-

Matrimonio e famiglia a cinquant'anni dalla legge sul divorzio / Michele Sesta.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 6 (2020), p. 1177-1200

Casamento / Divórcio / Lei do divórcio / Bodas de ouro

SIRENA, Pietro.

I principî dello European Law Institute sulla pandemia di COVID-19 / Pietro Sirena.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 890-901

Instituto Europeu de Direito -- princípios / Pandemia COVID-19

SIRENA, Pietro.

La scelta dei Principles of European Contract Law (PECL) come legge applicabile al contratto / Pietro Sirena.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 608-621

Direito Europeu dos Contratos / Contrato / Soft law

SPATUZZI, Angelo.

I patti successori. Su talune articolazioni e criticità del divieto / Angelo Spatuzzi.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 4 (2019), p. 1014-1038

Pactos de sucessor / Mortis causa / Regulação

SPERANZIN, Marco.

Un nuovo ordine delle fonti del diritto commerciale / Marco Speranzin.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 5 (2019), p. 1174-1194

Direito comercial / Direito jurisprudencial

TOLA, Manuela.

Impresa familiare e convivenze / Manuela Tola.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 65, n.º 3 (2019), p. 705-747

Empresa familiar / Coabitação / Trabalho

TRIMARCHI, Pietro, 1934-

Responsabilità civile punitiva / Pietro Trimarchi.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 687-722

Responsabilidade punitiva / Sanção pecuniária / Responsabilidade civil

UGAS, Anna Paola.

Il preliminare con consegna anticipata : spunti di riflessione sul contratto / Anna Paola Ugas.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 5 (2020), p. 1115-1147

Contrato preliminar / Perfis / Ad effetti anticipati / Contrato possessório

VIGLIONE, Filippo.

Riflessioni sui rimedi civilistici all'hate speech / Filippo Viglione.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 4 (2020), p. 775-795

Discursos de ódio / Civismo

ZACCARIA, Alessio, 1955-

Il diritto privato europeo nell'epoca del post-postmodernismo / Alessio Zaccaria.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 1 (2020), p. 1-12

Direito privado europeu / Pós-modernismo

ZACCARIA, Giuseppe 1947-

Figure del giudicare : calcolabilità, precedenti, decisione robotica / Giuseppe Zaccaria.

In: Rivista di diritto civile. Padova. ISSN 0035-6093. Vol. 66, n.º 2 (2020), p. 277-294

Figuras de julgamento / Decisão robótica / Calculabilidade / Valores

LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA

	Localização	Horário	
Sala do Catálogo	Corpo central da Faculdade	2ª a 6ª feira	09.00h – 12.30h 14.00h – 17.30h
Sala de Revistas	Cave dos Gerais	2ª a 6ª feira	09.00h – 12.30h 14.00h – 17.30h
Sala dos Institutos	Corpo central da Faculdade	2ª a 6ª feira	09.00h – 12.30h 14.00h – 17.30h
Sala de Leitura	Gerais	2ª a 6ª feira	09.00h – 12.30h 14.00h – 17.30h

CONTACTOS

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Pátio da Universidade - 3004-528
COIMBRA - PORTUGAL Telefone: 239 859 801/2

E-mail Sala do Catálogo catalogo@fd.uc.pt

E-mail de pedidos de digitalização biblioteca-eib@fd.uc.pt

E-mail geral: biblio@fd.uc.pt

Notas:

Os horários de funcionamento podem sofrer alterações pontuais, sendo estas comunicadas no site da Biblioteca (<https://www.uc.pt/fduc/biblioteca>)

No mês de Agosto, Carnaval, Queima das Fitas, Páscoa e no período de Natal os serviços terão horários adaptados, tendo em vista o gozo de férias.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AUTOR: Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

EDITOR: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PERIODICIDADE: Mensal

COORDENAÇÃO: *Maria Isabel de Sousa Vicente*

COLABORAÇÃO: *Ana Maria Galdes, Fernanda Costa, Inês Santos, Maria Duarte, Nuno Sousa, Otilia Margalho e Teresa Leiroz*

CAPA: *Ana Paula Silva*

Siga-nos no Facebook da *Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*



Siga também o *Centro de Documentação Europeia da Universidade de Coimbra*

